

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO**

**DO DIREITO À UNIVERSIDADE À
UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS
O MOVIMENTO DOS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES
E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA**

Alexandre do Nascimento

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Serviço Social.**

Rio de Janeiro, 2010.

DO DIREITO À UNIVERSIDADE À UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS: O MOVIMENTO DOS CURSOS PRÉ- VESTIBULARES POPULARES E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Alexandre do Nascimento

Orientador: Professor Doutor Giuseppe Mario Cocco

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Serviço Social.**

Banca Examinadora:

Presidente, Prof. Giuseppe Mario Cocco

Prof^a. Patrícia Silveira de Farias

Prof. Gerardo Silva

Prof^a. Leonora Figueiredo Corsini

Prof. Renato Nogueira dos Santos Junior

Rio de Janeiro, Setembro, 2010.

FICHA CATALOGRÁFICA

Nascimento, Alexandre do. **Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa.** Alexandre do Nascimento - Rio de Janeiro: UFRJ/ ESS, 2010. Orientador: Giuseppe Mario Cocco. Tese (doutorado) – UFRJ/ ESS/ Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2010.

Referências Bibliográficas: 1.Movimentos Sociais. 2.Cursos Pré-Vestibulares Populares. 3. Políticas de Ação Afirmativa. I. Nascimento, Alexandre do. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. III. Título.

RESUMO

Este estudo descreve e analisa a história, as características, as ações políticas e a influência dos Cursos Pré-Vestibulares Populares no processo que levou a sociedade brasileira a discutir e efetivar as chamadas políticas de ação afirmativa, tomando como base os dados colhidos através de análise de documentos, depoimentos de integrantes, de observação e de vivência no Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). A aceitação de que o combate às desigualdades raciais através das políticas de ação afirmativa por vários setores da sociedade é um dos resultados de uma luta histórica, que tem os Cursos Pré-Vestibulares Populares como sujeitos sociais determinantes e que num mostrou que não se pode mais negar que os preconceitos e discriminações são questões presentes na sociedade brasileira. As políticas de cotas e outras políticas de acesso e permanência para pobres, negros e indígenas que passaram a ser implementadas nas instituições de ensino superior, a partir de 2001 são os frutos concretos mais notórios dessa luta, sendo os Cursos Pré-Vestibulares Populares a base social que fundamentam tais políticas. Foram, portanto, os Movimentos Sociais, especificamente o Movimento Negro e Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, que produziram os princípios materiais aqui analisados e a própria relação, que do nosso ponto de vista, existe entre conceito de ação afirmativa e processos de universalização de direitos.

Palavras Chaves: Movimentos Sociais, Cursos Pré-Vestibulares Populares, Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes, Políticas de Ação Afirmativa, Cotas, Universalização de Direitos.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	2
APRESENTAÇÃO.....	4
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I	
O MOVIMENTO DOS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES.....	15
MOVIMENTOS SOCIAIS: CARACTERÍSTICAS E CONCEITO.....	15
O MOVIMENTO DOS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES.....	47
Histórico e Características do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares.....	62
Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e o anti-racismo.....	93
PVNC e EDUCAFRO: divergências sobre o trabalho dos pré-vestibulares.....	99
Os Encontros Nacionais de Cursos de Pré-Vestibulares Populares.....	104
Os Cursos Pré-Vestibulares Populares e o Estado.....	108
CAPÍTULO II	
RACISMO, DESIGUALDADES E AÇÕES AFIRMATIVAS.....	117
UM OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL.....	117
NATUREZA E NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	122
RACISMOS E DESIGUALDADES.....	125
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA, COMBATE ÀS DESIGUALDADES E DEMOCRATIZAÇÃO DOS DIREITOS.....	130
CAPÍTULO III	
OS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA.....	149
DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DO MOVIMENTO NEGRO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA.....	149
OS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA.....	162
OS MANIFESTOS E O DEBATE PÚBLICO SOBRE AS COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	188

AGRADECIMENTOS

APRESENTAÇÃO

O estudo desta Tese nasceu a partir do meu engajamento, como um dos fundadores e como professor, no Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Na trajetória de ativista e professor desse Movimento de Educação Popular, que constituiu-se a partir de um curso iniciado em 1993, muitas questões se apresentaram, provocando inquietações, reflexões e críticas aos meus pressupostos e certezas adquiridas. Questões que são relativas às contradições entre direitos formais e a concretização material desses direitos face às desigualdades sociais e raciais que, historicamente, marcam a sociedade brasileira, e a partir daí, questões relativas às políticas públicas, à educação e à capacidade dos movimentos sociais de ensejar processos materiais de produção e democratização dos direitos.

Entre outras coisas, senti-me instigado, em relação à sociedade pela reflexão sobre democracia e processos de democratização dos direitos e, em relação aos Pré-Vestibulares Populares, pela análise da potencialidade das suas práticas, concepções e propostas, sobretudo no que diz respeito à capacidade de ensejar discussões e proposições de políticas públicas na área de educação.

Essa proposta de pesquisa me colocou frente a um problema: o desafio de realizar um estudo sobre um movimento social e uma prática política de que sou um membro ativo. Iniciei a tarefa de enfrentar esse desafio no Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o trabalho intitulado *“Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: um estudo sobre os Cursos*

Pré-Vestibulares Populares”¹, que me conferiu o título de Mestre em Educação.

Na Dissertação de Mestrado, procurei sistematizar e analisar o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), seu histórico, sua organização e suas concepções, e tentei apontar questões para construção de um projeto político. A pesquisa de mestrado apontou algumas questões importantes que aqui pretendo explorar: as relações raciais, o movimento anti-racista no Brasil e as políticas de ação afirmativa, na perspectiva dos afrodescendentes, dentro da reflexão mais ampla sobre democracia, movimentos sociais e políticas públicas. Neste estudo procurei explorar essas questões a partir do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, numa tentativa de contribuir para a elucidação do racismo e para superação da assimetria que esta atitude estabelece entre os chamados “grupos raciais” e das desigualdades que, de forma preliminar, podemos dizer que estão na base da constituição das instituições no Brasil.

¹ Nascimento, Alexandre do. Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Orientação: Profª Drª Maria Julieta Costa Calazans. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999. Dissertação de Mestrado em Educação.

INTRODUÇÃO

A perspectiva deste estudo é contribuir para ampliar o conhecimento geral sobre os novos agentes sociais coletivos que surgiram na década de 1990: os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Pretende-se sistematizar as características e analisar as práticas políticas e os impactos sociais do trabalho desenvolvido por esses cursos. Uma segunda perspectiva, mais especificamente política, é contribuir para as reflexões sobre pedagogia e políticas públicas, no que diz respeito à valorização da multiplicidade e promoção da igualdade étnico-racial nas instituições.

Na história social e política brasileira, a produção de direitos e a constituição material da democracia é um processo relacionado à capacidade de luta e de organização da sociedade. Em face de uma diversidade de problemas e das questões que se apresentam como desafios para a construção de relações sociais democráticas, e em face da histórica negação de direitos e oportunidades para parcelas significativas da população brasileira (e que atinge preferencialmente alguns grupos sociais, como os negros e povos indígenas), organizaram-se e continuam organizando-se diversos movimentos sociais.

Nesse processo histórico de luta, ações para que as camadas populares e os grupos sociais marginalizados tenham de fato o direito aos direitos, especificamente à educação formal não constituem uma novidade. Na nossa história podemos citar vários movimentos sociais que se constituíram para pressionar as instituições e reivindicar direitos e, até mesmo, para produzir formas próprias de acesso ao que o

Estado, concretamente, nega às camadas marginalizadas e mais pobres. Acesso à terra, moradia, saúde, educação, políticas sociais, remuneração e condições dignas de trabalho, igualdade racial e de gêneros são, entre outros, pontos de luta dos movimentos sociais no Brasil.

A luta pela concretização do direito à educação é uma das mais contundentes e em torno da qual se organizaram vários movimentos sociais ao longo da história do Brasil. Esse é o caso da multiplicidade de cursos pré-vestibulares organizados para preparar estudantes oriundos de grupos sociais marginalizados para os vestibulares, que neste estudo denominamos de Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares.

O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares é um movimento que surgiu no início da década de 1990 e logo se tornou um movimento de caráter nacional. Trata-se de um movimento social e popular que, através da organização de cursos preparatórios, mobiliza estudantes e professores e reivindica o direito ao ensino superior.

Denominamos esse movimento social de “Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares” por ser composto por um grande número de cursos pré-vestibulares destinados à preparação de estudantes de camadas populares e pertencentes a grupos sociais discriminados e marginalizados (estudantes pobres, negros, indígenas, nordestinos, etc). Com o termo **populares** fazemos referência às camadas sociais e grupos específicos que, historicamente no Brasil, vivem sob

condições de exploração, subordinação, discriminação, marginalizados em suas expressões singulares e culturas, com direitos fundamentais negados por parte das instituições que existem para garantir direitos, como os direitos à remuneração digna por suas atividades, à educação, aos dispositivos de bem estar, ao reconhecimento cultural e à participação política. Esse termo é também utilizado para fazermos referência às alternativas produzidas por essas camadas e grupos pobres e marginalizados que, em muitos casos, são formas criativas de enfrentamento dos problemas vividos.

A finalidade básica dos cursos pré-vestibulares populares é trabalhar para aumentar o número de estudantes pertencentes às “camadas populares” nas instituições de ensino superior, principalmente nas instituições mantidas pelo Estado, que são definidas como Públicas, mas que aqui preferimos chamar de Estatais, pois do nosso ponto de vista algumas dessas instituições (como são as universidades estatais) são, ainda hoje, mesmo com uma crescente demanda, instituições que não foram concebidas para serem, de fato, públicas.

Eis aí um paradoxo sobre o qual tentamos refletir, pois uma das premissas com as quais trabalhamos neste estudo é que conceito de público é o que podemos definir como o que todas as pessoas podem ter acesso e participar, é o que deve ser comum. O pensamento de Cornelius Castoriadis, ao conceber o público como algo participável colabora para tal consideração. Segundo este autor, “a justiça total é precisamente isso: criação do participável social e das condições, vias, meios, assegurando a cada um o acesso a esse participável... Socializar os indivíduos é fazê-

los participar do não partilhável, do que não deve ser dividido, privativamente...”
(1987, pág. 370-371).

Do nosso ponto de vista, os questionamentos apresentados pelo trabalho do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares às Instituições de Ensino Superior em particular e às Políticas Educacionais produziram demandas pela democratização do direito ao ensino superior e, pois, pela democratização das instituições de ensino. Além da baixa quantidade de estudantes de camadas populares nas instituições de ensino superior e do que os integrantes dos Cursos Pré-Vestibulares Populares consideram ser uma elitização deste nível de ensino no Brasil, a chamada “questão racial” é um forte elemento motivador da existência destes cursos. Ou seja, parte significativa dos Cursos Pré-Vestibulares Populares está mobilizada também para reduzir as desigualdades raciais, observadas e comprovadas, no ensino superior. Objetivamente, vários são os Cursos Pré-Vestibulares Populares que trabalham para aumentar o número de estudantes negros nas instituições de ensino superior. Pesquisas de instituições como o IBGE, mostram que a proporção de estudantes negros (pretos e pardos) no ensino superior é muito inferior às proporções desses estudantes em outros níveis de ensino e menor ainda do que sua proporção no total da população brasileira. Nos discursos do Movimento Social Negro e também dos professores e estudantes dos cursos pré-vestibulares populares, o racismo e a discriminação racial são elementos importantes na constituição das desigualdades sociais e, portanto, na composição do ensino superior; e as chamadas políticas de ação afirmativa aparecem como propostas para

uma recomposição social e racial das instituições.

É notório que o trabalho dos cursos pré-vestibulares populares possui, além da dimensão explícita que é o ensino preparatório para o vestibular, uma outra dimensão, mais especificamente política, que coloca em questão o ensino superior e exige políticas concretas no sentido da abertura das instituições deste nível de ensino a estudantes “negros e carentes”².

Fazem parte da própria natureza desses cursos um desejo e uma exigência: o desejo de participar dos processos de difusão e produção dos conhecimentos codificados em face das transformações do trabalho e a exigência de mudanças no estatuto do ensino superior e nas formas de funcionamento das instituições universitárias.

A existência de cursos deste tipo explicita uma contradição já conhecida no Brasil, que é o fato de que as universidades mantidas pelo Estado e, portanto, pelo fundo público, privilegiam estudantes que possuem determinadas condições sociais, culturais e de educação, condições estas que apenas uma pequena parcela da população brasileira pode ter acesso.

No que se refere especificamente ao ensino superior público, os dados gerais de composição sócio-econômica das universidades estatais mostram que o acesso a

² “Negros e Carentes” é uma expressão utilizada por grande parte dos cursos pré-vestibulares populares. Inclusive, uma das redes em estudo se denomina Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Tal expressão, no entendimento dos integrantes do PVNC, denota a característica mais importante do trabalho, ou seja, trata-se de um trabalho destinado a estudantes negros e de famílias pobres.

este nível de ensino é mais facilitado os estudantes cujas famílias podem fazer investimentos financeiros preparatórios. Ou seja, nas instituições de ensino superior são maioria os estudantes que cursam o ensino médio em escolas privadas e em algumas escolas públicas que constituem as chamadas ilhas de excelências do ensino público, e que também possuem práticas classificadas como elitistas, como formas de acesso baseadas em concursos de provas de conhecimentos gerais e específicos, disseminadas na sociedade como formas “democráticas” de seleção, baseadas nos princípios do mérito e de que, através de concurso, todos têm as mesmas possibilidades.

Porém, o ensino básico público oferecido à maioria no Brasil apresenta muitos problemas e é, em geral, de baixa qualidade, pelo menos do ponto de vista dos instrumentos oficiais de avaliação utilizados pelo Ministério da Educação, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Por outro lado, as dinâmicas de acesso e permanência às instituições estatais de ensino superior parecem constituir barreiras sociais e, para alguns autores, também barreiras raciais aos estudantes das camadas populares em geral e estudantes negros em especial.

É evidência desta constatação o fato de que nas universidades públicas a maioria dos estudantes é oriunda de escolas privadas e cursos preparatórios cujo acesso depende das possibilidades financeiras. Ou seja, aqueles cujas famílias que

podem arcar com os custos dos serviços oferecidos por tais escolas e cursos chegam aos processos de seleção com melhores condições de aprovação.

É também indicativo desta constatação o fato, demonstrado por pesquisas e estudos do IBGE³, IPEA⁴ e outros⁵, de que a composição racial do ensino superior tem a maioria de estudantes e docentes brancos, em proporção muito superior à proporção de brancos na composição racial da população brasileira, o que reproduz no ensino superior os já conhecidos indicadores das desigualdades sociais e raciais, em que a população negra encontra-se, historicamente, em situação subalterna.

Ao se apresentarem como alternativas para ajudar estudantes pobres e negros a ingressar no ensino superior, os cursos pré-vestibulares populares aparecem como luta por afirmação de direito, como questionamento da qualidade do ensino básico, como denúncia das práticas discriminatórias das instituições de ensino superior, como exigência de mudanças nas formas de funcionamento dessas instituições e como demanda por políticas de universalização dos direitos.

Essa dimensão política do trabalho dos cursos pré-vestibulares populares coloca, também, em debate a capacidade desses cursos em se constituir como um movimento social que, nas suas dinâmicas de luta, contribua para redução das desigualdades e das relações sociais assimétricas que a própria existência do

³ IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2009.

⁴ Henriques (2000), Theodoro (2008), Jaccoud (2009).

⁵ Carvalho (2005)

movimento denuncia, ou seja, a capacidade do movimento de ensejar um processo de universalização material do direito ao ensino superior. Essa é a principal preocupação deste estudo.

Assim, a questão inicial que se coloca é: as práticas políticas e pedagógicas, as proposições, manifestações e articulações produzidas e realizadas pelo Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares podem ser entendidas como constituintes de um processo de democratização?

Na busca de elucidação dessa questão partimos do pressuposto de que o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, que possui um grande potencial de resistência às dificuldades e constrangimentos que as relações sociais impõem aos pobres e aos indivíduos pertencentes aos grupos sociais racizados⁶ e de produção de alternativas e demandas, mobiliza uma potência constituinte⁷ de processos de democratização.

Porém, tal potencial político parece pouco explorado pelo próprio movimento (seus coordenadores, professores e estudantes), que pouco aproveitam a capacidade de mobilização dos cursos pré-vestibulares para a produção de questionamentos mais profundos sobre as *determinações* da própria existência do movimento. Neste

⁶ Grupos que são vítimas do racismo.

⁷ Utilizamos aqui o paradigma do poder constituinte tal como elaborado por Antonio Negri (2002), ou seja, “uma forma que irrompe, quebra, interrompe, defaz todo equilíbrio preexistente e toda continuidade possível... o conceito de poder constituinte, como força e irrompe e se faz expansiva, é um conceito ligado à pré-constituição da totalidade democrática” (p. 21). “O poder constituinte transfere a sua potência da possibilidade para a concretização da vontade” (p. 424).

ponto a educação, como prática de formação humana, adquire uma especial importância para o fortalecimento do movimento dos cursos pré-vestibulares populares como um movimento para uma constituição material democrática.

No sentido dessa elucidação, importa-nos conhecer as características gerais do movimento, compreender o seu papel pedagógico, o seu lugar no contexto das lutas já históricas no Brasil por educação e no contexto das lutas por uma constituição material democrática mais ampla, verificando suas diferenças, divergências e convergências internas, e analisando sua autonomia como movimento social, suas finalidades e práticas de combate às desigualdades e suas práticas pedagógicas.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO DOS

CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

MOVIMENTOS SOCIAIS: CARACTERÍSTICAS E CONCEITO

O debate sobre os movimentos sociais não é novo no Brasil. Há uma vasta produção teórica e um amplo debate, não só sobre as ações e os impactos dos movimentos sociais, mas também sobre os contextos sociais que os impulsionam seu surgimento.

Tal produção vem na esteira de um processo em que diferentes movimentos sociais aparecem no social-histórico⁸, produzindo ações, eventos, conhecimentos e questionamentos importantes em relação às dinâmicas sociais instituídas, e determinando pesquisas e análises sobre os discursos, práticas e relacionamentos que tais movimentos estabelecem em relação ao Estado e às instituições da sociedade em geral.

Nosso estudo sobre o tema *Movimentos Sociais* tem um enfoque específico: O trabalho dos cursos pré-vestibulares populares, com ênfase nos cursos pré-

⁸ Valemo-nos, aqui, do conceito de social-histórico formulado por Cornelius Castoriadis: “*Esse redesdobramento dela mesma que a sociedade opera ao longo de sua história coloca também a questão da temporalidade histórica de uma maneira incompatível com a determinação tradicional do tempo. Ela nos faz ver que a distinção entre sociedade e história e, portanto entre uma sociologia e uma verdadeira ciência da história é enfim inaceitável... Refletir verdadeiramente sobre a sociedade e a história é, portanto, tentar refletir sobre o social-histórico*” (Castoriadis, 1987, pág.265-267). O social-histórico é um conceito que se refere às relações sociais concretas na histórica de uma sociedade.

vestibulares para “negros e carentes”. E, para situar melhor a discussão que pretendemos realizar, é importante destacar que o tema *Movimentos Sociais* constitui uma importante área de estudos das ciências sociais, que se ampliou muito nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Isso não quer dizer que a temática dos movimentos sociais nas ciências sociais surgiu nessas décadas, uma vez que tanto os eventos, as ações coletivas e os grupos sócio-político-culturais que são denominados de movimentos sociais, quanto sua teorização são anteriores a essas décadas.

Scherer-Warren (1996, pág. 13-25) observa que, na América Latina, de um modo geral podemos considerar o século XX como período do desenvolvimento da teorização dos movimentos sociais em quatro fases, assim periodizadas:

1. De meados do século XX até a década de 1970, período em que o pensamento sociológico dominante esteve polarizado em torno de duas correntes (a marxista e a funcionalista) e os processos sociais eram vistos como processos de mudança global. Sob o pensamento marxista histórico-estrutural, a teoria da ação coletiva concebe o real como totalidade intangível e a classe - determinada a partir de sua condição objetiva no processo produtivo - é considerada como sujeito privilegiado ao qual se atribui a missão de transformação histórica. Dessa forma os Movimentos Sociais são entendidos como luta de classes.
2. A década de 1970, que segundo a autora, "tem como um dos marcos de reflexão teórica importante o Seminário de Mérida, no México, sobre 'As

Classes Sociais na América Latina', realizado em 1971" (pág. 15). Verifica-se neste período uma forte influência do pensamento gramsciano. Há a introdução de novas considerações na teoria social

"do macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica á multiplicidade de fatores, da ênfase da sociedade política para a atenção na sociedade civil, das lutas de classe para os movimentos (...) A noção de centralidade da classe social, da acumulação de forças em torno do partido e da tomada revolucionária do poder, passa a dar lugar, neste período, à análise da hegemonia e da possibilidade de criação de uma 'vontade coletiva nacional-popular'" (pág. 16).

3. A década de 1980 (principalmente durante a sua primeira metade), foi o período em que a categoria movimento social passa a ser a referência central de uma quantidade considerável de estudos e reflexões teóricas. A maioria dos estudos deste período substituiu as análises dos processos históricos globais, por análises de grupos organizados ou de "identidades", buscando elementos inovadores nestas formas de organizações e no seu modo de fazer política. Os estudos desse período sugerem que uma nova cultura popular estaria sendo produzida na América Latina.
4. No início da década de 1990, observa a autora, duas perspectivas sobre os movimentos sociais podiam ser identificadas. Uma visão que já não mais atribuía grande importância aos movimentos sociais, e que voltou a atenção

para os processos de desorganização social e de exclusão que acompanharam a crise de crescimento. A outra visão pretendia encaminhar novas perspectivas de estudo dos movimentos sociais, a partir da avaliação crítica das interpretações dos períodos anteriores. Segundo a autora,

as modificações nas abordagens não são o mero fruto de um repensar teórico. Há transformações nas realidades internas dos países latino-americanos e externas com repercussões transnacionais sobre a prática efetiva dos movimentos sociais. Internamente, destacam-se os movimentos de democratização política e de reformas institucionais. Externamente, as transformações no socialismo real trazem perplexidades em relação às utopias dos movimentos populares na América Latina. As modificações históricas conduzem ao repensar das teorias (Scherer-Warren, 1996, pág. 21-22).

Com relação às mudanças ocorridas na década de 1990, Gohn observa que

a partir da 1990 ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como a constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Agrária, Fórum Nacional de Participação Popular, etc (...) Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, bolsa-escola etc. A criação de uma

Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante nos anos 90 no plano organizativo. Ela estruturou vários movimentos populares em nível nacional (...) Ética na Política foi um movimento ocorrido no início dos anos 90 e teve uma grande importância histórica porque contribuiu, decisivamente, para a deposição, via processo democrático, de um Presidente da República (...) À medida que as políticas neoliberais avançaram foram surgindo outros movimentos sociais, contra as reformas estatais (...) Algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas à crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados. Os atos e manifestações pela paz, contra a violência urbana, também são exemplos desta categoria (Gohn, 2003, pág. 20-21).

Gohn observa, ainda, que as lutas contra a discriminação por parte dos movimentos das mulheres, dos homossexuais, dos afrobrasileiros e dos indígenas, e os movimentos em defesa da preservação do meio ambiente ganharam muita força na década de 1990.

Com uma grande variedade de ações coletivas e com uma produção teórica também grande, variada e fundamentada em diferentes matrizes teórico-políticas, o conceito de movimento social ganhou definições diferentes e, ao longo do tempo, com o surgimento de novos agentes coletivos, eventos e lutas sociais-políticas, tal conceito tem sido definido de várias formas e vem sofrendo modificações.

Ilse Sherer Warren (1987) define movimento social como

uma ação grupal para transformação voltada para a realização dos mesmos objetivos, sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns e sob uma organização diretiva mais ou menos definida.

Harmut Karner (1987) entende movimento social como

um processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra relações sociais existentes e que afetam um grande número de pessoas.

Para Camacho (1987), movimento social é

Uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevalecentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social.

Camacho considera ainda que pode haver movimentos sociais que “representam os interesses do povo” (idem) e movimentos “que reúnem setores dominantes do regime capitalista, os quais não têm interesse em questionar de modo

absoluto, nem em transformar totalmente as estruturas de dominação” (idem). Segundo o autor movimento social e movimento popular são coisas distintas, sendo este último um possível *gérmen* do primeiro:

A constituição de movimento social se dá quando os movimentos sociais populares convergem dinamicamente as suas lutas pela transformação do Estado, e pelos termos da ordem social, tratando de destruir o sistema de dominação e exploração. (idem)

Lesbaupin (1995) chama de movimento social

toda ação coletiva – o que implica a passagem da imobilidade ou passividade à mobilização – em que um grupo social ou uma aliança de grupos sociais busca, através de atividades de massa, conseguir um objetivo na organização social, seja defender uma situação ameaçada, seja obter algum bem coletivo.

Já Gohn (1997, pág. 251) define movimentos sociais como

ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas

vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política.

Com uma formulação mais geral e menos complexa, Epstein (1995) define movimentos sociais da seguinte forma:

Movimentos sociais são esforços coletivos de pessoas social e politicamente subordinadas para mudar suas condições de vida.

Ações, forças, inovações, dinâmicas, processos e esforços coletivos são termos que, direta ou indiretamente, aparecem nas definições do conceito de movimento social. Tomando tais definições como ponto de partida, é possível dizer que as diversas definições do conceito de movimento social tentam entender o sentido das ações sociais e políticas que se desenvolvem, os interesses, as

perspectivas, os objetivos e os projetos ético-políticos que os sujeitos coletivos⁹ expressam, diante dos variados problemas e questões sociais que são produzidas pelo conjunto das relações, dinâmicas, conflitos e contradições da sociedade.

Através de diferentes formas de expressão, de organização e de uma diversidade de sujeitos e práticas de luta, os movimentos sociais constituem-se para questionar valores, costumes, instituições e práticas, produzir alternativas e inovações, reivindicar direitos e a materialização desses direitos, propor transformações no conjunto das relações sociais ou manter instituições ameaçadas (sociais, culturais, políticas e econômicas). Os movimentos sociais podem surgir tanto visando mudanças, quanto visando manutenção, pontuais ou globais, nas relações, nos estatutos e nas instituições.

Nesses sentidos é que os movimentos sociais produzem demandas, militância, apoio ou discordância de setores da sociedade, pressionam os poderes constituídos, elaboram propostas, projetos e ações, pautam agendas políticas, questionam as relações e instituições sociais, em posicionamentos progressistas ou conservadores, contrários ou favoráveis a determinadas visões de mundo, valores, projetos, instituições, propostas e interesses, para agir no sentido da criação, da mudança ou da manutenção de/nas instituições sociais, culturais, políticas e econômicas.

Do nosso ponto de vista, independentemente da definição que se produza, o

⁹ O uso da noção de Sujeito Coletivo é no sentido que Sader (1988) atribui ao termo, ou seja, “de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”.

que é fundamental é que na história da sociedade brasileira, a produção e a democratização de direitos (civis, políticos, sociais, econômicos e culturais) estão relacionadas, em maior ou menor grau, com o trabalho de diversos movimentos sociais e com os questionamentos e proposições que tais movimentos conseguem colocar em debate.

Podemos dizer, concordando com a afirmação de Francisco de Oliveira, que “não pode haver democracia sem a ampliação e consolidação de uma esfera pública” (Oliveira, 1991, p. 84) e que tal construção “depende da presença e da constituição de fortes sujeitos sociais coletivos” (ibidem, p. 86), que expressem interesses capazes de criar processos de universalização de direitos e, desta forma, constituir o público, ou seja, aquilo a que todos em uma sociedade podem ter acesso. Isso significa mais que a ampliação da máquina Estatal e da presença das suas instituições na Sociedade. Significa constituir instituições que concretizem uma relação social na qual o que é produzido pelo trabalho comum torne-se, de fato, Comum. Voltaremos a esse assunto e ao conceito de Comum mais adiante.

O Brasil é um país em que a grande máquina Estatal existente não é garantia de uma esfera pública democrática. A democracia encontra-se em desenvolvimento, sobretudo a partir da Carta Constitucional de 1988 e da retomada, em 1989, das eleições presidenciais. Entretanto, a desigualdade social e a grande concentração de riqueza em uma pequena parcela da população demonstra que existem muitos obstáculos a serem superados.

Não é por acaso, portanto, que o Estado Brasileiro tal como ele tem sido ao

longo da sua história – oligárquico, discriminatório e, em boa medida, a serviço de interesses privados – é o alvo dos questionamentos de muitos movimentos sociais que dirigem suas críticas e reivindicações às instituições estatais. Pelo menos no Brasil, é possível afirmar que a constituição material da democracia, ou seja, de um permanente processo de questionamentos e aperfeiçoamento de suas instituições, depende dos conflitos abertos pelos movimentos sociais e do seu potencial constituinte.

A história da sociedade brasileira, que é profundamente marcada por relações sociais que estabelecem desigualdades e hierarquias (autoritarismo político, clientelismo, patrimonialismo, racismo, discriminação, privilégios para determinados grupos/setores), nos revela diversas lutas coletivas: lutas por independência política, lutas pelo fim do regime escravista e pela libertação dos escravizados, lutas contra as oligarquias, lutas contra a exploração capitalista e por melhores salários e condições de trabalho; lutas contra ditaduras, lutas pelo direito de votar, lutas contra as discriminações, lutas por moradia, por reforma agrária, pelo direito aos serviços públicos de saúde, pelo direito à educação formal, pública e de qualidade, lutas ecológicas e outras. Lutas que, ao longo da história da sociedade, foram (e continuam sendo) fundamentais para a constituição de processos políticos e culturais de democratização. Tais lutas não aconteceram sem o surgimento de movimentos sociais que as expressam e, nas próprias lutas, constituem-se como negação e reconstrução, na resistência às relações sociais que violam dignidade e sua posterior reinvenção.

No período da ditadura militar (1964 a 1985) e pós-ditatorial surgiram diversos movimentos sociais que modificaram o cenário político da sociedade brasileira. Podemos citar o “novo sindicalismo” (as oposições sindicais e comissões de fábrica, que pretendiam um movimento sindical independente do Estado), os movimentos comunitários, associações e federações de moradores, os movimentos por moradia, os movimentos por reforma agrária, os movimentos de mulheres, os movimentos contra a discriminação de liberdade sexual, os movimentos negros, entre outros. Esses movimentos colocaram-se como sujeitos da sua própria história ao afirmarem suas discordâncias e desconfianças em relação aos poderes instituídos, e ao buscarem interferir e tomar para si as decisões que afetam as suas condições de vida constituíram um espaço público além da medida do sistema de representação política.

Podemos dizer que os movimentos sociais promovem profundos questionamentos das instituições de poder estabelecidas, acompanhados pela afirmação de autonomia e construção do reconhecimento do valor da luta: só com as lutas são produzidos direitos e se conquista o controle das próprias condições de vida. Os movimentos sociais continuam sendo importantes para a produção e democratização de direitos. Alguns movimentos sociais, como os movimentos negros, não somente vêm conseguindo transformar suas agendas em políticas públicas e ampliar os limites das instituições, como também ajudam a redefinir comportamentos e práticas sociais e culturais, a recompor espaços de representação e participação política e, conseqüentemente, ajudam a sociedade a avançar na constituição material da democracia.

Uma característica importante, presente sobretudo nos movimentos sociais pós-1968, é a multiplicidade de singularidades que os configura e as suas diversas formas de expressão, experiências e histórias. Constituindo-se a partir de questões enfrentadas nas relações entre capital e trabalho, nas políticas públicas, na cidade, nas relações entre gêneros, etnias, etc., os movimentos sociais mobilizam múltiplos sujeitos singulares que constroem, na prática da luta, um sujeito coletivo que questiona e/ou nega relações constituídas e, ao resistir, constrói uma ética contra o poder, ou seja, uma potência política construtiva. Na relação entre as diferentes identidades singulares mobilizadas nas lutas, constituem-se questões comuns e, mais do que isso, constituem-se a possibilidades e, a partir delas, dinâmicas de construção de algo comum, que “não se refere a noções tradicionais de comunidade ou do público; baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção” (Negri e Hardt, 2004, p. 266).

Em face de todos esses elementos, nos vemos diante do que nos parece uma impossibilidade, qual seja, a de estabelecermos aos movimentos sociais uma definição de uma vez por todas, uma vez que isso pode implicar num fechamento e, pois, no estabelecimento de limites ao que se move. Diante disso, o termo *movimento social* é aqui utilizado como denominação de uma “multiplicidade que age” (Negri & Cocco, 2002, p. 24), como uma denominação geral para os sujeitos coletivos que, organizados ou não, lutam por reconhecimento, autonomia, direitos, transformações sociais.

Dessa perspectiva, movimento social é um conceito aberto e dinâmico, que

pode se referir a uma multiplicidade de movimentos observados na sociedade, quando a multiplicidade de perspectivas expressa o desejo de democracia e, pois, da constituição material de um comum. Falamos aqui da noção de *movimento* dos movimentos: “um movimento múltiplo (feito de muitos movimentos) (...) e constituinte (embrião de um novo tipo de mobilização social)” (Cocco, 2002, p. 9).

Nesse movimento de movimentos podem ser encontradas perspectivas diversas, desde perspectivas totalitárias até diferentes perspectivas que reivindicam para si o conceito de democracia. No Brasil, por exemplo, além das instituições estatais (entre elas as universidades) e da ordem jurídica (Estado Democrático de Direito), apresentam-se como democráticas praticamente todas as vertentes e partidos políticos. Os movimentos sociais reivindicam-se portadores de visões democráticas de sociedade, mesmo com nítidas diferenças em seus projetos e programas e, o que é mais significativo, em suas práticas efetivas. O conceito de democracia aparece como lugar comum nos debates e embates políticos.

Coloca-se então como elemento importante para a nossa análise o conceito de democracia. Como ponto de partida, podemos considerar o próprio significado expresso pelo termo democracia: *demos*: poder; *cracia*: popular. Tal significado, se considerado para darmos um sentido geral à idéia de democracia, nos leva a pensar, entre outras coisas, em uma nova forma de soberania, não separada do seu exercício, na qual a multiplicidade de singularidades, em cooperação, exerce controle sobre os bens e serviços que são fruto do seu trabalho e que permitem a sua própria reprodução. Falamos, portanto, de uma soberania democrática “ou, mais

precisamente, de uma forma de organização social que desloca a soberania” (Negri e Hardt, 2004, p. 286), cuja perspectiva é a constituição material de relações sociais que tenha como objetivos permanentes a autonomia individual e coletiva, o respeito à multiplicidade de singularidades e o direito à vida. Desse ponto de vista, os movimentos sociais das camadas populares adquirem uma importância fundamental, pois expressam o desejo da multidão produtora de bens e serviços em ter acesso ao que produz.

Na história das sociedades ocidentais, grande parte das mudanças políticas, econômicas e culturais que ocorreram (e as que podem ocorrer), sobretudo no campo da produção de direitos, depende dos movimentos sociais e dos processos e projetos que, com eles, são postos em debate e movimento. Um exemplo disso, no Brasil, é a forma com que a questão da reforma agrária passou a ser discutida e trabalhada a partir da luta e do trabalho do Movimento dos Sem-Terra (MST). Este movimento social impôs um debate e um conjunto de medidas em resposta (mesmo as medidas de resistência dos proprietários de terra) que, sem o movimento, certamente seriam diferentes ou, simplesmente, não aconteceriam. A questão do racismo, da discriminação e das desigualdades raciais é outro exemplo: sem a luta do conjunto de grupos e organizações que denominamos Movimento Social Negro, não aconteceriam as modificações sócio-político-culturais que passaram a fazer parte da agenda política na década de 1990 e do início do século XXI.

São, portanto, as ações dos movimentos sociais e os conflitos que efetivamente eles provocam na sociedade, que fazem com que afirmemos que suas

práticas constituem eventos e dinâmicas de resistência, de questionamento das instituições sociais, de produção de demandas, de proposição de mudanças e de criação de práticas e formas alternativas de relacionamento social, e que são essas dinâmicas que tornam possível a constituição material do comum e, pois, da democracia. São ações em que se pratica democracia, apesar de contradições que podem ser verificadas. São, também, ações pedagógicas que contribuem para a educação geral da sociedade, para construção de leituras alternativas da realidade social e para a produção de formas diferentes de sociabilidade e de cultura política, ações de resistências as ordens constituídas, da criação de espaços comuns de debates e de enfrentamentos diretos, que possibilitam interrogações, reflexões, conhecimentos e aprendizados.

Eis então mais dois pontos fundamentais em nossa análise. O primeiro ponto advém do fato de que, no âmbito da multiplicidade de sujeitos que agem, resistindo e produzindo, o projeto democrático não pode ser pensado senão como um conjunto de práticas democráticas. E, do nosso ponto de vista, isso pode ser assim formulado: o projeto de democracia só pode ser alcançado com a prática da democracia.

Encontramos em Castoriadis (1992, p. 151-164) os fundamentos de tal formulação. Segundo este autor, essa formulação seria, em princípio, uma impossibilidade da política. Impossibilidade por ser uma atividade que, para produzir algo, deve apoiar-se em algo que ainda não existe. Mas, segundo o próprio Castoriadis, trata-se de uma impossibilidade aparente, pois a solução deste “enigma” encontra-se no próprio objetivo da ação política democrática, que é criar condições e

instituições que não limitem, mas ampliem a capacidade de autonomia individual e coletiva.

Esse é um dos pontos fundamentais sobre o quais sustentamos nossa reflexão, qual seja, a realização um projeto democrático acontece com a prática da democracia, através da radicalização tanto da liberdade quanto da igualdade, que podem ser considerados os princípios materiais, as premissas que constituem uma condição da constituição democrática. “Condição: não objetivo, não finalidade a ser realizada, mas seu pressuposto ontológico. Condição material: não uma abstrata e hipócrita declaração de um direito formal, mas uma situação concreta” (Negri, 1999, p. 455).

Desse ponto de vista, o conceito de democracia apresenta-se despidido da mistificação segundo a qual em uma sociedade democrática a lei garante os mesmos direitos a todas as pessoas. Democracia: *demos-cracia*, auto-instituição e autogoverno da multiplicidade de singularidades, interrogação ilimitada sobre todos os sentidos e, pois, agir além dos limites e das medidas constituídas, baseado no fato de que não há na natureza, em Deus, nas leis da história ou em qualquer outra transcendência um modelo a ser conquistado e implantado uma vez por todas; projeto de tornar comum a produção, através da reapropriação, pela multidão produtora, de tudo aquilo que produz; produção comum do comum, produção e universalização material de direitos, processo permanente de constituição material de uma autonomia e de uma igualdade que, ao mesmo tempo, são condições subjetivas e objetivas de manutenção do próprio processo. As instituições sociais são

criações da própria sociedade, criações da capacidade constituinte das singularidades em relação.

O outro ponto fundamental em que nossa análise se sustenta diz respeito à educação como Paidéia democrática. Há, nesta escolha, uma premissa: o fato de que, na experiência histórica e concreta dos movimentos sociais, a educação aparece como um elemento fortemente presente nas suas ações e nos objetivos das lutas. Primeiro como processo de produção da própria luta e como ação pedagógica que necessariamente influi, em maior ou menor grau, na educação geral da sociedade. Segundo como reivindicação: em muitos movimentos sociais o acesso material ao direito à escola e os questionamentos à pedagogia e ao currículo escolar são pontos de reivindicação. De uma forma geral, a educação ocupa um lugar de destaque, como projeto e processo de autoconstituição do movimento, e também como reivindicação de grande parte das lutas, nos discursos, práticas e propostas dos movimentos sociais. Por isso a educação é um importante elemento de análise no estudo sobre os movimentos sociais.

A produção da luta é uma atividade educativa, pois é um processo coletivo de tomada de consciência e produção de olhares sobre os problemas que o movimento enfrenta, de formação dos sujeitos da produção política e social. É também um processo educativo para a sociedade, na medida em que o movimento se torna capaz de ampliar o debate e transformar os seus questionamentos, suas denúncias, suas bandeiras, propostas e temas com os quais trabalha, em temas para a agenda de toda a sociedade.

Além disso, a educação é o campo de luta de grande parte dos movimentos sociais que surgiram ao longo do devir histórico da nossa sociedade e foram constituídos/organizados a partir de demandas educacionais. O direito à escolarização e ao acesso às instituições educativas é reivindicação histórica das camadas populares no Brasil. Embora nos últimos anos (décadas de 1980, 1990 e 2000) a escolarização básica (que no Brasil inclui os ensinos fundamental e médio) tenha passado a ser uma necessidade das dinâmicas de acumulação, fazendo parte inclusive dos programas político-partidários de todas as matrizes ideológicas, ainda não podemos considerar a educação como um direito a que todos têm acesso. No caso brasileiro, as desigualdades educacionais são imensas e a crença de que a educação é capaz de possibilitar aos indivíduos melhores posições na sociedade é muito forte entre as camadas populares. Para os movimentos sociais que reivindicam acesso à escolarização e participação na produção do saber científico e tecnológico, universalizar o direito à educação formal é, mais do que nunca, uma exigência (sobretudo das classes e grupos sociais subalternizados¹⁰) e uma condição fundamental para a melhoria de vida das pessoas e o desenvolvimento da sociedade.

Constata-se então que a educação da sociedade é um campo de disputas e conflitos de interesses, lugar de luta não só dos movimentos sociais que reivindicam acesso aos direitos e uma educação democrática, mas também de movimentos sociais conversadores e corporativistas, que, em geral, atuam para conservar o

¹⁰ Preferimos o termo “subalternizados” a “subalternos” (como normalmente o termo é utilizado) porque, em nosso ponto de vista, retrata melhor a situação concreta das classes e grupos sociais que vivem em *condições impostas* de exploração, dominação e discriminação social, cultural, racial e sexual.

estado vigente ou para mudanças que atendam a interesses corporativos, tendo em vista necessidades do capital ou privilégios para determinadas classes, frações de classe ou grupos sociais, normalmente dominantes na sociedade e cuja reprodução depende da manutenção do comando, dos privilégios e das dinâmicas vigentes de funcionamento das instituições. Neste sentido, busca-se através das políticas educacionais, repercutir os projetos do comando. Projetos políticos, econômicos, e culturais determinam as políticas educacionais, os valores e finalidades da educação. Como afirma Lilian do Valle (1995, pág. 1),

o domínio da educação é sempre, e continuamente, o do projeto. Trabalha com o que ainda não está aí, com a construção, com a antecipação. A educação é o projeto de criação do mundo humano, pela criação do homem que o habita (...) Por isso educação é forçada a se pensar como atividade imaginária, imaginar o mundo e o homem que se prepara.

No que diz respeito às reivindicações e ações dos movimentos sociais das camadas populares e grupos sociais marginalizados, a luta por educação tem sido, historicamente, a luta pelo acesso à educação formal nos seus diversos níveis. Essa luta é, também, uma luta em torno do currículo, seus conteúdos e formas pedagógicas. Essas lutas, em momentos diferentes, assumiram reivindicações, configurações e práticas políticas específicas. No Brasil são variadas e históricas as demandas e reivindicações pela universalização do acesso à educação. E muitos são os movimentos e experiências populares para minimizar a negação desse direito.

No caso específico do ensino superior, a demanda popular por este nível de educação explodiu na década de 1990. O aumento da escolaridade das classes populares urbanas, a queda do poder aquisitivo da chamada *classe média*, as reivindicações e pressões de movimentos sociais sindicais e populares, o crescimento do movimento negro e o fortalecimento das suas reivindicações e práticas antidiscriminatórias são fatores que podemos citar como produtores de dessa demanda. Soma-se a isso o fato de que tal pressão, em sua maioria, dirige-se ao Estado, já que se trata de uma demanda por ensino superior público.

Nesse contexto de direitos universais não universalizados e de reivindicações de universalização dos direitos vindas das camadas populares, surgiu no país uma grande mobilização social através da organização de cursos pré-vestibulares voltados para preparação de estudantes de classes populares e de grupos sociais histórica e socialmente subalternizados por políticas autoritárias e práticas discriminatórias.

Esses cursos pré-vestibulares, que em outro trabalho denominamos de *Cursos Pré-Vestibulares Populares*¹¹, são iniciativas educacionais de professores, estudantes, grupos não institucionalizados juridicamente e entidades diversas ligadas às questões e demandas populares da sociedade.

É importante explicitar que o termo *camadas populares* é aqui utilizados para denominar as classes e os grupos sociais que vivem em condições impostas de

¹¹ NASCIMENTO, Alexandre. Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares.

exploração, dominação, discriminação, esmagamento de identidade e cultura, negação de direitos fundamentais, como o direito ao trabalho, terra, moradia, remuneração digna, cuidados com saúde, acesso à educação formal, reconhecimento cultural e participação política, com destaque para a população negra, que entre outros problemas ainda enfrenta o que nos parece um fator decisivo de bloqueio à sua participação na sociedade: o racismo e a discriminação racial. Por outro lado, e a partir das dificuldades vividas, é no contexto das classes e grupos populares que surgem formas criativas e inovadoras de luta, de produção da própria participação nas dinâmicas sociais e atitudes coletivas constituintes de novas práticas e propostas. Formas de enfrentamento de problemas vividos que nos permite visualizar novas possibilidades e novas instituições. Os cursos pré-vestibulares populares apresentam-se como uma dessas formas.

Ou seja, no cotidiano dos grupos sociais que compõe as camadas populares, a emergência de dinâmicas de resistências, de inconformismo diante das próprias condições e a produção de alternativas para tentar superar as dificuldades que lhes são impostas pelas relações e instituições sociais, parece ser, pelo menos, uma possibilidade, alimentada pelo desejo de uma vida melhor. “O desejo é uma potência constitutiva, e ela é tanto mais forte quanto mais está implantada na pobreza: a pobreza, de fato, não é simplesmente miséria, mas é a possibilidade de muitíssimas coisas, que o desejo indica e o trabalho produz” (Negri, 2003, pág. 47).

O “movimento de movimentos” em questão neste estudo, ou seja, os cursos pré-vestibulares organizados para preparar estudantes pobres e negros para os

exames de admissão das instituições públicas de ensino superior são, por um lado, atividades solidárias de enfrentamento das dificuldades de acesso a essas instituições, dificuldades estas impostas, por um lado, por processos seletivos cuja concepção é excludente, pois se tornou privilégio para quem pode pagar direta ou indiretamente pela preparação para as exigências dos processos. Por outro lado, tais dificuldades são também oriundas de um ensino precário oferecido aos mais pobres, através da rede pública de educação e de escolas privadas, cuja falta de projetos pedagógicos, investimentos em melhorias, a escassez de recursos (laboratórios, bibliotecas, instalações em geral) e as condições indignas de trabalho oferecidas aos professores e demais trabalhadores de educação, aliadas a outros fatores sociais externos ao ambiente escolar (políticas sociais), constituem a educação da baixa qualidade que os pobres podem ter acesso.

Pode-se considerar que o acesso ao ensino superior, em especial o das instituições públicas, depende do pertencimento a determinada classe ou fração de classe social, à determinados grupos sociais e a determinados territórios. E é o questionamento aberto dessa característica elitista da educação no Brasil, outra vertente importante do trabalho desses cursos pré-vestibulares, que qualifica a resistência da mobilização que organiza e a demanda que criou, através de um discurso político comum que foi capaz de configurar inovações democratizantes nas políticas educacionais. As medidas de promoção de acesso aos direitos negros e pobres, ditas ações afirmativas, na educação superior que muitas instituições passaram a experimentar são, em grande medida, tributárias da ação política desses

cursos pré-vestibulares.

Por isso, tais cursos pré-vestibulares são denominados de cursos pré-vestibulares populares e a multiplicidade de cursos existentes de movimento dos cursos pré-vestibulares populares. Em nosso olhar, mais que uma reivindicação do direito ao ensino superior, essa multiplicidade em movimento, surgida para apoiar estudantes de camadas populares e produzir novos direitos e instituições, mostra-se como uma forma criativa de produção de alternativas e de resistência contra relações sociais estabelecidas na sociedade brasileira, que produzem e mantêm hierarquias, lugares sociais para determinados seguimentos da população e possibilidades diferenciadas de mobilidade social.

Os cursos pré-vestibulares populares mobilizam uma multidão de estudantes pertencentes às camadas subalternizadas, professores e colaboradores¹², num trabalho que busca um melhor posicionamento social, cultural e no mundo do trabalho, a partir do acesso ao ensino superior. Através dessas ações coletivas que visam romper as barreiras que dificultam o acesso e a permanência dos pobres neste nível de ensino, a multiplicidade que constitui os cursos pré-vestibulares populares colocaram as instituições de educação em questão, contribuíram para a elaboração e efetivação de propostas de democratização de um direito formalmente estabelecido (a educação formal), o que é fundamental para a democratização dos processos de produção e difusão de conhecimentos.

¹² Estima-se a existência de mais de 2000 cursos pré-vestibulares populares no Brasil, mobilizando de 50000 a 100000 pessoas (fontes: PVNC e EDUCAFRO).

A existência de mobilizações pragmáticas e inovadoras como a dos cursos pré-vestibulares populares, abre possibilidades teóricas (no sentido da elucidação de processos inovadores) e políticas (no sentido da criação de formas capazes de realizar questionamentos que levem a constituição de processos de democratização). O desejo coletivo expresso pela multidão que se mobiliza nos cursos pré-vestibulares populares pode se transformou em luta organizada por abertura das instituições de ensino superior aos pobres e os negros, constituindo um movimento que tornou mais potente o conjunto das mobilizações sociais pela universalização dos direitos.

Neste ponto, torna-se importante a definição do termo Multidão, que utilizamos no esforço de elucidação do significado do movimento dos cursos pré-vestibulares populares. Tal como formulado por Antonio Negri (2002), o conceito de Multidão mostra-se adequado para a elucidação das dinâmicas de resistência observadas nos contextos dos pobres e marginalizados.

Negri define Multidão como de “um conjunto de singularidades”¹³, como multiplicidade de sujeitos não-representáveis e, portanto, como um conceito de raças, etnias, gêneros e diferenças de sexualidade. Porém, como um conceito de classe: mesmo múltipla e internamente diferente, é capaz de agir em comum, a partir daquilo que as singularidades têm em comum. Isso o leva os autores conceberem multidão como um conceito que designa um sujeito social capaz de realizar a

¹³ “Com singularidades queremos nos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente” (p. 139).

democracia, ou seja, “o governo de todos por todos” (p. 141), quando afirmam que no mundo de hoje somente com base na multidão é possível conduzir a produção social e política para a constituição de uma democracia “absoluta”, baseada na livre expressão e na cooperação produtoras de espaços comuns, onde as pessoas produzem, difundem e trocam entre si, culturas, diferenças, afetos, conhecimentos e meios materiais de vida em comum.

O comum, desse ponto de vista, não se refere à noção dominante de “público”, que não faz distinção entre controle Estatal e o que deveria ser, realmente, de posse e gestão de todos(as). Na teoria da multidão de Negri e Hardt, tudo que é, por definição, “público” deve ser gerido de forma a tornar-se comum. Ora, se concebemos a democracia ao mesmo tempo como projeto e processo, ou seja, como um fim que não se pode alcançar sem que os meios sejam democráticos, para que algo seja gerido de forma a tornar-se comum é preciso que a própria gestão seja comum, isto é, seja o resultado permanente da produção das singularidades. O comum é, ao mesmo tempo, base constitutiva e resultado dessa produção.

O que chamamos de comum, portanto, baseia-se na comunicação entre as singularidades e se manifesta, materialmente, através da produção e gestão cooperativas. Num espaço comum (social, político, econômico, institucional) o produto do trabalho da multidão retorna ao comum.

Assim, podemos afirmar que na teoria da multidão, o conceito de comum se afirma como forma democrática que a multiplicidade de singularidades deve assumir. Portanto,

devemos considerar a atividade dos agentes singulares como a

matriz da liberdade e da multiplicidade de todos. Aqui, a democracia torna-se um objeto direto. A democracia não pode ser avaliada à maneira liberal, como um limite de igualdade, ou à maneira socialista, como um limite à liberdade, devendo ser a radicalização sem reservas tanto da liberdade quanto da igualdade. (p. 284)

Assim, a multidão será constituinte quando a multiplicidade de singularidades não tiver instâncias mediadoras. A concepção de democracia que o conceito de multidão expressa exige que os sujeitos falem e cooperem com liberdade.

No pensamento político de base jusnaturalista, o conceito de multidão designa como algo anárquico, desarticulado, desordenado e negativo para a vida social, que, portanto, precisa de um contrato regulado de uma instância superior (o Estado) para passagem à ordem. Premissa da mediação expressa pela idéia de ordem, o contrato pressupõe um corpo político, uma unidade soberana, criada pelo conceito de povo. Ao Estado cabe a representação do soberano (o povo).

Desse ponto de vista, o Estado pode ser compreendido como uma instância de ordenamento social e, em relação à multidão, uma instância superior de mediação que a transforma em povo, ou seja, em uma unidade uniforme e determinada dentro de uma fronteira. De acordo com Negri isso é falso, pois não é possível olhar as diferenças ou uma multiplicidade de singularidades como unidade. Qualquer

população é naturalmente multiplicidade (de perspectivas, de culturas, de corpos diferentes). Mas povo é o conceito de um uno indiferenciado, que reduz as características diferenciadas dos corpos e culturas em uma única identidade. Além disso, o povo é um soberano representável, ou seja, uma instância soberana que não exerce a sua soberania.

Na perspectiva teórica com a qual analisamos as lutas e movimentos sociais contemporâneos, são as expressões autônomas e as produções cooperativas das singularidades, a partir dos problemas que enfrentam, da experiência da escassez, dos desejos que constroem em comum e dos conflitos abertos por esses desejos, os elementos potencialmente constitutivos de inovações e transformações sociais no sentido da constante produção da igualdade, da liberdade e, pois, de aberturas que cada vez mais democratizam a democracia. No conceito de multidão elaborado pelo investimento teórico que tenta elucidar essa perspectiva política, as produções cooperativas das singularidades têm potência de invenção e podem constituir espaços comuns mantendo suas diferenças.

Os movimentos sociais anti-racistas contemporâneos, como o movimento dos cursos pré-vestibulares populares, efetivam esse conceito de multidão quando afirmam, nas suas práticas e discursos, que as ações políticas que desenvolvem são por igualdade e não pelo fim das diferenças raciais. As suas lutas se desenvolvem no sentido da produção de relações e instituições sócio-culturais nas quais as diferenças raciais possam se expressar livremente, ou seja, relações e instituições nas quais a raça/etnia não influencie na determinação de lugares, possibilidades e hierarquias de

poder.

Quatro pontos são fundamentais no conceito de multidão elaborado a partir do pensamento do Antonio Negri:

1. **“A multidão é um conjunto de singularidades”** (Negri, 2003-A, p. 163). O conceito de multidão nos remete a uma substância que produz a si mesma, uma multiplicidade singularidades que se alto constitui, que é a própria voz, a própria expressão e que, portanto, é irreduzível à qualquer representação externa. São, portanto, singularidades cujas diferenças não podem ser reduzidas a qualquer tentativa de uniformização. Porém “a multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que os sujeitos têm em comum” (Negri, 2005, p. 140), ou seja, é uma multiplicidade, internamente diferente, cuja constituição e ação não se dão a partir de uma identidade ou unidade, mas a partir do que tem em comum.
2. **Multidão é “conceito de classe”** (idem), pois a multidão “é sempre produtiva e está sempre em movimento” e também é “explorada na produção” na medida em que na configuração atual do capitalismo (ou do pós-fordismo) tempo de trabalho e tempo de vida tendem a ser a mesma coisa e a produção torna-se resultado da cooperação social, a exploração torna-se exploração da cooperação. Considerar multidão como classe social, é considerá-la como uma classe não-operária, mas que está totalmente implantada no novo paradigma produtivo. Corroborando esse pensamento, Maurizio Lazarato (2002, p. 73-83) afirma que

“em face das transformações em curso observadas na dinâmica do capitalismo (...), um deslocamento na reflexão teórica e política se faz necessário”, pois segundo este autor hoje

nos confrontamos com uma acumulação capitalista que não se funda mais somente na exploração do trabalho no sentido industrial do termo, mas na exploração do conhecimento, do vivo, da saúde, do tempo livre, da cultura, dos recursos relacionais entre indivíduos (comunicação, socialização, sexo), do imaginário, da formação, do habitat, etc. O que se produz e se vende não são apenas bens materiais ou imateriais, mas formas de vida, formas de comunicação, padrões de socialização, de educação, de percepção, de habitação, de transporte, etc... o que é posto a trabalhar é a vida, o que é explorado, o que é objetivo de acumulação, são as **diferentes expressões da vida**. (grifos nossos).

Para Lazarato, tal deslocamento já pode ser observado nos movimentos sociais: “podemos constatar que até mesmo as reflexões sindicais se deslocam...A CGT (confederação sindical francesa), por exemplo, é obrigada a levar em conta os ‘direitos do indivíduo ao longo de toda a sua vida’: ‘Trata-se, de fato, de passar de uma visão reparadora sobre a indenização do desemprego e do direito à licença e um direito do indivíduo ao longo de toda sua vida’ (...)”. Nessa transformação do “capital-trabalho” para “capital-vida”, as múltiplas e diferentes expressões da vida (expressa pela multiplicidade de singularidades

que constitui a multidão), conclui Lazarato, “não podem ser representadas por um sujeito único - classe operária - capaz de totalizar comportamentos”.

3. **Multidão “é o povo sem transcendência”.** O conceito de multidão expressa também uma crise no sistema de representação, ou seja, uma situação “na qual a soberania não pode ser separada de seu exercício”, o contrário do que se expressa no conceito de Povo. O conceito de Povo é uma tentativa de criação de um todo homogêneo, uma unidade representável por um ente transcendente e soberano, o Estado. A multidão não pode ser representada, pois que se trata de uma multiplicidade de singularidades, “carne da vida”. Assim a democracia da multidão não pode ser senão democracia absoluta, ou seja, uma construção aberta e permanente das condições objetivas e subjetivas de igualdade e autonomia. E, além disso, se o conceito de multidão se opõe ao de povo, também se opõe ao de massas e ao de plebe, pois “massa e plebe foram muitas vezes palavras usadas para nomear uma força social irracional e passiva, perigosa e violenta”. Ao contrário disso, “a multidão é um ator social ativo um ator ativo de auto-organização”. (NEGRI & HARDT, 2000; NEGRI & COCCO, 2002, pág. 24; NEGRI, 2003a, pág. 163 a 177).

4. **Multidão é conceito de uma “potência democrática”.** pode produzir “além da medida” (NEGRI, 2003, pág.164-177), ou seja, além dos obstáculos constituídos. De uma forma mais ampla, é a multidão, como classe do trabalho, que concretamente produz e reproduz o mundo. Já o capital, para produzir, vale-se apenas de uma relação de comando, ou seja, de uma relação que estabelece

quem manda e quem obedece. Para Negri, é aí que reside o poder de quem exerce a soberania. Mas é também aí que pode se manifestar o poder da multidão, vista como potência: a multidão pode ser a negação radical dessa relação. Segundo Negri, “justamente por essa razão, a multidão constitui o limite da relação soberana”, tanto na sua forma capitalista, quanto nas experiências históricas de constituição material do comunismo.

A multidão, vista como conjunto de singularidades híbridas e múltiplas vem se afirmando como sujeito político por excelência. Não é o povo, conjunto de cidadãos reconhecidos pelo Estado enquanto tal, que é o agente político capaz de constituir um novo real, que é o efeito de um poder constituído, cujo arcabouço jurídico e suas instituições apresentam-se como um poder superior, que define as condições e os limites da ação política. Já a multidão se compõe de singularidades que resistem e, por vezes, recusam a representação e se insurgem às tentativas de aprisionamento por parte das medidas constituídas pelos poderes estabelecidos e provocam rupturas. Podemos perceber essas características em movimentos como os dos sem-terra, dos sem-teto, dos trabalhadores informais, do software livre, do *copyleft*, do feminismo e do anti-racismo diferencialista, entre outros.

Concebido assim, o conceito de multidão expressa um sujeito social múltiplo, dinâmico e constitutivo, que como um enxame investe em comum naquilo que ameaça e naquilo que deseja. Eis, do nosso ponto de vista, um conceito adequado para elucidarmos o movimento dos cursos pré-vestibulares populares.

O MOVIMENTO DOS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

Do ponto de vista teórico que formulamos até aqui, podemos considerar o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares como ator social inovador e produtivo, cuja produção organiza, por meio de uma resistência criativa, uma luta política por inclusão não subordinada e, como tal, pela universalização dos direitos e democratização das instituições de ensino.

A multiplicação de Cursos Pré-Vestibulares Populares pelo Brasil a partir de meados dos da década de 1990 e na década de 2000 demonstra a explosão de uma nova demanda, que até o início dos anos de 1990 era pouco expressiva: a demanda dos pobres e marginalizados por acesso ao ensino superior.

E como já dissemos anteriormente, o trabalho do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares consiste em ensinar conteúdos solicitados nos exames de seleção das instituições de ensino superior, a fim de preparar estudantes oriundos de classes populares e de grupos sociais discriminados para tais exames, os chamados vestibulares. Essa é a atividade fundamental, a que mobiliza pessoas num trabalho de cooperação e solidariedade. A partir daí, desenvolvem-se organizou-se uma luta, através de ações que passaram a questionar abertamente os processos de seleção e as dinâmicas internas das instituições de ensino superior públicas (especialmente as instituições públicas), o ensino básico (especialmente o ensino público), o mérito acadêmico, as desigualdades de possibilidades, a ausência de políticas públicas e institucionais de acesso e permanência no ensino superior para estudantes pobres e negros e os preconceitos e discriminações (raciais, especialmente) presentes nas

práticas e discursos que mantêm e reproduzem tal estado de coisas.

O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares é, possivelmente, senão o maior, um dos maiores movimentos sociais urbanos do Brasil em número de pessoas envolvidas (estudantes, professores, colaboradores). Na década de 1990 tornou-se um dos movimentos populares mais expressivos, cujas práticas e dinâmicas políticas desenvolvem-se no sentido da abertura do acesso ao ensino superior para estudantes pobres e negros, mobilizando milhares de pessoas em todo país.

A mobilização promovida pelo Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares é muito mais que uma mobilização caridosa, de pessoas que se reúnem para ajudar outras que precisam. Embora notadamente seja um movimento solidário, o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares produziu importantes e potentes questionamentos sobre a educação superior, a educação básica, às formas de seleção, ao currículo escolar e, em caráter geral, sobre o direito à educação, formalmente garantido pela legislação a todas as pessoas no Brasil.

E tudo isso não é por acaso. A educação brasileira, em geral, necessita melhorar quantitativa e qualitativamente, para que seja um dos principais vetores de desenvolvimento democrático das relações sociais, e da produção cultural, política, científica, tecnológica e, pois, de melhores condições de vida.

A existência de cursos pré-vestibulares populares, por si só, denuncia que as políticas educacionais, apesar de terem formalmente caráter universal,

historicamente são pouco comprometidas com a democracia, com a universalização material do direito à educação; denuncia, também, desigualdades e a existência de preconceitos e discriminações no comportamento e nas dinâmicas das instituições educacionais.

De fato, no conjunto das políticas públicas no Brasil há uma ausência de mecanismos concretos que possibilitem acesso aos serviços formalmente definidos como direito de todas as pessoas e o desinteresse dos sucessivos governos republicanos e dos setores hegemônicos no poder de influência sobre o Estado, pela educação da maioria da população.

No que diz respeito ao ensino superior essa questão parece ser ainda mais complexa. O sistema de ensino superior no Brasil, composto por universidades, centros universitários e faculdades públicas e privadas, é historicamente herdeiro de um pacto social que entendemos como elitista (um pacto racista e conservador estabelecido pelos setores historicamente hegemônicos na política, na economia e na produção intelectual, que definiu hierarquias e lugares sociais). O formato de ensino superior fruto desse pacto é voltado para a classe proprietária e para os grupos sociais que gozam de privilégios dentro do referido pacto. Pobres e negros, notadamente, não parte do pacto.

Ou seja, o ensino superior brasileiro é, notadamente, lugar de produção e reprodução de uma elite e de uma tecnocracia oriundas dos setores sociais economicamente privilegiados (empresariado, profissionais liberais, alto funcionalismo público), em sua maioria composta pelo grupo da população que o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica como brancos.

As denominadas universidades públicas parecem, nesse contexto, exemplos do uso privativo de recursos públicos, ou seja, das riquezas produzidas pelo trabalho comum. Seu funcionamento acontece de forma diferente do que determina seu estatuto formal. Por exemplo, a universidade pública não cobra mensalidades em seus cursos, mas para que se tenha acesso a ela é quase uma obrigatoriedade pagar colégios e cursos cujos preços são proibitivos aos mais pobres.

Nesse contexto, algumas análises concluem que as camadas da população brasileira de maior poder aquisitivo, que são as que podem pagar por cursos e escolas que capacitam para os exames de seleção das universidades públicas, são subsidiadas pelo Estado durante o ensino superior, ao passo que as camadas mais pobres ficam prejudicadas porque o mesmo subsídio estatal é deficitário para o ensino básico.

Estudantes de famílias com maior poder aquisitivo, que cursam escolas privadas até o vestibular, recebem subsídios do governo para freqüentar as universidades públicas de alto nível. Estudantes mais pobres freqüentam as escolas públicas de primeiro e segundo graus com poucos recursos e, normalmente, não conseguem passar no vestibular das universidades públicas (Telles, 2003, pág. 199).

Analisando desse ponto de vista, pode-se concluir que o ensino básico público não capacita seus estudantes, em sua maioria pobres, para o acesso ao

ensino superior oferecido pelas universidades públicas, que em geral é de melhor qualidade e proporcionam melhores condições profissionais aos seus estudantes, por gozarem estas instituições de maior reconhecimento social. Ou seja, a culpa do baixo acesso dos pobres ao ensino superior é, em parte, atribuída à baixa qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas de ensino básico, que são de competência de estados e municípios. Há, entretanto, escolas federais e colégios de aplicação ligados às universidades públicas que oferecem um bom ensino (levando em consideração o sucesso de seus estudantes os exames vestibulares em relação aos estudantes das redes públicas estaduais e municipais), mas que funcionam como as universidades: o acesso é feito através de exames de seleção como os vestibulares e privilegia os estudantes oriundos de famílias que têm melhores condições econômicas.

Nesse contexto, as instituições de ensino superior ficam isentas de críticas e questionamentos, pois considera-se que seus exames de seleção são avaliações da qualidade do ensino básico. Porém, um dos questionamentos explícitos dos cursos pré-vestibulares populares é o caráter elitista dos processos de seleção dessas instituições.

Para o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares as provas de vestibular das Universidades Públicas exigem conteúdos que estão fora dos parâmetros e diretrizes básicas do ensino médio, o que quer dizer que não é somente o ensino público que é de baixa qualidade, mas também que as universidades cobram conteúdos em seus vestibulares que não fazem parte das diretrizes

curriculares da educação da maioria da população. E, além disso, falta nas políticas públicas e institucionais a escuta dos setores a que tais políticas se destinam.

Podemos citar, por exemplo, a denúncia de Frei David Raimundo dos Santos¹⁴, que afirma que “há vestibulares desonestos. A rede pública dá o conteúdo A. A rede particular ensina o conteúdo A+B. Os que têm mais dinheiro no bolso vão aos cursinhos caros, que têm o conteúdo C. Assim, 85% do vestibular da Fuvest¹⁵ explora os conteúdos B e C. É jogo de cartas marcadas, passa quem tem dinheiro. Um vestibular honesto não pode medir apenas acúmulo de saber em uma realidade tão desigual quanto a brasileira”¹⁶. Por outro lado, ainda de acordo com Frei David Raimundo dos Santos¹⁷, “Há, no mínimo, cinco redes públicas paralelas de ensino médio no Brasil: a) Escolas Técnicas Federais; b) Escolas Técnicas Estaduais; c) Escolas Públicas dos centros das cidades; d) Escolas públicas das cidades do interior; e) Escolas públicas abandonadas das periferias”. E, segundo Frei David, são nas “escolas públicas abandonadas das periferias” que estão “as grandes vítimas do ensino brasileiro: os afrobrasileiros”. Percebe-se nessas denúncias a crítica às instituições de ensino superior e também ao ensino básico público, explicitando comportamentos, digamos, elitistas e também diferenciações que produzem e

¹⁴ Coordenador e principal porta-voz da EDUCAFRO (<http://www.educafro.org.br>), uma organização católica que organiza uma grande rede de Cursos Pré-Vestibulares Comunitários.

¹⁵ A FUVEST é a Fundação universitária para o vestibular, instituição que organiza exames vestibulares de várias universidades e faculdades no Estado de São Paulo.

¹⁶ Disponível em http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/noticias_educacao/id050301.htm.

¹⁷ Apresentação na audiência pública realizada pelas Comissões de Educação e Assuntos Sociais do Senado Federal em 03 de agosto de 2006.

reproduzem desigualdades.

Outro importante exemplo é o posicionamento público do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), através de uma Carta Aberta datada de 07 de março de 2004, quando em face do anúncio pelo governo da criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI):

Nós, do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), consideramos importante a preocupação do governo e apoiamos a idéia básica de ampliação das vagas no ensino superior. Entretanto, temos também preocupações, tanto em relação ao programa proposto quanto em relação à proposta de Reforma Universitária, e queremos ressaltar os seguintes pontos: 1) Como nas reformas anteriores (Previdência e Fiscal) e nas reformas em andamento (Política e Trabalhista), a proposta de Reforma Universitária carece de democracia em seu processo de discussão e elaboração. Discordamos da forma como o governo vem conduzindo este processo e achamos fundamental que haja ampliação do debate, que deve buscar a participação de outros setores, além do governo, dos empresários, da igreja católica e do setor acadêmico. Devem ser instituídos fóruns locais e regionais de discussão e ser ouvidos, por exemplo, os diversos grupos e organizações do Movimento de Pré-vestibulares Populares. 2) Em relação do Programa Universidade para Todos, discordamos da forma como está proposto. Consideramos a importância do caráter emergencial do Programa, pois conhecemos muito bem o tamanho da demanda das classes populares e dos grupos sociais histórica e socialmente marginalizados pelo acesso ao ensino superior, que é, na letra da lei, Direito de Todos. Entretanto, como está proposto o Programa pode aprofundar as desigualdades sociais, na medida em que se sugere que as vagas estatizadas nas instituições particulares sejam para negros, indígenas, portadores de necessidades especiais, ex-presidiários e pessoas de famílias de baixa renda. Todos conhecemos as dificuldades (em certos casos a falta de compromisso) das instituições particulares em manter um ensino de qualidade articulado à pesquisa. Para nós, é importante, urgente e fundamental para o desejado

processo de democratização e universalização do ensino superior que o governo abra uma discussão e considere a importância de uma política de cotas tanto nas vagas a serem estatizadas quando nas universidades estatais, que em nosso ponto de vista, deve ser no mínimo de 50% das vagas para os grupos desprivilegiados e discriminados; é fundamental, também, que o Programa tenha uma política de ocupação das vagas ociosas nas universidades estatais, prioritariamente destinadas aos grupos sociais marginalizados; é fundamental, ainda, que o Programa considere outras formas de acesso além do vestibular (por exemplo, um processo de avaliação de desempenho no ensino médio) e política de permanência (bolsas e atendimento estudantil) nos dois grupos de vagas. E, dado seu ‘caráter emergencial’, o Programa deve vigorar por um período de tempo determinado, juntamente com um processo de publicização das universidades estatais”.¹⁸

O Movimento de Cursos Pré-Vestibulares Populares configura-se como um *movimento de movimentos*, pois é constituído por múltiplos movimentos (cursos autônomos, redes de cursos e cursos que são projetos de ONG, sindicatos, universidades, associações, igrejas, etc) e constituinte de formas não convencionais de fazer política e organizar a luta (não há uma instância centralizadora, uma direção ou coordenação geral, como nas formas de organização mais tradicionais). Mas podemos dizer, entretanto, que as práticas desse movimento de movimentos convergem para uma demanda comum: o acesso ao ensino superior.

Essa convergência, que pode ser entendida como uma exigência social de universalização do acesso ao ensino superior aparece no cenário sócio-político como

¹⁸ Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes-PVNC, Carta ao Presidente da República, ao Ministro de Estado da Educação e à Sociedade Brasileira. Disponível em http://pvnc.sites.uol.com.br/documentos/PVNC_CartaAberta.pdf.

uma parte significativa de um processo mais amplo de democratização material de direitos, na medida em que o trabalho dos cursos pré-vestibulares populares vem servindo de base para importantes propostas na agenda das políticas públicas. As políticas de cotas, algumas políticas institucionais (como a política de acesso e permanência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ) e alguns programas do Ministério da Educação (Diversidade na Universidade e PROUNI), embora tenham outros atores sociais envolvidos¹⁹, apresentam os cursos pré-vestibulares populares como bases importantes.

Há análises classificam os movimentos populares, como o movimento dos cursos pré-vestibulares populares, de fragmentados e “sem direção”, como sugere César Benjamin ao escrever que:

Os grupos que têm em comum a experiência da exploração e da exclusão ainda não se expressam de modo universal. Sua consciência, fracionada e desigual, abriga visões de mundo diferentes e, às vezes, conflitantes. Mas contém elementos sinceros e criativos, apesar de rudimentares e ambíguos, que podem servir de base à construção de outro projeto. Só eles têm condições de visualizar uma sociedade em que liberdades civis e direitos sociais sejam indissociáveis, como expressões do direito fundamental a uma vida digna, vivida em paz, sem ameaças e necessidades torturantes. Só eles podem lançar-se de forma decidida na construção desse caminho. Para que tal aconteça, a discussão do novo projeto é, mais do que nunca, necessária (BENJAMIN, 1998, pág. 17. Grifos nossos).

¹⁹ Organizações do Movimento Negro, do Movimento Estudantil, do Movimento Sindical, Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior e outras organizações.

Embora Benjamin reconheça que são os movimentos populares os sujeitos sociais que, com as suas lutas, podem produzir aberturas que possibilitem a constituição de outras formas de sociabilidade, em seu pensamento as experiências populares de luta por cidadania apenas podem servir de base a outro projeto de sociedade. Trata-se de um olhar com o qual não concordamos, pois os conhecimentos produzidos pelas experiências populares e a nossa própria experiência concreta no movimento dos pré-vestibulares populares mostram que o trabalho desses movimentos, além da tentativa de superar problemas e barreiras concretas do presente, são também constitutivos de outras formas de organização das instituições.

Um exemplo concreto disso acontece na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que desde o ano de 2003, por força de uma lei estadual, possui um programa de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, estudantes auto-declarados negros e estudantes com deficiência, todos dentro de um limite de renda *per capita* que visa garantir que a ocupação dessas vagas seja feita pelos estudantes mais pobres. A entrada desses estudantes pelo programa de reserva de vagas, faz emergir discursos e comportamentos preconceituosos, mas faz as instâncias de decisão da universidade colocarem novos temas em discussão, como a permanência, a pedagogia e a pesquisa. Ou seja, trata-se de um programa que está mexendo profundamente com a estrutura e a organização de uma universidade.

A lei estadual que criou a reserva de vagas é, fundamentalmente, fruto da luta do movimento social negro e do trabalho dos cursos pré-vestibulares populares. Há

quem discorde dessa política, por considerá-la uma mera concessão do capitalismo, que é capaz de absorver esse tipo de reivindicação, desde que o capital, como relação social, não seja colocado em cheque. Entretanto, não se pode negar que há no movimento dos cursos pré-vestibulares populares, mesmo “fragmentado” e “sem direção”, o que obviamente nossa perspectiva teórica discorda, uma potência constitutiva que vem sendo capaz de fazer com que instituições sejam reconfiguradas e internamente reflitam sobre as suas funções na sociedade.

No nosso ponto de vista, a visão expressa na afirmação de César Benjamin é oriunda de uma interpretação teórica que separa o sujeito do mundo criado por ele e compreende o chamado senso comum como falta de consciência da realidade. O senso comum “é comum não porque seja banal ou mero e exterior ao conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social” Martins (2000, p.59), é comum porque que é fruto dos saberes e da cooperação de singularidades.

Para Milton Santos (apud BENJAMIN & ELIAS, 2000, p.33), falta em alguns círculos intelectuais a capacidade de abrir-se para as práticas de resistência dos pobres e marginalizados. Para este autor,

a interpretação hegemônica (não somente a interpretação conservadora, mas também algumas interpretações progressistas), que ainda detém o quase-monopólio do discurso, é tolerante consigo mesma e otimista face aos seus próprios erros. Não consegue analisar o problema (SANTOS, 2000, p. 33-34. Comentários nossos).

Porém, é na resistência e capacidade de invenção dos pobres, em face da escassez, da experiência de exploração e das diversas formas de violência com que convivem, que encontramos elementos de uma recusa produtora de alternativas. O movimento dos cursos pré-vestibulares populares e outros movimentos, como o trabalho de grupos de hip-hop, a luta dos Camelôs no Rio de Janeiro pelo direito ao trabalho e à renda, as lutas por terra e moradia dos movimentos dos sem terra e dos sem teto, entre outros, parecem efetivar tal afirmação e, além disso, colocam novos debates na sociedade e pautam agendas para a política, para a pesquisa e para a teorização.

De fato, estamos diante de experiências políticas que, nas dinâmicas de luta, com momentos de fraqueza, mas também com momentos de potência, produzem outras formas de análise da realidade, e formas novas de pensar e produzir mudanças e, portanto, podem gerar perspectivas e possibilidades sociais e históricas também novas.

Neste sentido, as mudanças que hoje se tornam cada vez mais necessárias, na medida em que o capitalismo mostra-se cada vez mais incapaz de assegurar vida digna às pessoas, que a chamada globalização se configurou como globalização da guerra e que a exploração do trabalho torna-se exploração da vida, alternativas vem sendo produzidas pelos múltiplos movimentos que se insurgem de baixo para cima, movimentos concretos e pragmáticos, que “tem como atores principais os países subdesenvolvidos e não os ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o

homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único” (Santos, 2000).

Cornelius Castoriadis corrobora nossa hipótese e ao mesmo tempo apresenta um desafio para a pesquisa, ao afirmar que “é no nível das massas”, para nós multidão, “as únicas que podem realizar uma nova sociedade, que é preciso examinar o nascimento de novas motivações e de novas atitudes” (Castoriadis, 1982). O movimento dos cursos pré-vestibulares, além de se constituir e trabalhar para romper as barreiras que dificultam o acesso das camadas populares ao ensino superior público, vem contribuindo para colocar em ação e como pauta na agenda política o conceito de ação afirmativa – como denominação geral dada às políticas públicas e privadas de combate à discriminação e promoção de igualdade de oportunidades e tratamento – e, dentro deste marco, as propostas de políticas de cotas raciais e sociais como reivindicação geral de combate ao racismo e de redução das desigualdades observadas na composição do ensino superior.

Em face disso, e com base em participações/observações, temos inicialmente a nossa premissa básica de que PVNC, EDUCAFRO, MSU (Movimento dos Sem Universidade) e outras redes de pré-vestibulares desenvolvem um trabalho que, além do ensino de conteúdos para os exames vestibulares, produzem demandas, questionamentos, reivindicações e propostas que vem forçando a constituição de processos de universalização do acesso ao ensino superior em particular e da universalização dos direitos de uma forma mais geral.

Nos discursos de integrantes dos cursos pré-vestibulares populares fica nítido

o ponto de vista segundo o qual o impacto expressivo do movimento é fruto da insistência em acreditar na ação política coletiva questionadora e propositiva de aberturas democráticas sobre as instituições, não se limitando apenas à produção de trajetórias de sucesso para alguns jovens (ou grupos), para que esses consigam entrar na “sociedade do conhecimento” e do consumo. As produções do movimento dos cursos pré-vestibulares ajudaram a fazer a sociedade e as instituições a discutir políticas de acesso, permanência e direitos que reconheçam os produtos sociais de tal produção e que lhes permitam participar do âmbito geral da produção social, do consumo, da comunicação, da inteligência, do direito aos direitos. Do mesmo modo que o trabalho dos movimentos culturais produz linguagens, visões e formas, a luta dos cursos pré-vestibulares populares para abrir mais espaço no ensino superior para estudantes pobres e negros o acesso ao saber científico, artístico, filosófico e técnico, também assume uma perspectiva transformadora das formas de produção e difusão desse saber .

O crescimento do número de cursos pré-vestibulares populares a partir da metade da década de 1990 e algumas ações objetivas desenvolvidos por seus integrantes em instituições de ensino e instituições com poder de formulação de políticas públicas, como reivindicações de isenção de taxa de inscrição de vestibular para os estudantes, negociações de bolsas de estudos, proposições de medidas de apoio aos estudantes pobres e negros, participações em comissões de formulação e avaliação de políticas públicas, participações em pesquisas acadêmicas, manifestações e posicionamentos públicos em favor de políticas de ação afirmativa e

da abertura das instituições ao seu trabalho e às suas propostas (escolas públicas e instituições de ensino superior, fundamentalmente), passaram a influenciar professores, gestores e legisladores, a ponto de se servirem de base para questionamentos sobre desigualdades e relações produtoras de desigualdades, e causando constrangimentos aos grupos que, historicamente, se beneficiam do fechamento, aos mais pobres e aos grupos sociais naturalizados pelo racismo como inferiores, do acesso aos direitos.

No debate contemporâneo sobre desigualdades e políticas de democratização, as reações contra as propostas de políticas de cotas, vindas de setores da imprensa, da comunidade acadêmica, de juristas, de políticos e de pessoas que se beneficiam das relações sociais e raciais assimétricas que ainda fazem parte da realidade social brasileira, como mostram alguns estudos (Henriques, 2000; Theodoro, 2008; Jaccoud, 2009).

As universidades públicas, foco privilegiado das críticas dos cursos pré-vestibulares populares, são instituições que, no contexto das relações sociais e raciais brasileiras, historicamente funcionam como instituições privativas, como instituições que, na prática, destinam seus serviços e suas produções para a reprodução de determinados grupos sociais. Não é por acaso que os cursos pré-vestibulares populares reclamam e denunciam que a universidade pública no Brasil é espaço de exclusão, com cultura e processos internos que dificultam a entrada e a permanência, em seu âmbito, de estudantes oriundos dos setores populares. Não é por acaso também que a proposta de cotas para negros, indígenas, estudantes pobres

e estudantes oriundos de escolas públicas têm o apoio da maioria dos cursos pré-vestibulares populares. Na verdade, os cursos pré-vestibulares populares constituem a base social sobre a qual se fundamentam as propostas de ação afirmativa no ensino superior.

Coloca-se, então, como elementos de análise a potência e os limites das ações pedagógicas e políticas do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares da questão social mais geral, ou seja, as desigualdades e as condições sociais de pobreza e violência simbólica e material em que se encontram a maioria da população no Brasil e, também, das relações sociais que determinam essa questão. Cabe destacar que da população pobre a maioria é negra, e que se não pode deixar de considerar o racismo como elemento de análise.

Histórico e Características do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares a partir da década de 1990.

Embora tenham proliferado e se tornado politicamente expressivos ao longo dos anos de 1990, os cursos pré-vestibulares populares não surgiram nesta década. Em 1975, por exemplo, Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), uma organização do movimento negro, situada no Município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, organizou um curso pré-vestibular para negros. Podemos citar também o curso pré-vestibular do projeto “Universidade para Trabalhadores” da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(ASSUFRJ, atual SINTUFRJ), criado em 1986.

Entretanto, foi na primeira metade da década de 1990 que este tipo de organização para lutar por acesso ao ensino superior ganhou popularidade e formas que tornam possível caracterizá-las como um movimento social. Isso começou a acontecer, principalmente, a partir do surgimento dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC), na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Por isso, estamos considerando as experiências que foram referências para a popularização da proposta de curso pré-vestibular popular na década de 1990. Além disso, a gênese da configuração atual do movimento dos cursos pré-vestibulares populares está relacionada aos novos contextos político-econômicos e às novas formas das lutas sociais (os chamados novos movimentos sociais) que surgiram com força na década de 1980.

Três experiências são fundamentais para entendermos a constituição do movimento dos cursos pré-vestibulares populares: O curso pré-vestibular da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ASSUFRJ (atual Sindicato dos Trabalhadores em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - SINTUFRJ), O curso *Mangueira Vestibulares*, criado no Rio de Janeiro para atender aos estudantes do Morro da Mangueira e o curso da *Cooperativa Steve Biko*, criado em Salvador. Essas experiências foram importantes referências para as pessoas que criaram o primeiro curso denominado de Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

O Curso Pré-Vestibular da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ASSUFRJ foi criado no contexto de um projeto educacional da associação, denominado de “Universidade para Trabalhadores”.

A fim de alargar o campo de atuação do movimento, integrando-o à discussão dos rumos da universidade, da educação e da cultura, o projeto Universidade para os Trabalhadores propõe-se a contribuir para a formação educacional e cultural dos funcionários da URFJ e seus dependentes, dos trabalhadores sindicalizados e de moradores das comunidades populares, através de três sub-projetos: a) Curso Pré-Vestibular; b) Curso de Alfabetização e Supletivo 1^o e 2^o Graus; c) Curso de Formação Sindical e Cultural. (SINTUFRJ, 1996).

Para atender aos objetivos do projeto *Universidade para os Trabalhadores*, o Curso Pré-Vestibular da associação incorporou em seus conteúdos, estudos básicos sobre política, economia e sociedade. A perspectiva era contribuir para a construção de uma consciência de classe.

Desde seu início, o Pré-Vestibular vem se mostrando uma experiência repleta de desafios pedagógicos e políticos, que se refletem na tentativa de construir, em um ano, uma prática pedagógica que desenvolva uma consciência crítica e, ao mesmo tempo, prepare os alunos para os exames vestibulares(...) No plano político, abrimos um espaço de debate e reflexão da prática social dos alunos-trabalhadores, que busca contribuir para a formação de uma consciência de classe fundamental na vida social e na futura trajetória universitária

dos nossos alunos (...) A ação política também vem se materializando em nosso fazer pedagógico, através do domínio crítico dos conteúdos transmitidos e da relação professor aluno. Objetivamos que o aluno ocupe o papel de sujeito(...)" (SINTUFRJ, 1989).

O curso *Mangueira Vestibulares* (atual Associação Mangueira Vestibulares) surgiu para atender aos estudantes residentes no Morro da Mangueira, no Município do Rio de Janeiro. O Curso Mangueira Vestibulares também apresenta, desde seu início, uma preocupação pedagógica que ultrapassa o ensino de conteúdos para os vestibulares. Faz parte do projeto pedagógico do curso a desenvolvimento de práticas pedagógicas para contribuir com a construção de consciência crítica da realidade e de autonomia no ato de aprender, por considerar os cursos tradicionais como meros treinamentos.

O Curso Pré-Vestibular da Cooperativa Steve Biko (atual Instituto Steve Biko) surgiu em 1992, para preparar estudantes negros para os exames vestibulares. O nome Steve Biko foi dado em homenagem ao líder Sul Africano, morto pelo apartheid. Esse curso se apresenta como uma forma de combate ao racismo e como afirmação de identidade. Mesmo não sendo uma experiência que surgiu no Rio de Janeiro, o curso da Cooperativa Educacional Steve Biko foi uma importante referência para o grupo que fundou o PVNC e, por ser a concretização de uma proposta surgida nos debates do movimento social negro, teve grande impacto no interior desse movimento social.

Essas três experiências têm um papel importantíssimo. Foi tomando como referências essas experiências que, em 1993, surgiu o Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro. Este foi o ponto de partida para o que mais tarde transformou-se no Movimento de Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC).

O PVNC inaugurou uma nova fase no trabalho popular de preparação de estudantes para o vestibular, trazendo em sua luta o debate sobre discriminação e desigualdade racial relacionado aos conflitos e desigualdades de classes sociais. O nome “Negros e Carentes” é expressão dessa relação.

Para o PVNC o racismo e a discriminação racial, entre outras questões, são elementos de grande relevância para a compreensão das relações raciais assimétricas na sociedade brasileira, que estão relacionados à produção das desigualdades sociais, da pobreza e da negação material dos direitos expressa na falta de políticas de universalização, sendo variáveis que devem ser consideradas para o entendimento dos motivos da baixa quantidade de estudantes negros nas universidades brasileiras, especialmente nas universidades públicas. Esses elementos aparecem nas falas de alguns dos fundadores do PVNC sobre o objetivo do trabalho que iniciaram em 1993:

(O objetivo é) Criar um espaço onde solidariedade e busca do crescimento acadêmico dos alunos seja colocada em prática; colocar nas universidades públicas e particulares com bolsas, alunos dos núcleos que, além do saber acadêmico, tenham desenvolvido um bom

saber no campo da cidadania e da cultura, passando pelos direitos humanos, constitucionais, trabalhistas etc; potencializar a disponibilidade dos professores e coordenadores como solidárias, tendo como meta criar e fortalecer a rede dos trabalhos comunitários (Frei David Raimundo dos Santos, fundador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes).

A primeira coisa (o principal objetivo) é contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior. Esse é o ponto principal. Também contribuir para a construção de uma identidade de militante do movimento popular, construir essa cara de militante popular é importante. Intervir na universidade através desses mesmos militantes. Propor e participar de fóruns de debates dentro da universidade, discutindo questões amplas, como a relação da universidade com a comunidade, a universidade e a política econômica neoliberal da América Latina. Contribuir para a qualidade do ensino fundamental, médio e superior (Antonio Dourado, Fundador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes).

Os objetivos do PVNC são basicamente dois. Primeiro, denunciar a péssima qualidade de ensino de 2º grau do país, sobretudo do Rio de Janeiro e na Periferia, mais especificamente na Baixada Fluminense. Em segundo lugar, resgatar a questão racial, sobretudo em função do número muito pequeno de negros que existem dentro das Universidades, até porque boa parte não consegue concluir o 2º grau e, por consequência, não chega a Universidade, o que comprova que a Universidade é elitista e excludente, elimina a possibilidade dos pobres e, sobretudo, dos negros. O PVNC tem um papel fundamental nesta questão, mesmo que algumas pessoas digam que o trabalho do PVNC é equivocado (José Carlos Esteves, Coordenador de Núcleo de 1994 a 2000).

Essas questões também aparecem em alguns documentos do PVNC:

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) é um movimento de educação popular, laico e apartidário, que atua no campo da educação através da capacitação para o vestibular, de estudantes economicamente desfavorecidos em geral e negros(as) em particular. Com o ensino pré-vestibular e outras ações, o PVNC quer ser, em caráter geral um Movimento de luta contra qualquer forma de racismo e exclusão e, em caráter específico, uma frente de denúncia, questionamento e luta pela melhoria e democratização da educação, através da defesa do Ensino Público, gratuito e de qualidade em seus níveis fundamental, médio e superior (PVNC, CARTA DE PRINCÍPIOS, 1998).

Além disso, desde seu início o PVNC adotou uma prática que podemos entender como uma estratégia para tornar comum a proposta de pré-vestibular popular como forma de luta, o seu trabalho político-pedagógico e as suas propostas para a educação, através da organização de debates, da participação em eventos, do uso da mídia e da internet. Desde 1994, integrantes do PVNC incentivam e participam da construção de novos cursos pré-vestibulares populares. No contexto do movimento, muitos núcleos foram criados por ex-alunos.

Essa estratégia contribuiu bastante para que o PVNC se tornasse a experiência mais conhecida de Pré-Vestibular Popular, o que motivou a criação de outros cursos no Rio de Janeiro e em outros Estados. Há, inclusive, cursos pré-vestibulares “populares” organizados por governos municipais e estaduais a partir da massificação do movimento. Diante disso, consideramos o PVNC como a experiência fundadora do que denominamos de movimento dos cursos pré-vestibulares populares, na forma como este se apresenta atualmente.

O PVNC é uma espécie de divisor de águas no movimento dos cursos pré-vestibulares populares. Foi a partir do surgimento do PVNC, em 1993, que os cursos pré-vestibulares populares disseminaram-se como mobilização e luta pelo direito ao ensino superior, se tornaram conhecidos pelo conjunto da sociedade, assumiram formas características do que denominamos de movimento social popular e incorporaram as questões raciais nos seus discursos e práticas.

Até 1993 poucos eram os cursos pré-vestibulares populares. Em todo estado do Rio de Janeiro eram apenas quatro. A partir do surgimento do PVNC e da ação dos seus coordenadores, professores e estudantes, que desde o início não se limitaram às atividades em sala aulas (ensino de conteúdos para os concursos vestibulares), mas buscaram participação em fóruns dos movimentos sociais de diferentes tipos (popular, sindical, estudantil, movimento negro, movimentos religiosos) para divulgar seu trabalho e a proposta de curso pré-vestibular como forma de luta foi ganhando adesões.

O PVNC e a Organização Não-Governamental EDUCAFRO são, no contexto do movimento dos cursos pré-vestibulares populares, os grupos mais expressivos e que, além da mobilização preparatória para o vestibular, colocam para si e para a sociedade o preconceito, a discriminação e a desigualdade racial como questões para a pedagógica, o currículo e as políticas educacionais, o que faz com que suas práticas ultrapassem o ensino de conteúdos dos vestibulares. O trabalho dessas organizações, embora com enfoques diferentes e às vezes divergentes, inclui práticas pedagógicas de combate ao racismo e a construção de uma nova consciência racial e

social, estratégias de utilização da mídia para divulgação do movimento, para debates e para a divulgação das suas propostas de inclusão de negros e pobres no ensino superior e democratização da educação, ações judiciais²⁰ para garantir o direito de prestar vestibular aos estudantes mais pobres, a busca de acordos com instituições para obtenção de bolsas de estudos e isenções de taxa de inscrição de vestibular, e o desenvolvimento de atividades de mobilização com objetivo de forçar as instâncias estatais e as instituições de ensino superior a discutir com o movimento a constituição de políticas públicas e institucionais de acesso à universidade, para estudantes “negros e carentes”. É nesse ponto que o conceito de ação afirmativa aparece nos discursos.

Assim, o movimento dos cursos pré-vestibulares populares cresceu e adquiriu vitalidade, ampliando a mobilização estudantes e professores, produzindo demandas, questionando as instituições educacionais (em especial as instituições públicas de ensino superior) e revelando uma multiplicidade e diferenças de formas de fazer política, de prioridades, de propostas alternativas, de formas de entendimento das desigualdades educacionais.

De fato, o movimento dos cursos pré-vestibulares populares é um movimento de múltiplas formas e visões, em que convivem grupos que entendem que é um sistema de educação público, plural, universal e de qualidade a forma de

²⁰ O uso de ações judiciais contra universidades pela EDUCAFRO nos anos de 1998 e 1999 foi uma das práticas para garantir isenção de taxa de vestibular para estudantes dos seus cursos. USP, UNICAMP, FAETEC, UNESMP, UNIRIO, UERJ, UFRRJ foram algumas das universidades que sofreram mandatos de segurança, para garantir a participação nos seus vestibulares de estudantes pobres que não conseguiam isenções pelos processos internos das instituições.

democratizar o acesso ao conhecimento, grupos que atuam na obtenção de resultados imediatos, muitas vezes fortalecendo propostas do setor empresarial de serviços educacionais, na medida em que suas práticas possibilitam dizer que as instituições privadas podem garantir o acesso de estudantes de setores populares e grupos, sobretudo as organizações não governamentais, que entendem os cursos pré-vestibulares populares como projetos sociais que podem ser transformados em políticas públicas.

Não podemos deixar de considerar que na década de 1990, houve uma política de expansão de instituições privadas de graduação; a prioridade colocada para este nível de educação foi o ensino não articulado à pesquisa, ou seja, um ensino não articulado à produção de conhecimento. Nesse processo, a implementação das chamadas políticas neoliberais na educação brasileira contou com dois importantes sujeitos políticos: a Igreja Católica e os empresários de serviços educacionais (Neves, 2002).

Esse é um importante ponto de reflexão, pois no conjunto dos próprios cursos pré-vestibulares populares há práticas que são relevantes do ponto de vista imediato, mas que alimentam a crença de democratização através do setor privado, na medida em que são práticas que interessam economicamente às instituições privadas e legitimam o discurso de que é possível que estudantes oriundos de setores populares tenham acesso ao ensino superior através de bolsas de estudo nessas instituições privadas. Coincidentemente ou não, essa busca de bolsas de estudo em instituições privadas é muito utilizada pela ONG EDUCAFRO, entidade ligada à Igreja

Católica.

Não podemos deixar de considerar também que, em se falando de democratização do ensino superior, as universidades públicas não estão isentas de críticas, pois ainda parecem ser instituições herdeiras do pacto conservador e racista que fez a transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial baseada em um modelo de substituição de importações.

É significativo o fato de que nossa primeira universidade, a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), só foi criada porque o Rei Alberto I, da Bélgica, ao visitar o país, colocou como condição a exigência de receber um título de Doutor Honoris Causa de alguma universidade. Essa universidade foi criada com a junção das poucas faculdades isoladas que existiam no Rio de Janeiro. O próprio nome Universidade do Brasil nos permite supor que não havia o menor compromisso de se criar um sistema universitário no país. 13 anos depois foi criada a segunda universidade brasileira, em São Paulo.

O formato não democrático que a universidade brasileira foi concebida, ou seja, como produtora de uma tecnocracia para o novo projeto de desenvolvimento e para das próprias elites, ainda está vigendo. A cultura universitária ainda cultiva concepções elitistas e práticas discriminatórias que ajudam a reproduzir as históricas desigualdades sociais no Brasil e servem à expansão de instituições privadas, na mesma medida em que são instituições fechadas aos tempos e possibilidades dos estudantes de camadas populares. Segundo integrantes de cursos pré-vestibulares

populares e alguns de seus ex-alunos que tornaram-se universitários, cultiva-se ainda nas universidades públicas um preconceito em relação aos estudantes oriundos de camadas populares e de grupos sociais discriminados, como os negros.

Nos debates contemporâneos sobre cotas, por exemplo, a defesa do mérito acadêmico é um argumento comum de professores e dirigentes universitários. Para os cursos pré-vestibulares populares que relacionam o seu trabalho com a luta anti-racista, essa postura é indicativo da elitização e da resistência em discutir a democratização da universidade. Além disso, o discurso que coloca o racismo como uma questão subordinada a relações de classe e a insistência em separar qualidade e quantidade são comuns no âmbito da chamada comunidade acadêmica. Os cursos pré-vestibulares populares também reclamam que nas universidades públicas predomina um pensamento de esquerda que, além de sustentar o racismo, a discriminação, o mérito e a elitização, acredita numa dinâmica de democratização a partir do Estado. De acordo com esse pensamento,

enquanto houver mais candidatos do que vagas nas universidades públicas, a forma mais democrática continuará sendo a que proporciona a mesma avaliação acadêmica aos candidatos. A luta, está em conseguir igualdade de condições no acesso a um ensino fundamental e médio de qualidade e a obrigatoriedade do Estado em oferecer 12 anos de escolaridade. As cotas só aprofundarão a crise existente.²¹

O Brasil é um país mestiço que conceitua o preconceito racial como

²¹ Ana Maria Ribeiro. “O acesso à universidade deve ser, sempre, pelo mérito acadêmico”. www.chicoalencar.com.br. Acesso em 24 de novembro de 2004.

crime hediondo.²²

(..) a lei, numa democracia, estende (as oportunidades) a todos os cidadãos, iguais por definição.²³

É preciso considerar um dado concreto importante, que é o fato do surgimento, do crescimento e da existência de uma grande quantidade de cursos pré-vestibulares populares no país. Este fato, como os integrantes do PVNC afirmam, é em si uma exigência de democratização e constatação concreta de que o sistema de ensino superior público precisa passar por mudanças para que seja concretamente público.

Esse posicionamento se expressa em documento apresentado pelo PVNC ao Ministro da Educação, em uma reunião com representantes de movimentos sociais sobre a proposta de reforma universitária que o governo elaborava para encaminhamento ao Congresso Nacional, e em carta à Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES):

A cada dia nos confrontamos, na sociedade e nas universidades públicas, com posições, a nosso ver, oportunistas e conservadoras, vindas tanto dos setores reacionários de direita, quanto do corporativismo autodenominado de esquerda que

²² Essa afirmação foi feita pelo Professor Carlos Lessa, como um argumento contrário à proposta de cotas para negros no ensino superior, no seu discurso de posse como Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2003. Em aproximadamente 50 anos de gestão de um projeto Nacional-Desenvolvimentista, o Brasil produziu um quadro de desigualdades que o coloca entre os países mais desiguais do mundo.

²³ José Carlos de Assis. "Do contra, sim". Editorial de *FOLHA UFRJ* Ano I N. 0, p. 2.

insistem em defender a Universidade elitista e racista que temos. Porém, nossa convicção, demonstrada pela existência de mais de 1500 cursos pré-vestibulares populares no Brasil, é que a nossa universidade estatal não é pública e, por isso, é urgente que haja uma reforma que tenha como objetivo geral a universalização do ensino superior e a democratização dos processos de difusão e produção e produção do conhecimento.²⁴

Na reforma universitária será preciso: a) dar à produção e difusão social do saber uma nova potência democrática; b) desmontar um dos mecanismos fundamentais de perpetuação da desigualdade que assola nosso país. A atual estrutura do ensino público brasileiro se constitui num dos principais aparelhos de reprodução da desigualdade social que assola o Brasil, desperdiçando seu potencial produtivo e perpetuando uma hierarquia e uma violência social que só se sustentam na base da exclusão da maioria da população do “direito aos direitos”.²⁵

De uma forma muito cruel, os que estão de fora pagam duas vezes: pagam uma primeira vez na repartição atual das riquezas, maciçamente dirigidas a um sistema de ensino estatal, que generosamente chamamos de público, mas que não é realmente público, do qual essas populações não têm acesso; pagam uma segunda vez na repartição futura de riquezas que serão captadas pelos que atualmente tem acesso a um sistema de ensino que lhe garantirá ocupar as profissões mais bem remuneradas da hierarquia social.²⁶

²⁴ Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes-PVNC, Carta ao Ministro de Estado da Educação. Disponível em http://pvnc.sites.uol.com.br/documentos/PVNC_Carta_ao_MEC.pdf.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

Essa desigualdade e a violência insuportáveis não é um legado externo ao sistema público de ensino. Pelo contrário, o ensino público brasileiro é um dos produtores e reprodutores de desigualdade e violência, através de alguns mecanismos: 1) a existência de um verdadeiro muro que separa o ensino público fundamental e médio do ensino público superior. Esse muro é a vergonhosa atualização do que separava a casa grande da senzala. Trata-se na realidade de uma das maiores entressas ao processo de construção democrática da sociedade brasileira. Essa separação não se limita a seu efeito (os alunos que entram no ensino público gratuito vem em sua maioria do ensino particular pago), mas tem a ver, sobretudo, com o fato de as universidades não estarem mobilizadas para aprimorar a qualidade do ensino básico público. 2) a aplicação de vestibular como um critério de acesso ao ensino superior “republicano e democrático”. A vigência dessa barreira social e racial entre os níveis de ensino o faz funcionar apenas como um mecanismo de confirmação de uma desigualdade e de uma seleção social já dada a priori, e pior, que se mantém estável. 3) o racismo como mecanismo de seleção e reprodução da elite branca que mantém a universidade produzindo desigualdades, subdesenvolvimento e a “cor” do saber, da mobilidade, da integração social e dos direitos humanos. Encontrar um “dentista negro” é tão raro que o policial paulista que o matou pensava operar na zona do não-direito e do extermínio em que se as populações pobres e negras são, cotidianamente, desrespeitadas e violentadas.²⁷

A Reforma Universitária precisa ter como referências estratégicas o desmonte desses mecanismos de produção e reprodução da desigualdade e, no curto prazo, a inversão das

²⁷ Idem.

prioridades construídas nas últimas décadas de crescimento autoritário.²⁸

Senhores(as) reitores(as), a universidade estatal não pode mais ser uma democracia grega em que apenas “os de dentro” decidem. E nem a autonomia acadêmica pode ser autonomia para impor barreiras. Os que “estão fora” não querem mais esperar. Aceitem o desafio lançado e abram o debate democrático (com os que estão dentro e com os que querem entrar) sobre a proposta de política de cotas e permanência em suas instituições. Desta forma, estarão deixando um importante legado à construção da verdadeira Universidade Pública em nosso país.²⁹

Para nós um fato é inquestionável: o crescimento exponencial do número de cursos pré-vestibulares populares em todo país e os posicionamentos públicos do PVNC e da EDUCAFRO explicitam uma demanda crescente pelo acesso ensino superior e a exigência de processos de universalização material do direito à educação como uma exigência concreta dos setores da população que, historicamente, tiveram o exercício deste direito dificultado pelas instituições.

Podemos afirmar, então, que é importante o exame um crítico, tanto das propostas classificadas como neoliberais, cuja premissa é a crença no mercado como o regulador das relações sociais e como vetor de universalização, quanto nas propostas que sugerem como solução o resgate do projeto do Estado Nacional-

²⁸ Idem.

²⁹ Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes - PVNC, Carta aos Reitores das Universidades Federais Brasileiras. Disponível em http://pvnc.sites.uol.com.br/documentos/PVNC_Carta_Andifes.pdf.

Desenvolvimentista³⁰. Essas últimas, na década de 1990 com a introdução do neoliberalismo, tornaram-se bandeiras dos movimentos ligados ao pensamento de esquerda no Brasil³¹.

Os próprios cursos pré-vestibulares populares mostram a necessidade de aprofundamento da análise, o que talvez demande outras referências teóricas e políticas. As relações sociais assimétricas no Brasil não são apenas resultados das políticas neoliberais dos anos da década de 1990. De fato, as políticas neoliberais contribuíram para agravar o quadro de desigualdades³². Mas não podemos deixar de considerar que a sociedade brasileira viveu mais e 300 anos de escravidão e o Estado republicano e nacional-desenvolvimentista constituiu-se sobre um pacto conservador, patrimonialista, oligárquico e racista, pacto este que está na origem de diversas nas nossas instituições, entre elas o ensino superior e a universidade pública. A produção e reprodução da desigualdade social no Brasil é uma dinâmica

³⁰ São significativas as afirmações de uma das pessoas mais respeitadas e conhecidas pela sua defesa do Estado Nacional-Desenvolvimentista, o professor Carlos Lessa. Segundo Lessa, “*É notável que, 50 anos após o desaparecimento de Getúlio Vargas, continuamos caudatários da agenda que ele inaugurou (...) A agenda de Vargas não vai se repetir literalmente. O que acontece é que, depois da desconstrução neoliberal, ela se recoloca em termos contemporâneos com todo o vigor. Ou não temos um desafio energético, de infra-estrutura logística, na indústria de base, um desafio da reconstrução do Estado desenvolvimentista? (...) com Vargas, nos vimos realmente como nação. E é assim que começamos a nos ver de novo -depois do furacão neoliberal que trocou o desenvolvimento com endividamento dos militares pelo endividamento sem desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso-, neste momento em que a agenda recuperada de Vargas nos aponta uma continuidade entre o nacional-desenvolvimentismo dele e de sua época...*” (Folha de São Paulo, 22/08/2004). Em aproximadamente 50 anos de gestão de um projeto Nacional-Desenvolvimentista, o Brasil não resolveu (pelo contrário, agravou) o já conhecido quadro de concentração de renda e desigualdades sociais que o coloca entre os países mais desiguais do mundo.

³¹ Este pensamento está sintetizado no livro *A Opção Brasileira*, de César Benjamin e outros autores.

³² SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

que existe muito antes das políticas neoliberais.

O fato de que, na década de 90, tenha surgido um movimento social popular com novas práticas e portador de novas reivindicações, que trabalha na preparação de estudantes de classes populares e grupos sociais discriminados para o vestibular demanda, para uma análise mais profunda das relações sociais, do social-histórico e do próprio movimento, a elucidação das desigualdades e dos processos que a produzem, bem como das dinâmicas de subordinação e das relações assimétricas entre grupos raciais, gêneros e culturas e, além disso, uma tentativa de elucidação das condições culturais e políticas para uma constituição material da democracia.

Podemos considerar, com base nesses elementos, que em uma sociedade brutalmente desigual e com suas instituições estruturadas, entre outros pilares, sobre o racismo, como é a sociedade brasileira, as práticas de resistência e produção dos movimentos sociais populares adquirem importância fundamental para a um projeto de democratização, pois as alternativas de sobrevivência que geram e as barreiras que esses movimentos tentam superar, os espaços comuns produtivos que constituem e as reivindicações que fazem às instituições constituídas, expressam que numa sociedade que se pretende democrática a questão da democracia é algo permanentemente aberto.

É assim que, do nosso ponto de vista, o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares se apresenta e organiza as suas ações, a partir de elementos comuns gerados em espaços comuns, mesmo tratando-se, como já foi dito, de um

movimento social múltiplo (fragmentado e portador de diferentes visões), que não pode ser definido como uma unidade.

A multiplicidade que constitui o movimento dos cursos pré-vestibulares populares age produzindo atividades e propostas de processos de democratização: mobilização e organização de atividades de ensino de conteúdos para capacitar estudantes pobres e negros para os concursos públicos de admissão às instituições de ensino superior, com afirmação do direito ao ensino superior, que de uma forma mais geral expressa a afirmação do direito aos direitos, com propostas de políticas de universalização desse direito, que passa pela redefinição das instituições, pela ampliação da participação política e, especificamente, pela produção de novos sentidos para a educação, colocando no centro das preocupações os setores populares e os grupos sociais historicamente discriminados, subalternizados e economicamente desfavorecidos.

Como já mencionado, tal multiplicidade é, em alguns pontos de vista, um elemento a ser superado para que um movimento social avance no sentido da produção de questionamentos ético-políticos e ontológicos de uma sociedade. Para alguns é a superação do momento econômico-corporativo, ou seja, da busca de concretização de interesses imediatos, que faz com que um movimento social, como organização da sociedade civil, avance para uma interrogação ético-política dos fundamentos, das instituições e das formas de organização da própria sociedade. Tal ponto de vista é, em algumas análises e reflexões, entendido como indicação da necessidade de uma unidade na luta. E esta unidade é interpretada como

uniformidade, a construção de uma força hegemônica, um “bloco histórico” que possa dar a “direção cultural da sociedade”.

Entretanto, na perspectiva explicitada no conceito de multidão, a multiplicidade pode ser, ao contrário, a riqueza, a vitalidade e o que faz a força um movimento social. O movimento dos cursos pré-vestibulares populares, através das suas formas relativamente autônomas, horizontais e cooperativas de produção da luta, e de uma articulação em redes, mesmo sendo um âmbito em que é possível verificar visões diferentes sobre o mesmo problema, parece mostrar capacidade constituinte, ou seja, uma capacidade de provocar processos de constituição material de direitos. O fato dos cursos pré-vestibulares trabalharem para um objetivo imediato, o acesso dos setores populares em um ensino superior público que não foi concebido para estes setores, indica que o que realmente conta é o acesso, de fato, a uma instituição, cuja função é concretizar um direito. Fica explícito que o que importa para o movimento dos cursos pré-vestibulares populares é a constituição material do direito ao ensino superior, a prática da democracia muito mais que um projeto democrático de sociedade, embora o termo de “projeto de sociedade” apareça em discursos e documentos.

O trabalho de resistência do movimento dos cursos pré-vestibulares populares é, neste sentido, um trabalho produtivo: produz luta, questionamentos, conhecimentos, inclusão. Isso indica, também, que resistência e produção podem ser elementos de uma mesma dinâmica, onde é possível a criação de novas formas de fazer e organizar a luta, que é ao mesmo tempo política, econômica, social e

cultural. Nos cursos pré-vestibulares populares, o ensino de conteúdos para o vestibular, as reflexões sobre educação e sociedade, as reuniões para socialização de informações, troca de experiências e decisões políticas, a construção de propostas de políticas públicas, as práticas de negociação, os encontros e seminários são formas de luta.

Observando as diferentes concepções e ações da multiplicidade de cursos pré-vestibulares populares, podemos afirmar que suas práticas de resistência são produtivas, já que resistem afirmando direitos e produzindo questionamentos, conhecimentos e propostas alternativas; e produzem resistindo às dificuldades de acesso ao ensino superior. Os conceitos e os projetos são criados a partir das dinâmicas de resistência e produção. Como observa Tatiana Roque (2002, p. 30),

para resistir a algo é preciso supor este algo ao mesmo tempo presente e ausente. E, por isso, a ação aponta para o futuro... Para que um movimento produza diferenças, é preciso que, para além de sua porção constituída, haja outra, que é constituinte do movimento e sem a qual qualquer movimento correria o risco de cristalizar-se, estagnar-se e se deixar capturar.

Essa multiplicidade de cursos pré-vestibulares populares tornou-se conhecida e ganhou espaço no debate político no Brasil ao longo da década de 1990, sobretudo no início da década de 2000, no processo de discussão ensejado por organizações de combate ao racismo, sobre políticas de ação afirmativa para a chamada população negra.

São cursos organizados por organizações não-governamentais, associações, igrejas e grupos autônomos não ligados a nenhuma organização já existente, destinados a estudantes de famílias de baixa renda e estudantes de determinados grupos sociais. O objetivo é ampliar para tais estudantes as possibilidades de acesso ensino superior. As universidades públicas são o alvo principal do trabalho dos cursos pré-vestibulares populares, ou seja, o ensino dos cursos pré-vestibulares populares está voltado para os exames vestibulares de tais universidades públicas.

Segundo Fantin (2004, pág. 11), os cursos pré-vestibulares populares

possuem um caráter de denúncia ao sistema político, econômico, social e educacional que gera exclusão dos pobres, negros, trabalhadores, do direito à educação; as práticas de preparação para o vestibular (prova que elimina o direito de muitos jovens de frequentar Universidade) são em si expressão de um grande desejo de Mudança; os projetos de mudança embutidos nestas experiências atingem tanto o nível macro, ou seja, de ampliar o número de jovens universitários em todo o país, como o micro, onde cada pessoa, faz uma pequena parte dessa mudança; são experiências de Resistência que rompem com o conformismo e a acomodação; na sua grande maioria são experiências auto-gestadas, onde jovens que usufruíram do curso preparatório, e que através desse espaço adquiriram consciência da importância de lutarem pelo direito à educação, se transformam em professores e monitores; são grupos que aportam uma rica experiência para dentro da universidade pois chegam até ela de forma organizada, coletiva e crítica, rompendo a alienação de muitos jovens que frequentam os espaços universitários, despolitizados e indiferentes; observa-se uma preocupação com debates que questionam marginalidade social, preconceito, cidadania, democracia, direitos, ou seja, já experimentam uma entre tantas formas de serem sujeitos coletivos, não mais apenas e tão somente indivíduos; nestas experiências observa-se reflexão sobre

educação, conhecimento, socialização da cultura universal historicamente construída, possibilitando para os jovens de muitos lugares desse país uma oportunidade de reflexão crítica; Possibilitam formas diferenciadas de apropriação do conhecimento; São experiências de educação popular; são uma importante vivência do ato de aprender coletivamente. (grifos da autora)

A autora ainda destaca o que, em seu olhar sobre os cursos pré-vestibulares populares, expressa “a garra e coragem de todas pessoas que vem participando desse processo de luta por educação e construção de cidadania” (pág. 12). Os elementos destacados Fantim - denúncia, desejo de mudança, resistência, autonomia, organização coletiva como ultrapassagem do momento individual, reflexão crítica, diferença, aprendizagem coletivo, garra - são elementos que concretamente podem ser observados e vividos no movimento dos cursos pré-vestibulares populares: São milhares de pessoas, mulheres e homens, nas funções de professores, estudantes, coordenadores, colaboradores, que se reúnem nos finais de semana (em alguns casos todos os dias), para ensinar e aprender, discutir questões e problemas comuns, imaginar coletivamente as soluções, para trocar experiências e dividir sonhos, para cooperar uns com os outros, fazer política, em espaços muitas vezes precários, de igrejas, associações de bairro, sindicatos, escolas e universidades, numa dinâmica de enfrentamento coletivo do cansaço e de todas as dificuldades.

Carmo Thum (2002, p. 41), afirma em sua dissertação de mestrado em

educação³³ que

a proposta de Pré-Vestibulares Populares interfere no meio universitário reivindicando educação pública e gratuita em todos os níveis como direito de todos, e mais, que os trabalhadores, descapitalizados economicamente, não obrigatoriamente são “pobres” em conhecimento, ou no que é ainda mais preconceituoso “são incapazes de aprender”(…) Desta forma, no espaço da sociedade, o significado da ação dos Pré-Vestibulares Populares é política e educativa, ou seja, por um lado força as instituições e os responsáveis pela sua administração a repensarem sua atuação dado que há uma demanda social muito forte por acesso ao ensino superior e que estes precisam efetivamente implantar políticas públicas que permitam o acesso da classe trabalhadora à universidade, e no âmbito educativo esta experiência se apresenta como um dos espaços de aprendizagem da luta: no forçar a universidade a se comprometer com esta demanda e ao reivindicar direitos, ensina um modo de organização dos movimentos sociais.

De fato, os Cursos Pré-vestibulares Populares, pelo que expressam, passaram a ter influência no âmbito universitário. Podemos considerar o ano de 1993 como marco desse processo, quando o PVNC inovou e passou a dialogar com algumas universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro sobre formas de oportunizar o acesso e a permanência dos seus estudantes, propondo isenção de taxa de vestibular e bolsas de estudos em instituições privadas. A UERJ, a UFRJ e a PUC-Rio foram

³³ Thum, Carmo. Pré-Vestibular Público e Gratuito: o acesso de trabalhadores à Universidade Pública. UFSC. 2000.

as universidades inicialmente procuradas pelo PVNC e aceitaram as propostas apresentadas. Naquele ano, os estudantes do PVNC que prestaram vestibular para a UERJ e a UFRJ tiveram 100% de isenção da taxa de inscrição do vestibular. Na PUC-Rio o acordo entre o movimento e a universidade garantiu bolsa de estudos aos que fossem aprovados (5 estudantes foram aprovados). Com isso, o PVNC inaugurou um diálogo antes inexistente e deu um importante passo para o fortalecimento da discussão sobre políticas de acesso e permanência de pobres e negros no ensino superior.

A partir dessa primeira experiência, os coordenadores do PVNC passaram a propor que instituições privadas de ensino superior fizessem o mesmo, o que fez com que outras universidades privadas fizessem o mesmo que a PUC-Rio, ou seja, oferecessem bolsas de estudos para os estudantes dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. E, de fato, várias foram as instituições privadas que disponibilizaram bolsas de estudos, pelo menos por um ano.³⁴

O que ficou de mais importante dessas articulações realizadas pelo PVNC foi a discussão sobre a necessidade de políticas públicas e institucionais para proporcionar acesso e permanência para os estudantes pobres e negros. As instituições de ensino superior, os formuladores de políticas públicas e a sociedade em geral não puderam mais ficar alheios a pouca quantidade de estudantes

³⁴ Universidade Estácio de Sá (UNESA), Universidade Cândido Mendes (UCAM), Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Faculdades Hélio Alonso, Universidade Gama Filho (UGF), Associação Brasileira de Ensino Universitário (ABEU) e Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC) foram algumas das instituições de ensino superior que disponibilizaram bolsas de estudos (integral e/ou parcial) para estudantes do PVNC, a partir de acordos realizados.

universitários negros, oriundos de escolas públicas e de famílias pobres em seus corpos discentes.

As formas de interferência do trabalho dos Cursos Pré-Vestibulares Populares no meio universitário acontecem com entrada de estudantes pobres e negros nas universidades, cuja presença em maior quantidade passou a impor um debate sobre a sua cultura institucional, suas dinâmicas e suas políticas internas, como por exemplo, os horários e os programas de assistência estudantil. O debate sobre acesso e a permanência de estudantes pobres e negros que passou a fazer parte da pauta de discussões internas nas instituições de ensino superior e destas com os movimentos sociais e setores da sociedade interessados no tema, também deve ser considerado como fruto da interferência dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares também tem intensa participação e interferência nos debates sobre políticas de democratização do ensino superior que começa a se dar no final da década de 1990 e na década de 2000³⁵. As ações políticas das lideranças dos Cursos Pré-Vestibulares em instituições de ensino superior e instituições de Governo, do Legislativo e até do Judiciário contribuíram muito para a elaboração e efetivação de algumas propostas, como os Programas Diversidade da Universidade e Universidade para Todos (PROUNI) do Ministério da Educação, o Projeto de Reforma Universitária, as Políticas de Cotas Sociais e Raciais nas Universidades, entre outros.

Porém, entre os diversos discursos e visões que os integrantes dos Cursos

³⁵ Sobretudo após a III Conferência Mundial da Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

Pré-Vestibulares Populares têm do próprio movimento, há a crença de que a entrada de estudantes pobres e negros nas instituições de ensino superior, por si só, ajudará a promover mudanças na estrutura universitária.

Para alguns os Cursos Pré-Vestibulares Populares estão promovendo uma “revolução silenciosa...que se concretiza através de movimentos populares, politicamente orientadores de ações educacionais que têm como objetivo a mediação entre os setores populares e a universidade” (Dauster, 2001, p.3). “Trata-se de um processo de deselitização da universidade... em que fatores éticos, econômicos e políticos levam-na a instituir estratégias diferenciais de manutenção de distintas categorias de bolsas para os graduandos que não pagam as mensalidades da universidade, total ou parcialmente, por motivos alegados de carência financeira” (idem, p.3).

Isso denota que os Cursos Pré-Vestibulares começaram a promover uma abertura das fronteiras do ensino superior, historicamente identificado com a formação das elites do país, para estudantes pobres e negros. “Há um trabalho (revolução) e barulho silencioso, que ainda não conquistou corações e mentes”³⁶, mas que “reflete-se no grande número de alunos pobres e negros que hoje ingressam nas universidades e faculdades, quer públicas ou particulares”³⁷.

De uma forma geral, no contexto do movimento dos cursos pré-vestibulares há preocupações que extrapolam a preparação para o vestibular. Trata-se de preocupações políticas, que se explicitam nos discursos dos seus coordenadores, professores e estudantes, nas propostas e nas práticas dos cursos, que produzem

³⁶ José Carlos Esteves (ex-coordenador do Curso Pré-Vestibular Joel Rufino), em entrevista concedida para este estudo.

³⁷ Idem.

atividades em sala de aula visando a construção de uma nova consciência em seus estudantes (consciência racial, de gênero, de classe, dos problemas sociais, das possibilidades de resistência, etc.), passando por seminários, fóruns de discussões, assembléias, negociação de isenções e bolsas com universidades, ações judiciais contra universidades e órgãos de governo, formulação de propostas para facilitar o acesso e a permanência de estudantes das classes populares no ensino superior.

Essas preocupações e práticas que visam além do ensino para o vestibular indicam a compreensão de coordenadores e professores dos cursos pré-vestibulares populares, de que as desigualdades sociais e raciais na educação em geral, e no ensino superior em particular, são mais que falta de preparo dos estudantes para o vestibular, e mais que a baixa qualidade do ensino médio. Nos discursos de integrantes do movimento as instituições de ensino superior, públicas e privadas, são elitistas e voltadas para determinadas classes sociais e determinados grupos étnico-raciais, notadamente as classes médias e altas e a população branca. Tais preocupações incorporam profundos questionamentos às formas de seleção, ao currículo, à estrutura universitária e à estrutura do sistema formal de educação, que são questionamentos às dinâmicas e instituições que, segundo esses discursos, produzem desigualdades sociais. De fato, na história brasileira as desigualdades têm no processo de formação da sociedade e suas instituições, no racismo e na discriminação importantes elementos elucidativos.

O trabalho desses cursos pré-vestibulares indica, também, a insistência dos setores populares da sociedade em acreditar que há alternativas e que outras

perspectivas são possíveis e, por isso, há razões para prosseguir lutando por cidadania, por igualdade racial e social, pelo respeito à diferença e à diversidade, por uma outra sociedade e pela vida. Utilizando-se do ensino dos conteúdos exigidos nos Vestibulares, os Cursos Pré-Vestibulares Populares conseguem mobilizar um grande número de estudantes atraídos pela possibilidade de ingresso no ensino superior, especialmente nas universidades públicas, onde vestibulares são verdadeiras barreiras ao ingresso de estudantes de classes populares. No que se refere às universidades públicas, suas dinâmicas internas, concebidas para estudantes pertencentes a classes e grupos privilegiados, dificultam muito a permanência dos estudantes de classes populares: são horários, currículos, materiais, metodologias e professores que tornam quase impossível a permanência desses estudantes.

Além do ensino para o vestibular, as práticas dos Cursos Pré-Vestibulares Populares apresentam elementos interessantes. Um deles é a proposta de realizar uma pedagogia que contribua para fortalecimento de auto-estima, para construção de identidade (negra, popular, etc.) e para o desenvolvimento de autonomia para um posicionamento crítico diante da dinâmica social. Fala-se muito em conscientização, reflexão crítica sobre a realidade, cultura popular, etc. Ou seja, os Cursos Pré-vestibulares operam também como fontes de informações gerais, de conhecimentos políticos, históricos e culturais, como espaços públicos de construção de novas formas de sociabilidade.

Outro elemento interessante é a articulação de grupos, professores e

estudantes numa prática social que visa o acesso de estudantes a um direito formalmente garantido a todos, mas que concretamente é direito de poucos, na discussão dos problemas locais e globais, na construção de propostas de políticas públicas, na mobilização social para pressão sobre universidades e governos, tendo em vista a democratização da educação (ou seja, a constituição material de uma educação pública de fato) em todos os seus aspectos: universalização, ampliação de oportunidades, acesso e permanência, financiamento, currículo, pedagogia, pesquisa, políticas de universalização, etc. Entram em cena neste processo não somente dimensões sociais, políticas e econômicas, mas também questões culturais e raciais.

Ou seja, ao que parece o movimento de movimentos que aqui chamamos de Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares constitui um *novo sujeito social coletivo* que entrou em cena no complexo cenário das lutas e disputas em torno das questões sociais, raciais, educacionais e políticas a nosso ver fundamentais que sejam serem superadas para avançarmos na constituição material da democracia. Um sujeito social construído no trabalho coletivo em cooperação, ou seja, uma coletividade que desenvolve um trabalho cooperativo e que se movimenta em direção a concretização de um desejo, também coletivo, expresso na demanda e no trabalho voluntário, para a conquista de acesso ao ensino superior. Um sujeito social político, pois que se movimentando com a intencionalidade de abrir espaços para negros e pobres para o acesso destes ao ensino superior, resiste a formas e práticas naturalizadas na sociedade (racismos, discriminações, desigualdades, mérito como merecimento, etc), tenta produzir alternativas de acesso ao ensino superior, em face da baixa qualidade do ensino básico público e explicita uma dimensão que podemos

considerar como sendo uma dimensão de projeto, ou seja, uma dimensão que não apenas quer que algo que não existe seja instituído, mas que trabalha para a isso, configurando-se como um movimento constituinte, fora da medida e além da medida, para usarmos os termos da reflexão de Antonio Negri sobre a potência constituinte do trabalho da multidão. Um sujeito social da educação que, dentro das suas possibilidades, participa do processo de educação, que não é um processo restrito aos espaços escolares e nem nas relações e ações pedagógicas entre professores e estudantes nos cursos pré-vestibulares, mas um processo mais amplo, que os cursos participam através das questões e propostas que coloca, das discussões que suscita, dos conteúdos que produz e das reflexões que são trazidas por suas práticas para o debate sobre políticas e práticas pedagógicas.

Essa última dimensão, a de sujeito de educação, diz respeito à contribuição do trabalho do movimento no processo de educação geral da sociedade. Como exemplo concreto desta dimensão é a grande contribuição que os cursos pré-vestibulares populares deram à luta político-cultural do Movimento Social Negro. Este, um movimento social expressivo na história do Brasil, cuja luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação de que é vítima a população negra no Brasil, é conhecida pela sociedade brasileira, com os cursos pré-vestibulares para negros ganhou uma nova base social concreta, a partir da qual fortaleceram-se denunciais, bandeiras e propostas, sobretudo o conceito de ação afirmativa e as propostas concretas que tal conceito fundamenta, entre as quais podemos mencionar a proposta de cotas nas universidades, que tornou-se por um lado um dos assuntos mais debatidos e polêmicos e, por outro lado, um ponto de pauta da agenda política,

do próprio movimento negro e do Estado, no final da década de 1990 e início do século XXI no país.

Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e o anti-racismo

No âmbito do movimento dos cursos pré-vestibulares populares há uma especificidade para nós determinante da sua própria constituição como movimento: as práticas políticas e pedagógicas contra os preconceitos, as discriminações e as desigualdades raciais. Neste ponto, destaca-se Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC).

No conjunto do movimento dos cursos pré-vestibulares populares, foi o PVNC que colocou no debate público nacional questionamentos sobre a relação entre racismo e o baixa quantidade de estudantes negros no ensino superior, principalmente nas instituições públicas³⁸. Nos discursos de grande parte dos coordenadores, professores e estudantes dos cursos do PVNC e em seus documentos, no contexto das questões sociais que se apresentavam naquele momento como desafios para a sociedade, as discriminações e desigualdades raciais aparecem como determinantes fundamentais e questões a serem enfrentadas.

³⁸ Segundo o site do PVNC (<http://pvnc.sites.uol.com.br/historicopvnc.htm>), “O PVNC surgiu na Baixada Fluminense em 1993, em função do descontentamento de professores com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados. O PVNC também surgiu visando a articulação de setores excluídos da sociedade para uma luta mais ampla contra a discriminação racial e pela democratização da educação, em especial no âmbito do ensino superior... A proposta inicial baseou-se em duas constatações: em primeiro lugar, a péssima qualidade do ensino de 2º grau na Baixada Fluminense, que praticamente elimina as possibilidades do acesso do estudante da região ao ensino superior. E, em segundo lugar, a verificação do baixo percentual de estudantes negros nas universidades”.

Com o PVNC esse debate ganhou destaque e os cursos pré-vestibulares populares se tornaram conhecidos na sociedade. O trabalho que começou com apenas um curso em 1993, entrou no ano de 1994 com 12 cursos. Sindicatos, associações, grupos religiosos e comunitários, professores e estudantes aderiram à proposta de criar cursos para “negros e carentes”.

A denúncia da existência de barreiras raciais que dificultam o acesso dos estudantes negros ao ensino superior não seja originalidade do PVNC, mesmo entre os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Antes do surgimento do PVNC, outras organizações do movimento negro já faziam tal denúncia, inclusive grupos que já faziam cursos pré-vestibulares para negros anteriormente.

Porém, os cursos pré-vestibulares para negros e carentes foram importantes para a consolidação desse novo contexto das lutas anti-racistas. Desde seu surgimento no início da década de 1990 adotaram práticas políticas e uma estratégia de incentivo ao surgimento de outros cursos, que fortaleceu a denuncia do racismo, do preconceito e da discriminação como elementos determinantes das desigualdades educacionais, em especial das desigualdades entre negros e brancos na composição do universo de estudantes, e também como elementos que influenciam às formas de seleção para a ocupação de vagas nas universidades. Denunciam, também, a existência de barreiras sociais (e institucionais) encontradas por negros e negras nos diversos âmbitos das relações sociais.

Instituto Steve Biko de Salvador-BA (criado em 1992), o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), do Rio de Janeiro (criado em 1993); e o

Projeto Educação para Afrodescendentes (EDUCAFRO), de São Paulo (criado em 1997, por um grupo ligado à Igreja Católica que atuava no PVNC) são três importantes organizações de cursos pré-vestibulares populares que, desde seu surgimento, trabalham com ênfase na *questão racial*, não apenas na denúncia, mas com práticas e propostas que, além do vestibular, têm como objetivos a conscientização dos seus professores e estudantes sobre o significado do racismo, dos preconceitos e das discriminações na sociedade.

A Carta de Princípios e alguns textos de integrantes do PVNC, por exemplo, coloca a importância do desenvolvimento de atividades pedagógicas de “conscientização” sobre a questão racial:

O trabalho político-pedagógico do PVNC não deve ser uma mera extensão do automatismo da educação. A coordenação, alunos e professores devem fazer do PVNC um espaço alternativo para se discutir e aprofundar as grandes questões que angustiam a sociedade, priorizando a questão das relações étnicas. Para isto foi criada a matéria CULTURA E CIDADANIA. Os debates de CULTURA E CIDADANIA devem se desenvolver sobre questões como: Racismo, Discriminação, Preconceito, Gênero, Cultura, Ideologia, Cidadania, Democracia, Políticas Públicas, Violência, Direitos Constitucionais, Cíveis e Trabalhistas, Movimentos Sociais, Conjuntura Política e Econômica, Neoliberalismo, Globalização ou temas sugeridos no interior do núcleo através de um planejamento participativo, tendo a mesma carga horária semanal das outras disciplinas. Sua construção pedagógica é diferente das demais disciplinas, pois é aberta para que o conjunto construa uma visão de si, dos outros e da sociedade, numa dinâmica que engloba: Palestras, Debates, Análises de Filmes, Músicas e Textos, Peças teatrais, Dinâmica de Grupos

etc. Esta matéria não deve ter um único professor, devendo ser desenvolvida pela coordenação do núcleo através de convites a pessoas especializadas nos vários assuntos específicos. O objetivo da matéria CULTURA E CIDADANIA é realizar um amplo debate social-histórico, no sentido de potencializar as ações político-culturais dos estudantes e professores do PVNC, a partir/para valores humanitários e socialistas (solidariedade, igualdade e respeito aos seres humanos) e na perspectiva de desenvolver um trabalho de conscientização e formação de militância para as lutas populares por democracia e justiça social. (PVNC, Carta de Princípios, 1999).

A matéria de “Cultura e Cidadania” tem uma função importante no processo formativo do PVNC, constituindo-se numa das suas ações afirmativas. É através dos conteúdos e debates de “Cultura e Cidadania” que o PVNC acreditar desenvolver um processo de formação para a cidadania, de conscientização sobre as questões que são importantes para o movimento. “O trabalho pedagógico do PVNC não deve ser uma mera extensão do automatismo da educação escolar tradicional. Coordenadores, Educadores e Educandos devem fazer do PVNC um espaço de práticas pedagógicas inovadoras e de debates sobre as questões sociais que, como sociedade, temos de superar, com destaque para a chamada questão racial, que constitui um dos principais elementos de produção de desigualdades e privilégios no Brasil. Este é o sentido do espaço de debates que chamamos de CULTURA E CIDADANIA”³⁹, que “não é uma disciplina curricular no sentido tradicional. Criação do PVNC em 1994 para potencializar as ações políticas e culturais dos integrantes do movimento, *Cultura e Cidadania* é um momento de

³⁹ Extraído de <http://pvnc.sites.uol.com.br/culturacidadania.htm>. Acesso em 20/04/2010.

reflexão e debate sobre raça, racismo, discriminação, desigualdades, sociedade, cultura, política, economia, educação, movimentos sociais e questões da atualidade”⁴⁰. Além disso, “Cultura e Cidadania é o conceito de uma prática pedagógica que não é um momento isolado; é um conceito para todas as áreas”⁴¹.

Desde o seu início, em 1993, o PVNC discute internamente como o seu trabalho pedagógico pode contribuir para o “desenvolvimento da atitude de questionamento, de reflexão, de leitura crítica do texto e do contexto e para um posicionamento autônomo no mundo”⁴².

Essa preocupação não é apenas do PVNC. Em geral, nos Cursos Pré-Vestibulares para estudantes negros há a mesma preocupação. É assim na EDUCAFRO, que por ser uma dissidência do PVNC, também possui a matéria de “Cultura e Cidadania”. É assim também no Curso Pré-Vestibular do Instituto Steve Biko, que possui uma matéria semelhante chamada de “Cultura e Consciência Negra”⁴³.

Além da preocupação pedagógica com a questão racial, os Cursos Pré-Vestibulares para Negros desenvolvem outras ações de combate à discriminação e à desigualdade racial. Como já foi dito, os esses Cursos Pré-Vestibulares, a partir 1993, passaram a reivindicar, a estudar, elaborar e propor, e a participar ativamente

⁴⁰ Idem

⁴¹ Extraído de <http://pvnc.sites.uol.com.br/artigos/sobrepedagogia.htm>. Acesso em 20/04/2010.

⁴² Idem

⁴³ <http://www.stevebiko.org.br/projetos.php>.

do debate público sobre políticas de *ação afirmativa* para a promoção de igualdade de oportunidades, tratamento e reconhecimento cultural.

O PVNC define ação afirmativa como

ação coletiva de afirmação de identidade e luta por relações econômicas, políticas, sociais e culturais democráticas (PVNC, Carta de Princípios, 1999);

política de afirmação de identidade e direitos, como políticas de combate à discriminação/desigualdade e promoção de igualdade. (PVNC, Assembléia de 17/10/2004, revisão da Carta de Princípios)

Podemos dizer que o conceito de ação afirmativa – ação que afirma, promove e efetiva direitos, e combate preconceitos, discriminações e desigualdades – se materializa no trabalho dos cursos pré-vestibulares populares, pois é um trabalho que se faz através de ações positivas: a tentativa de proporcionar a estudantes pobres e negros melhores condições para prestarem os exames vestibulares, a organização de professores para o ensino de conteúdos para esta finalidade, trabalho pedagógico de discussão de questões sociais e raciais, a organização de ações para sensibilizar a sociedade, os legisladores e formuladores de políticas públicas e as instituições de ensino para a necessidade de medidas de acesso e permanência dos estudantes pobres e negros no ensino superior. Com essas práticas, os cursos pré-vestibulares tornaram mais fácil o entendimento social do sentido das políticas que o conceito de ação afirmativa fundamenta, além do fato de que passaram a ser reconhecidos pelas instituições de Governo e de Estado como interlocutores na discussão sobre implementação das políticas de promoção de igualdade de oportunidades, como os

debates sobre Reforma do Ensino Superior, sobre políticas de cotas nas universidades, sobre o Estatuto da Igualdade Racial e sobre o que passou a ser denominado no Brasil de Educação das Relações Etnicorraciais.

PVNC e EDUCAFRO: diferenças e divergências de concepções sobre o trabalho dos cursos pré-vestibulares populares

Como já foi colocado, o Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e a Organização Católica EDUCAFRO se tornaram, no contexto do movimento dos cursos pré-vestibulares populares, as principais organizações, tanto em termos números (cursos e pessoas envolvidas), quanto em termos de presença e influência que, eventualmente, exercem no debate e na agenda de constituição de políticas públicas e institucionais.

O PVNC é uma rede de cursos pré-vestibulares que atuam na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, não possui coordenação centralizada. Entre 1994 e 2007, organizava-se através de Reuniões de Assembléias (onde todos os integrantes tinham iguais condições de participação) e de reuniões do que o próprio PVNC denominava de Conselho Geral, que era uma reunião mensal de representantes dos cursos da Rede. Os cursos do PVNC são denominados de Núcleos.⁴⁴

⁴⁴ <http://pvnc.sites.uol.com.br/organizacao.htm>.

A EDUCAFRO é também o nome de uma Rede de Cursos Pré-Vestibulares Populares, mantida por uma organização sem fins lucrativos ligada à Igreja Católica, a FAecidh – Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos. A EDUCAFRO é a rede que possui o maior número de cursos pré-vestibulares populares no Brasil.

Entretanto, o mais importante nessas organizações não é o número de pessoas que mobilizam, mas as suas práticas. Tais práticas, como também já colocamos, incorporam preocupações que fazem o PVNC e a EDUCAFRO se organizarem para o desenvolvimento de ações políticas, além do ensino preparatório para o vestibular que acontecem em suas salas de aulas. Podemos mencionar como exemplos, a participação fundamental de integrantes dessas organizações nos debates sobre a política de reserva de vagas para estudantes negros, de famílias de baixa renda e oriundos de escolas públicas na UERJ, processo iniciado a partir de dois projetos de lei propostos na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; as ações judiciais contra as taxas de inscrição no vestibular; as negociações de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior; as negociações sobre políticas de permanência.

As histórias dessas duas organizações se confundem, pois em um determinado período (de 1993 a 1997) elas foram a mesma organização, o PVNC, que é o ponto de partida. A EDUCAFRO foi constituída por um grupo dissidente do PVNC. Um dos fundadores da EDUCAFRO, Frei David Raimundo dos Santos, foi também o principal incentivador e um dos fundadores do PVNC.

Como afirmam alguns integrantes do PVNC, talvez o principal motivo dos que levaram ao “racha” que ajudou a constituir a EDUCAFRO foi a discordância entre dois grupos que atuavam no PVNC, e que expressavam dois pontos de vistas diferentes e conflitantes sobre o movimento dos cursos pré-vestibulares populares. Um grupo, menos organizado, mas seguidor, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, da liderança de Frei David e, conseqüentemente, das diretrizes da Igreja Católica para o movimento. Seguindo tais diretrizes muitas vezes este grupo desrespeitou decisões tomadas em Assembléias do movimento. O outro grupo, mais organizado e sem uma liderança personalizada, com um conteúdo político mais explícito, com questionamentos sobre a Igreja e composto por pessoas com experiências anteriores em movimentos populares, sindicatos, partidos políticos, movimento negro, movimento estudantil, etc, com discursos, digamos, mais críticos sobre política, educação, pedagogia e sobre o próprio movimento. Menos pragmático e mais centrado no debate e na formulação de um projeto para o PVNC, este grupo valorizava os fóruns coletivos (Assembléia, Conselho, Seminários e Reuniões em geral) como instâncias de formação, de decisão política, de formulação do projeto político-pedagógico e de disputa pela “direção” do movimento.

Esses grupos explicitavam visões que constituem campos ideológicos e instituem práticas fragmentadas entre os vários cursos pré-vestibulares populares que compõe o movimento. Manoel Ribeiro, professor do PVNC de 1994 a 1996, visualiza uma luta por hegemonia política, a partir da percepção da existência de dois campos ideológicos no interior do Pré-Vestibular para Negros e Carentes:

Campo Negro-Eclesial e Campo Amplo. Segundo o autor o Campo Negro-Eclesial é

uma tendência com discurso totalizante, mas não aglutinador, que valoriza o espaço eclesial como meio irradiador para o desenvolvimento do movimento dos “prés” (RIBEIRO,1996).

Em sua análise, o autor cita o documento “Movimento do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – Crescimento e Crise”, elaborado por Frei David e assinado pelo Grupo de Reflexão sobre Negros e Indígenas (GRENI) e pelos Agentes de Pastoral Negros (APN), como expressão do discurso do Campo Negro Eclesial. Esse documento apresenta como característica marcante a valorização das estruturas de instituições sociais, como espaços que devem ser colocados “(...) a serviço das vítimas históricas da nossa sociedade” (APN & GRENI, 1996). Para o autor, o documento coloca o Pré-Vestibular como hóspede em instituições já existentes e combate a idéia de um movimento autônomo, com identidade própria. O documento a que o Manoel Ribeiro se refere em seu texto foi elaborado em 1996, no momento em que os integrantes do Pré-Vestibular para Negros e Carentes discutiam sua institucionalização. As reuniões, as propostas e as divergências ocorridas nesse período, de fato, polarizavam-se entre o grupo liderado pelo Frei David Raimundo dos Santos e o grupo que o autor chamou de Campo Amplo.

Sobre o Campo Amplo, Manoel Ribeiro o descreve como

uma tendência a um discurso totalizante ou aglutinador que busca um modelo híbrido de movimento, que estaria entre a

autonomia, a institucionalização formal e a busca por novas relações de gestão democrática (...) O Campo Amplo é assim chamado, porque considero que este campo não está formalmente gravitando em torno de nenhuma instituição identificada (...) Nele estão pessoas de várias tradições religiosas, de vários partidos políticos, militantes de vários movimentos sociais, agnósticos etc, que fundamentalmente se caracterizam pela descentralidade (RIBEIRO, 1996).

O que Manoel Ribeiro descreve e analisa em seu texto é uma crise que abalou relações internamente, provocou a saída de pessoas do PVNC e a própria constituição da EDUCAFRO pelo grupo ligado às diretrizes da Igreja Católica. No pano de fundo da crise no PVNC no período de 1994 a 1997 explicitavam-se interesses da Igreja sobre o movimento, através do trabalho desenvolvido por Frei David. Isso fica mais nítido com a criação da EDUCAFRO pela ordem dos Franciscanos para dar continuidade ao trabalho com cursos pré-vestibulares populares.

Do que interessa ao nosso estudo, o mais importante não é a crise em si, mas as concepções sobre o trabalho dos cursos pré-vestibulares populares que foram explicitadas. Para os integrantes do “Campo Amplo” o PVNC devia construir uma identidade e um projeto próprios, na perspectiva de constituir-se como um movimento social expressivo e influente, tanto no que diz respeito a luta contra o preconceito e a discriminação racial, quanto na luta pela democratização da educação em geral e do ensino superior público em particular, integrando as duas lutas em uma única luta. Já a perspectiva do “Campo Negro Eclesial” sempre esteve

integrada e subordinada às concepções e ações da Igreja Católica, ou seja, não aparecia em seus discursos e práticas um posicionamento de questionamento em relação às instituições privadas. Coincidência ou não, o trabalho de negociações com instituições privadas para a obtenção de bolsas de estudos, a falta de questionamentos ao ensino superior privado e em um determinado momento a aliança política com instituições privadas para a organização de um movimento contra a proposta de fim do status de filantropia instituições da área de educação, indicam que parte do movimento fazia um trabalho de interesse do setor privado.

Essas diferenças de concepções se mantiveram após a saída do grupo liderado por Frei David do PVNC e a conseqüente emergência do EDUCAFRO. As divergências e as disputas internas observadas em 1994, 1995, 1996 e 1997, após esta saída, passaram a não existir mais no PVNC. E as diferenças passaram a ser entre o PVNC e o EDUCAFRO.

Após a emergência e a afirmação social do EDUCAFRO como um projeto de organização de cursos pré-vestibulares populares, as diferenças e divergências tomaram outra forma, tornando-se mais visíveis. De fato, PVNC e EDUCAFRO expressam duas formas diferentes e divergentes, de conceber o trabalho do movimento dos cursos pré-vestibulares populares. Por exemplo, a idéia de voluntariado no PVNC aparece nos discursos e documentos como sinônimo de militância e engajamento em um projeto político; no EDUCAFRO, em consonância com os valores católicos, como prestação de serviço, ajuda aos pobres, doação; O PVNC sustenta que seu trabalho deve ser uma luta pela universalização do ensino

superior público e parte de suas ações políticas são voltadas para o debate sobre democratização e para a crítica da universidade pública, que na visão dos seus integrantes é elitista e excludente; a EDUCAFRO, embora tenha também uma ação crítica dirigida à abertura das universidades públicas às demandas dos setores populares, inclusive com ações judiciais em favor dos estudantes mais pobres e manifestações⁴⁵, privilegia os acordos com instituições particulares para conseguir bolsas de estudo para estudantes oriundos dos cursos pré-vestibulares populares a ela associados. Pode-se constatar que a EDUCAFRO trabalha em uma fronteira delicada: defende a democratização da universidade pública, mas tem por trás a Igreja Católica, que é uma das instituições mais influentes na definição das políticas educacionais, em favor do ensino privado no Brasil: na história da educação brasileira, nos momentos de definição das diretrizes da política educacional, as entidades educacionais ligadas à Igreja Católica colocaram-se sempre em favor do uso de verbas públicas no ensino privado, com critérios que sejam favoráveis aos seus interesses, embora no ponto de vista da Igreja, suas instituições de ensino não são privadas, e sim confessionais ou “públicas não-estatais”.

Independente das diferenças, PVNC e EDUCAFRO são referências no Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as organizações mais conhecidas pela sociedade em geral. Em diversos momentos, essas organizações assumem o papel de representantes dos cursos pré-vestibulares populares.

⁴⁵ Das manifestações organizadas pela EDUCAFRO a que mais chamou atenção da sociedade foi a que aconteceu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em favor das políticas de cotas para negros, em que um estudante foi crucificado.

Os Encontros Nacionais de Cursos Pré-Vestibulares Populares

Dois encontros nacionais de pré-vestibulares populares já foram realizados. O primeiro, em 2000, na Universidade Federal de Santa Catarina, promovido por iniciativa de um mestrando do programa de pós-graduação em educação da mesma universidade, que produziu sua dissertação sobre os cursos pré-vestibulares populares. O segundo, em 2002, no Município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, no Centro de Formação de Líderes da Diocese do Município.

O primeiro encontro reuniu cerca de 40 pessoas, representantes de cursos pré-vestibulares populares dos Estados do Sul e do Sudeste; o segundo reuniu 200 pessoas, também a maioria do Sul e do Sudeste, mas com presenças de pessoas da região Centro-Oeste.

Os dois encontros nacionais produziram idéias e propostas que estão no conjunto de preocupação expressas pelos cursos pré-vestibulares e expostos nos documentos dos encontros:

Nossa ação, política e formadora, busca defender a Universidade Pública para que a ela tenham acesso e assento as classes populares, os operários, os trabalhadores rurais, os descapitalizados sociais, os injustiçados pelos preconceitos de cor, raça e gênero. Postulamos, através de uma Universidade Pública e gratuita uma nova postura universitária para que esta abarque e defenda os interesses e necessidades emergentes das classes populares. Neste sentido, firmamos este documento, nossa lealdade em defesa do direito irrestrito à Educação Superior. (I Encontro, Manifesto de Florianópolis, 2002, pág. 227-228)

Os Coordenadores, Professores e Estudantes de Pré-Vestibulares Populares em Nova Iguaçu exigem: Medidas imediatas dos governos federal, estaduais e municipais no sentido de implementar políticas públicas que garantam a Universalização do Direito à Universidade e dos direitos civis, sociais, políticos e econômicos; Ampliação gradativa do número de cursos e vagas, nos três turnos, em todas as Universidades Públicas do Brasil; Políticas de Ação Afirmativa para acesso e permanência de estudantes de classes populares aos diferentes níveis de ensino e conclusão dos estudos com sucesso. Devem ser estabelecidas políticas de cotas e políticas de apoio financeiro e acadêmico aos estudantes; Incentivo ao desenvolvimento e divulgação de estudos, em diferentes áreas do conhecimento, que destaquem a contribuição dos Cursos Pré-Vestibulares Populares para a democratização das relações sociais. (II Encontro, Carta de Nova Iguaçu, 30/09/2002)

Nesses dois encontros nacionais os integrantes de cursos pré-vestibulares populares presentes trocaram experiências, debateram temas como democratização da educação, ações afirmativas, pedagogia, e discutiram formas de luta, comunicação e de organização para fortalecer o conjunto do movimento.

O I Encontro foi um momento de troca de experiências e conhecimento de diferentes visões e propostas entre os pré-vestibulares populares, foi uma iniciativa individual de convidar coordenadores de cursos para uma reunião. O II Encontro foi mais propositivo. Várias propostas foram formuladas e aprovadas, mas em nível geral quase nada do que foi aprovado foi efetivamente concretizado. A proposta

principal, criação de uma rede de pré-vestibulares populares de fato não se concretizou.

Para os cursos pré-vestibulares populares, os encontros nacionais foram mais úteis para produzir um conhecimento do movimento pelo próprio movimento. Porém, os debates realizados e as propostas elaboradas nesses encontros não produziram a organização de ações articuladas. Embora tenha sido aprovada a criação de uma rede nacional de pré-vestibulares populares, não houveram desdobramentos posteriores que concretizassem esta idéia.

Os Cursos Pré-Vestibulares Populares e o Estado

Parte do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, sobretudo PVNC e EDUCAFRO, mas também outros grupos como o Instituto Steve Biko, O Núcleo de Consciência Negra da USP, os cursos pré-vestibulares ligados aos Agentes de Pastorais do Negro (APN), o Movimento dos Sem-Universidade (MSU) e outros, pela própria característica das suas reivindicações, tem uma ação política de pressão sobre as instituições do Estado, na forma de exigência de materialização de direitos, sejam diretamente às Universidades com propostas de medidas para facilitar acesso e permanência de estudantes, ao Poder Legislativo com propostas de leis, ao Poder Judiciário com ações judiciais para exigir isenção de taxas de inscrição nos vestibulares das Universidades Públicas e aos governos (sobretudo governos estaduais e federal, responsáveis pelas instituições públicas de ensino

superior) com propostas mais gerais de medidas também de acesso e permanência, melhoria do ensino básico e financiamento das suas atividades.

Os primeiros contatos com instituições estatais se deram com as universidades públicas, a partir de necessidades financeiras dos estudantes. Já em 1993, no Rio de Janeiro, o PVNC, vendo-se diante da impossibilidade de muitos estudantes de arcarem com os custos das taxas de inscrição dos exames vestibulares, buscou diálogo com a UFRJ e a UERJ, na perspectiva de conseguir isenções de taxas para os seus estudantes. Em ambas as universidades, naquele ano, o PVNC conseguiu isenções de 100% da taxa para seus estudantes.

No âmbito do governo federal a primeira reunião com pré-vestibulares aconteceu em 17 de setembro de 1999, na sede da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, dando continuidade a implementação de metas do Programa Nacional dos Direitos Humanos na perspectiva de formulação de políticas públicas de promoção da igualdade, realizou no último dia 17 de setembro, reunião de trabalho com vistas a formatação de programa de trabalho objetivando tornar o ingresso nas instituições de ensino superior mais acessíveis aos afro-brasileiros e a população carente em geral. (Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Relatório Preliminar, 1999, pág. 1)

Subordinada ao Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos era, naquele momento, o órgão do governo federal responsável pela condução de debates com representações da sociedade e pela formulação das

políticas de direitos humanos⁴⁶, do governo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial Xenofobia e Intolerância Correlata. Não por acaso, para essa reunião foram convidados representantes de cursos pré-vestibulares populares que atuam a partir de uma motivação racial, ou seja, os cursos genericamente chamados de “pré-vestibulares para negros e carentes”. Participaram da reunião representantes do Instituto Cultural Steve Biko (Bahia), dos Agentes da Pastoral do Negro – APN (Minas Gerais), do Centro de Desenvolvimento de Educação e Cultura Popular (Rio de Janeiro), do Grupo Trabalho e Estudos Zumbi – TEZ (Mato Grosso do Sul), da EDUCAFRO (São Paulo e Rio de Janeiro), do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC (Rio de Janeiro), do Curso “Adoro Você” (Pernambuco), do Curso Comunitário Zumbi dos Palmares (Rio Grande do Sul), do Curso Thema Educação (São Paulo), do Curso Pré-Vestibular do Núcleo de Consciência Negra da USP (São Paulo), do Centro de Referência da Cultura Negra (Minas Gerais) e do Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB (São Paulo). Participaram também da reunião representantes do Ministério da Educação, da UNESCO e do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra.

De acordo com o relatório da reunião produzido pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, as principais propostas colocadas pelos representantes de

⁴⁶ Entre as propostas de ações governamentais do primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (1996), constavam propostas específicas para a população negra, entre as quais contava a seguinte proposta: “Desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”.

pré-vestibulares populares na reunião foram:

1. Isenção das taxas de inscrição nos exames vestibulares e das taxas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para candidatos de famílias pobres e com 75% de sua formação escolar em instituições públicas.
2. Políticas de acesso e permanência nas instituições públicas, através da ampliação do número de vagas nos cursos já existentes e criação de novos cursos noturnos, da ampliação de mecanismos que garantam a permanência de alunos carentes como bolsas, alimentação, transporte, moradia e outros; e, do reconhecimento dos cursos pré-vestibulares pelas instituições públicas de ensino superior, como centros de referência para recrutamento de bolsistas para programas de assistência estudantil.
3. Crédito Educativo para estudantes nas instituições privadas de ensino superior, destinado a universitários *“oriundos de segmentos sociais historicamente desfavorecidos”* (Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999, pág. 15). Pela proposta, essa linha de crédito *“deverá ser de 120% do valor da mensalidade: 90% desde percentual será destinado ao abatimento da mensalidade e os 30% restantes serão convertidos em auxílio-transporte e auxílio-refeição”* (idem).
4. Parcerias com instituições públicas para: cessão de espaços para os cursos pré-vestibulares populares, acesso as bibliotecas, educação continuada para professores dos cursos, aplicações de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e para custeio das atividades dos cursos.⁴⁷
5. Parcerias com instituições financeiras e fundos diversos (BNDES, FNDE, FUNDEF, FAT, INEP e UNESCO/UNICEF).⁴⁸

⁴⁷ Nessa reunião (estive presente) parte dos representantes de cursos pré-vestibulares populares tinham como meta a abertura de canais para captação de recursos financeiros para suas atividades. Esta proposta não foi compartilhada pelos representantes do PVNC, da EDUCAFRO e do Curso Zumbi dos Palmares.

⁴⁸ Idem.

Essa reunião com a Secretaria dos Direitos Humanos foi um marco nas relações entre os cursos pré-vestibulares populares e o Governo Federal e entre os próprios cursos pré-vestibulares populares (cabe destacar que essa reunião aconteceu antes do primeiro encontro nacional de cursos pré-vestibulares populares).

Para os cursos pré-vestibulares abriu-se um debate sobre a postura do movimento em relação ao governo. Para o Governo daquele momento a reunião funcionou como uma atividade para legitimar ações na área de direitos humanos, como ficou configurado na versão preliminar Versão Preliminar do Décimo Quarto Relatório Periódico relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial⁴⁹. Segundo o relatório:

Um dos setores em que mais se evidencia a desigualdade nas oportunidades está no acesso de negros ao ensino superior. Várias organizações da sociedade civil têm tomado a iniciativa de criar cursos alternativos preparatórios para os vestibulares que dão acesso aos cursos universitários. Em geral contam com trabalho voluntário e facilitam o acesso de alunos e candidatos sem recursos financeiros (...). Desde setembro de 1999, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos tem se articulado junto aos cursinhos de pré-vestibular comunitários para negros e carentes, juntamente com o Ministério da Educação e com a UNESCO. Desta articulação, resultou a aprovação de projetos desses cursinhos, objetivando a confecção de material didático, aquisição de vale-transporte para os alunos mais carentes, capacitação dos professores voluntários e recursos para a aquisição de material de consumo. Neste processo, foram

⁴⁹ Em função da adesão da Convenção Internacional sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial, os governos dos Estados signatários devem, periodicamente, enviar relatórios à ONU.

contemplados cursinhos dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. (Núcleo de Estudos da Vilência/USP, 2000, pág. 48-49).

Além disso, o relatório informa o apoio financeiro dado a alguns cursos pré-vestibulares cujos representantes compareceram na reunião de 17/09/1999. De fato, no mês de março de 2000, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos ofereceu aos cursos um pequeno apoio financeiro para compra de material e ajuda de custo e, efetivamente, alguns cursos receberam este “apoio”.

Esses fatos são importantes para o entendimento dos motivos da aproximação do governo federal com os cursos pré-vestibulares populares (principalmente os cursos ligados à questão racial) e do contexto político pontual em que aconteceu tal aproximação: naquele momento, o governo brasileiro precisava apresentar em seus relatórios à comunidade internacional, ações concretas de combate à discriminação racial. Essa aproximação dos movimentos sociais não aconteceu apenas com os cursos pré-vestibulares populares, mas com o movimentos sociais negros, indígenas, de mulheres, de homossexuais, dos portadores de deficiência, da comunidade judaica e de outros grupos que, no entendimento do governo federal, tivessem haver a luta contra o racismo, a discriminação e a xenofobia. A Conferência Mundial de Combate ao Racismo se aproximava e o governo precisava “prestar contas” à comunidade internacional sobre suas ações concretas em face das convenções e protocolos em que é signatário.

Para os cursos pré-vestibulares populares esses fatos (a reunião com o

governo e a oferta de recursos financeiros) trouxeram alguns elementos positivos, no sentido de que novas questões se colocaram e novas propostas passaram a ser pensadas pelo movimento. Pela primeira vez cursos de estados diferentes se reuniram e puderam trocar conhecimentos. Além disso, explicitaram-se algumas diferenças e divergências, como as questões sobre os recursos financeiros oferecidos pelo governo (Quais os interesses do governo? Cooptação? Apoio? O movimento deve aceitar esses recursos?) e as formas que cada organização de cursos pré-vestibulares populares entende o seu próprio trabalho (movimento social, educação popular ou política pública?). Dependendo do lugar em que se coloca e dos seus interesses (éticos ou corporativos), cada organização de curso pré-vestibular popular explicita um posicionamento sobre essas questões.

É fundamental considerarmos que o movimento dos cursos pré-vestibulares populares, como já colocamos anteriormente, é uma multiplicidade. Os cursos que são projetos de organizações não-governamentais, por exemplo, pelas suas próprias características, são em geral muito sensíveis às ofertas de recursos financeiros. Já os cursos baseados em trabalho voluntário e militante têm um posicionamento mais crítico e desconfiado em relação aos apoios financeiro e propostas vindas de setores do Estado (Universidades, Governos, Poder Legislativo).

Entretanto, esses eventos não encerraram as relações entre governo e cursos pré-vestibulares populares. Ainda em função da III Conferência Mundial e dos debates sobre políticas de ação afirmativa ensejados pelo movimento negro e pelo

próprio governo federal⁵⁰, foram organizadas outras reuniões, seminários, documentos e propostas dos cursos pré-vestibulares populares para os governos e dos governos para os cursos pré-vestibulares.

Após a Conferência Mundial, as conversas do governo federal com o movimento negro ganharam mais espaços. O Movimento Negro passou a cobrar ações concretas com base nos compromissos assumidos pelo governo no Plano de Ação aprovado na Conferência.

Consolidou-se, então, o debate entre Movimento Negro e Governo sobre políticas de ação afirmativa passou a fazer parte da agenda política nacional. Seminários e reuniões foram realizados e propostas foram apresentadas. E os Cursos Pré-Vestibulares Populares, principalmente o PVNC e a EDUCAFRO, participaram ativamente na defesa das políticas de ação afirmativa, a começar pelos debates a partir da aprovação, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, da Lei Estadual número 3708, de 09 de novembro de 2001, que pela primeira vez no Brasil estabeleceu cotas para negros no ensino superior, neste caso nas Universidades Estaduais do Estado do Rio de Janeiro.

Em face dessa Lei Estadual, as ações políticas do PVNC e da EDUCAFRO nas Universidades Estaduais se voltaram para efetivar da Lei e para instituir um programa de permanência para apoio aos estudantes beneficiários da nova

⁵⁰ O marcos governamentais da discussão sobre ação afirmativa foram a criação do Grupo Interministerial de Valorização da População Negra em 1995 e o Seminário “*Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos contemporâneos*”, organizado pelo Ministério da Justiça em 1996.

legislação, quando da criação na UERJ de uma comissão para propor um programa de apoio acadêmico e financeiro aos estudantes. Segundo o documento que sistematiza as propostas da comissão⁵¹, foram sugeridas “medidas de apoio efetivo à permanência do estudante carente na Universidade”, que “foram ditas e escritas pelos representantes do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes e da EDUCAFRO”⁵².

Outras participações importantes dos Cursos Pré-Vestibulares Populares em formulações de propostas para órgãos Estatais aconteceram no processo de discussão para a elaboração do Projeto do Programa *Diversidade na Universidade*⁵³, em 2002; nos debates sobre o *Programa Universidades para Todos* – PROUNI e sobre a proposta de Reforma do Ensino Superior, em 2004; nas discussões, ainda não concluídas, do Projeto de Lei Federal que pretende instituir cotas para negros e indígenas nas Universidades Federais⁵⁴, em audiências públicas e reuniões; e, em Comissões e Grupos de Trabalho do Governo Federal constituídos para formular propostas de políticas de ação afirmativa.

⁵¹ UERJ. Programa de Apoio ao Estudante da UERJ. Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

⁵² PVNC. Propostas para uma política de promoção da igualdade. Rio de Janeiro, mimeo, 2001.

⁵³ O Programa Diversidade na Universidade surgiu como proposta no final de 2001, após a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban de 01 a 09 de setembro de 2001. No momento da sua criação, ainda na gestão do então ministro da Educação Paulo Renato de Souza, o programa foi apresentado como uma alternativa ao sistema de cotas. Várias reuniões foram feitas entre os formuladores do MEC e representantes dos cursos pré-vestibulares populares, sem, no entanto produzir um consenso em torno da proposta, pois alguns cursos pré-vestibulares, como o Movimento Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), se colocaram contrários ao programa, pois discordavam da institucionalização de pré-vestibulares populares como política pública. Mesmo discordando e não participando do programa como um “Projeto Inovador de Curso” (denominação dada aos cursos pré-vestibulares apoiados financeiramente pelo programa), o PVNC manteve-se na discussão por considerar o programa como um espaço estratégico de interlocução com o MEC e formulação de políticas de ação afirmativa.

⁵⁴ Projeto de Lei Federal 73/1999, da Câmara dos Deputados.

CAPÍTULO II

DESIGUALDADES RACIAIS E POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

UM OLHAR SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Não é mais novidade para as ciências sociais, para a sociedade, para os entes estatais e organismos multilaterais que o Brasil é um país de imensas desigualdades sociais. Desigualdades no acesso à renda e aos direitos definidos como fundamentais (ou seja, o mínimo que todas as pessoas residentes no Brasil devem ter acesso), como educação formal, cuidados com saúde, assistência e previdência social, habitação, informação e bens culturais. Desigualdades entre as regiões, entre os gêneros e entre os grupos étnico-raciais. Desigualdades, que são, por um lado, resultado de processos sociais, culturais, econômicas e políticos e, por outro lado, produtoras de pobreza, miséria, exploração e subordinação, cuja elucidação deve ser buscada na história e nas dinâmicas dessa sociedade.

O Brasil disputa com outros poucos países a posição de mais injusta distribuição de renda do planeta. O quadro de desigualdade social explicitado pelos indicadores sócio-econômicos é perverso e, pior ainda, é historicamente persistente, quase como se vivêssemos num regime de castas. Para alguns grupos sociais a mobilidade social é muito menor que para outros.

Este quadro de desigualdade estrutural e estruturante resiste ao tempo e vem mantendo-se estável ao longo da nossa história. Trata-se, portanto, de um quadro que não é resultado de problemas conjunturais, mas de um quadro que, na história brasileira, persiste até mesmo em momentos de crescimento econômico. Pesquisas e análises realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e por universidades e organizações não-governamentais, além da existência de diversos movimentos sociais populares, denunciam tal desigualdade e sua gênese.

Pode-se dizer que no Brasil as desigualdades fazem parte da formação histórica, das dinâmicas da sociedade e suas instituições. Há uma espécie de lógica estabelecida nessa sociedade que produz e mantém estáveis, ao longo da história, hierarquias, possibilidades e lugares sociais. Essa *lógica social* é composta por um conjunto de preconceitos e práticas sócio-culturais cristalizadas que atuam na produção e manutenção das assimetrias e hierarquias que podem ser observadas nas relações sociais. Aliados à dinâmica de acumulação e expansão do capitalismo brasileiro, que Francisco de Oliveira interpretou como um modo de acumulação de base pobre⁵⁵, a forma de funcionamento das instituições impõe às camadas populares, principalmente aos chamados afrodescendentes, barreiras sociais e

⁵⁵ Segundo Francisco de Oliveira (2003, pág. 55-60), a evidente desigualdade, própria da extensão do capitalismo no Brasil, “*é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930... Nas condições concretas (...), o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração de renda, da propriedade e do poder*”.

“barreiras raciais que são obstáculos à sua participação na economia, na sociedade civil, na cultura, no Estado” (Fernandes, 1989, p. 23). Nas relações sociais concretas observa-se que além da divisão social em classes, própria da dinâmica do capitalismo, o racismo, o preconceito e a discriminação racial aparecem, na mesma forma, como questões centrais para o entendimento dessa *lógica social que determina inclusões diferenciadas, hierarquização racial, pobreza e miséria em níveis inaceitáveis.*

No Brasil pobre pode ser, além de uma expressão das relações de classe, também uma *“metáfora para a raça”* (Guimarães, 1999, p. 35), na medida em que no Brasil *“as desigualdades de classe se legitimam através de uma ordem estamental que está umbilicadamente ligada ao racismo”* (idem, p. 13).

A desvantagem enfrentada pelas camadas sociais populares é imensa e, neste âmbito, quando se verificam as condições de grupos como homossexuais, deficientes físicos e, sobretudo, negros a situação agrava-se ainda mais. O princípio constitucional *“todos são iguais perante a lei”*, que indica que no Brasil todos os cidadãos são portadores dos mesmos direitos, diante da realidade concreta se transforma em letra morta. De fato, o que se verifica na sociedade brasileira é a existência de direitos formais que não se constituem no plano material e que, historicamente, tem sido motivo de surgimento de vários grupos, organizações, associações e movimentos sociais que, na sua prática de lutam, questionam as significações e dinâmicas sociais, exigem a universalização e efetivação de direitos e, o que nos parece mais importante, colocam em questão os fundamentos da própria

sociedade. Grande parte dos movimentos sociais são expressões dos *sem* (sem terra, sem teto, sem renda, sem educação, sem universidade, sem direitos, etc.), reivindicam direitos previstos em leis e se organizam para melhorar as condições de vida das pessoas e grupos sociais que representam.

Os diversos indicadores sociais (riqueza, renda, acesso à saúde, à educação, entre outros) mostram numericamente a dimensão da desigualdade, do desrespeito social, os efeitos perversos do preconceito e da discriminação racial, a desigual apropriação da riqueza coletivamente produzida, da remuneração e da renda, dos serviços públicos, das oportunidades educacionais. E a pobreza, que coloca o país em uma posição muito distante do que seria razoável em termos de justiça social, está diretamente relacionada à desigualdade social, pois é, em grande medida, produto dela: uma desigualdade decorrente de um pacto social oligárquico, corporativista, racista e discriminatório que, apesar da igualdade proclamada na constituição formal, estabelece concretamente cidadanias distintas e, por conseguinte, direitos, possibilidades e tratamentos distintos aos diversos grupos sociais.

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, no Brasil os 10% mais ricos se apropriam de 43,2% da renda (os outros 90% ficam com 57% da renda), enquanto que os 10% mais pobres se apropriam de 0,96%; a renda dos 20% mais ricos é 19,3 vezes maior que a renda dos 20% mais pobres⁵⁶. Em outros indicadores, como educação, saúde e moradia, as desigualdades são também muito

⁵⁶ Dados consultados em <http://www.ipeadata.gov.br>.

acentuadas. No acesso à estruturas de comunicação e informação, a desigualdade é ainda mais acentuada: o Brasil consegue ser um dos países do que, proporcionalmente, possui o maior acesso à internet, mas esse acesso ainda muito superior nas chamadas classes A e B e muito baixo nas camadas pobres, o que denota um nível elevado de concentração das possibilidades da chamada “inclusão digital”, fundamental no mundo contemporâneo⁵⁷.

Embora a desigualdade no Brasil esteja diminuindo a partir das políticas sociais implementadas pelo governo federal a partir de 2003. O Brasil continua sendo o país mais desigual da América Latina.

Todos esses indicadores, se desmembrados por região, gênero e cor/raça, acentuam ainda mais a desigualdade social no Brasil. Os negros, por exemplo, constituem 50,6% da população, mas correspondem a 73,7% dos 10% mais pobres, enquanto os brancos são 82,7 dos 1% mais ricos⁵⁸. Ao que parece, ser negro no Brasil implica em maior possibilidade de ser pobre; a diferença entre a escolaridade média de um jovem negro e um jovem branco de 25 anos é, há várias gerações, de 2,2 anos (o que ajuda a confirmar que a desigualdade no Brasil é estrutural e constituinte da sociedade); entre os negros o analfabetismo é mais que duas vezes maior do que entre os brancos; em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) a proporção de pretos e pardos está abaixo da sua proporção na população.

“A pobreza no Brasil é negra...de forma inquestionável, a desigualdade racial

⁵⁷ Comitê Gestor da Internet no Brasil, Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (<http://www.cetic.br/>).

⁵⁸ IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

encontra-se no núcleo duro da desigualdade social e econômica” (Henriques in Ashoka, 2003).

NATUREZA E NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A desigualdade social no Brasil tem origem nas dinâmicas da colonização (colonização exploratória, escravização, etc.) e possui especificidades contemporâneas que são produtos do racismo, de um projeto de capitalismo conservador e do processo de modernização e industrialização excludente. Trata-se, assim, de desigualdades históricas, presentes já nos processos fundadores desta sociedade e das suas instituições políticas, sociais, culturais e econômicas. Ou seja, os processos discriminatórios no Brasil são históricos e se fazem presentes na forma que a própria sociedade se concebe e se auto-institui.

A formação da sociedade brasileira é, historicamente e de maneira muito forte, marcada um imaginário racista e por preconceitos, discriminações e relações assimétricas entre gêneros, raças e culturas, além da divisão social em classes, típica das relações de capital. Dos seus mais de 500 anos após o “descobrimento” por Portugal, mais de 300 anos foram de economia baseada no trabalho escravo de africanos e isso tem um forte impacto quando da fundação da República (1889) até o presente.

Tão nítido quanto à desigual distribuição de riqueza e renda na sociedade

brasileira são as visíveis práticas de discriminação e privilegiamento que as formas de funcionamento das instituições (estatais e privadas) conferem a pessoas e grupos sociais. Ser negro/a, morador/a de periferia ou favela, LGBT⁵⁹, entre outros fatores, são elementos que, do ponto de vista do poder e dos valores instituídos, colocam as pessoas em condições de inferioridade, de descrédito e desconfiança, constituem os critérios “subjetivos” de seleção e, na prática, esbarram nas barreiras sociais e raciais que impõe obstáculos para o acesso desses grupos sociais aos direitos e oportunidades que, na constituição formal brasileira, são iguais para todas as pessoas. Em outras palavras, brancos, homens, pessoas de classes média e alta, moradores em determinados territórios têm muito mais chances de terem seus direitos respeitados, maiores oportunidades e mérito.

Outro aspecto interessante no debate sobre desigualdades no Brasil é a forma como ela é percebida, qual seja, como fenômeno natural e não como resultado de processos históricos e sociais. De uma forma geral, a sociedade brasileira é sensível à pobreza e à miséria. Grupos religiosos, organizações não governamentais, empresas e pessoas individualmente se mobilizam em atos voluntários de solidariedade contra a fome, a miséria, etc. Muitos são os grupos e ações deste tipo no Brasil. Entretanto, a mesma mobilização social não acontece para ações contra as imensas desigualdades sociais, que são as produtoras da pobreza e da miséria. (Henriques, 2000)

Em geral, pobres e ricos, homens e mulheres, brancos e negros, encaram a

⁵⁹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

desigualdade como fenômeno normal. A sociedade é sensível à pobreza, mas não enxerga as desigualdades como uma das suas produtoras e reprodutoras, a encara como fato natural e não como resultado de processos sociais-históricos, marcados pelo racismo, pelo clientelismo, pelo patrimonialismo, pelo corporativismo, bem como pelas dinâmicas próprias do capitalismo (Faoro, 2000). O sentimento de “ajudar os pobres” convive com a aceitação da desigualdade como fato natural e, em muitos pontos de vista, como resultado do fato de que alguns grupos (negros, indígenas, nordestinos, etc) são inferiores ou menos esforçados que outros (brancos, amarelos). Não se estabelece relação entre pobreza, miséria e desigualdade, menos ainda entre discriminação e desigualdade, como se esta não fosse resultado de uma dinâmica social e não tivesse origens no próprio processo histórico de auto-instituição da sociedade.

Naturalizada, a desigualdade torna-se elemento constitutivo das relações e instituições econômicas, sociais, políticas, culturais e morais que funcionam, ao mesmo tempo, como mecanismos e incentivos de produção e manutenção de mais desigualdades. No Brasil o quadro social de desigualdades “resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, na qual a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes espaciais e temporais dos brasileiros” (Henriques, 2002) e “possui uma estabilidade, uma persistência que está diretamente associada à naturalidade com que é encarada, como se não fosse decorrência de um processo histórico específico” (idem).

Não é difícil concluir que esse processo de naturalização determina uma espécie de não preocupação com as razões sociais-históricas da desigualdade. Sem dúvida as desigualdades sociais estruturais em nossa sociedade (como em outras sociedades capitalistas), têm nas relações de capital, nas relações de produção e nas políticas do Estado Brasileiro importantes determinações. Mas, além dessas, outras dimensões das estruturas e dinâmicas sociais são, da mesma forma, importantes na elucidação das desigualdades.

O persistente caráter autoritário do sistema político brasileiro, subsidiado pelo pensamento nacionalista autoritário, associado às oligarquias, ao corporativismo e à mitologia da democracia racial, reproduz discriminações e, ao mesmo tempo, mascara as assimetrias e antagonismos raciais, o que contribui para a pequena mobilização da população negra, numa característica estratégia de subordinação racial, que aparece como elemento essencial para o entendimento das questões sociais e construção de alternativas e soluções.

RACISMO E DESIGUALDADES

A composição das desigualdades sociais é marcada, como já demonstramos, por uma enorme assimetria entre os grupos raciais, sobretudo entre brancos, pretos e pardos. Essa assimetria explicitada pelos indicadores sociais não é apenas conjuntural, pois que estamos tratando de desigualdades que, na história do Brasil, nunca deixaram de ter as mesmas características, digamos, raciais. Ou seja, a

desvantagem de pretos e pardos em relação aos brancos.

Isso nos coloca diante da necessidade de examinar, também, este importante aspecto. As desigualdades entre negros e brancos é uma realidade que pode ser sentida por qualquer pessoa no cotidiano. O movimento social negro denuncia que o racismo é o determinante fundamental dessas desigualdades. Pesquisas e análises confirmam que o racismo é uma das variáveis mais importantes do núcleo das desigualdades sociais.

De fato, na histórica formação das classes sociais no Brasil o racismo tem uma forte influência. Análises de indicadores sociais, estudos sobre mobilidade social e relações raciais⁶⁰, além de fatos concretos⁶¹ do dia-a-dia, mostram as maiores dificuldades da população negra em ascender socialmente, os constringimentos e violências que são submetidas cotidianamente as pessoas

⁶⁰ Hasenbalg (2005), Guimarães (1999; 2002; 2004), Henriques (2004).

⁶¹ Três fatos, um na cidade de São Paulo e dois na cidade do Rio de Janeiro, ocorridos no primeiro em 2004 e 2006, entre muitos outros, ilustram bem tal hipótese. Primeiramente em São Paulo, o assassinato de um jovem dentista negro, por policiais, sem averiguação, por ter sido apontado, sem provas, por um cidadão de acabou de ser assaltado, como autor do assalto. O segundo fato se refere ao jovem estudante negro, enteado do cantor e compositor Caetano Veloso, que foi expulso de um Shopping por um policial militar que prestava serviço particular como segurança dos filhos de um autor de novelas (o enteado de Caetano Veloso esta junto com o filho branco da família Veloso. Esses fatos são significativos, pois tratam-se de dois jovens negros de *classe média*. O terceiro fato, ocorrido em agosto de 2006, foi a atitude da Prefeitura do Rio de Janeiro em proibir a presença de cursos pré-vestibulares populares nas escolas públicas municipais. Segundo o então Prefeito, César Maia, "as escolas amanheciam com banheiros e salas urinadas, com fezes e até esperma" (jornal O Dia, 21/11/06). A declaração generalista do então Prefeito demonstra que, para ele, a priori os estudantes e educadores dos cursos pré-vestibulares para negros e pobres são compostos por pessoas porcas, usuárias de drogas e promíscuas. Declaração leviana e discriminatória, que não esconde o parece óbvio: as políticas que buscam a inclusão de negros e pobres constituem uma ameaça. Como afirmou o Senador Paulo Paim em artigo publicado no jornal O Globo (24/04/2004), "ainda é muito forte na sociedade o que Abdias Nascimento, em 1949, denominou de *delito de ser negro*".

consideradas negras. Mesmo assim, ainda é maioria (sobretudo nos âmbitos acadêmico e político) os que defendem que no país não há uma “questão racial” e sim uma “questão social”, o que é uma falsa dicotomia, pois afirmar que a sociedade possui questões sociais é afirmar o óbvio: em toda sociedade haverá sempre questões sociais a serem resolvidas. O que normalmente não se leva em conta ou é negado é que, tomando como referências os indicadores de desigualdades raciais e a existência histórica de movimentos sociais negros, a questão social no Brasil tem no racismo, no preconceito e na discriminação racial importantes determinantes. Ou seja, no Brasil as relações raciais determinam, por um lado, os privilégios de alguns grupos, e por outro, a desigualdade e a pobreza.

Não é somente o resultado de séculos de regime escravista, mas o racismo (a crença na existência de raças humanas, nas diferenças entre as raças e na inferioridade de algumas raças em relação a outras, notadamente das populações indígena e negra, em relação à população branca) que produz os preconceitos e discriminações que submete esses grupos a inferiorizações, constrangimentos e maiores dificuldades. O preconceito racial continua fortemente presente no imaginário social e a discriminação continua aparecendo nas práticas sociais e institucionais, inferiorizando posições e expectativas dos grupos racizados. As desvantagens de negros em relações aos não-negros não são apenas resquícios do passado escravista, mas de um racismo que continua contribuindo para determinar o lugar da população negra na sociedade, que é um lugar de subalternidade, invisibilidade, desrespeito, violência, pobreza e com muitas barreiras e dificuldades.

Na sua dinâmica, o racismo cria preconceitos, discrimina e segrega os indivíduos de um determinado grupo social, subjugando-os a posições subalternas e ajudando a produzir e reproduzir as desigualdades sociais. Isso fica notório quando analisamos a história da população negra, quase sempre uma história de enfrentamentos contra as tentativas de sua exclusão dos setores culturais, políticos e econômicos. Não por acaso, após abolição oficial do escravismo e da consequente passagem dos negros da condição de escravizados a cidadãos, surgiu um amplo movimento social negro, através de diversas organizações culturais e políticas, para educar negros e negras, reivindicar direitos, questionar as práticas sociais, pressionar o Estado e propor formar e conteúdos contra o racismo.

De 1995 a 2008, o peso relativo da população branca declinou. De 55,4%, em 1995, para 48,4% em 2008. Já a população preta e parda evoluiu em termos relativos, na população total, de 45%, para 50,5%, tornando-se maioria na população. O fato de a população autodeclarada branca não ser mais a maioria absoluta dos residentes possui significado histórico, pois tal fato foi verificado a última vez em 1890, quando o censo realizado naquele ano mostrou que brancos eram 35% da população. Isso pode expressar que a redução do peso relativo dos brancos na população brasileira reflete, entre outras coisas, reorientações recentes na sociedade brasileira, no que diz respeito às formas de autopercepção. Mas embora isso esteja acontecendo, a população negra em relação à população branca continua com maior taxa de mortalidade por 100 habitantes, com a menor média salarial, com maior número de analfabetos, com menos anos de estudos, em menor número no ensino superior e em maioria nos territórios que não possuem, ou possuem

precariamente, serviços básicos de saneamento, coleta de lixo, assistência média e escolas, o que não deixa dúvidas sobre quanto às desigualdades raciais⁶².

Diante da existência de mecanismos de discriminação racial na educação⁶³, nos ambientes acadêmicos⁶⁴, nas empresas, no tratamento de instituições públicas e nas relações pessoais⁶⁵, podemos considerar que as desigualdades raciais tornam-se evidências que parecem comprovar que o racismo é o produtor e reproduzidor de tais desigualdades. Por isso, sem considerar esse dado social não é possível produzir uma elucidação real e sincera sobre a sociedade brasileira, sua história, suas dinâmicas, seus problemas e possíveis formas de superação.

O combate às desigualdades é, pois, o desafio que está colocado e o ponto a partir do qual deve se iniciar um processo de constituição material da democracia. E sendo o preconceito e a discriminação raciais elementos considerados determinantes e o movimento social negro a expressão da exigência de novas relações sociais e de políticas de universalização dos direitos, tornou-se comum o uso do termo *ação afirmativa* como um conceito para a formulação e implementação de políticas de combate às discriminações e desigualdades, que passou a fazer parte do debate sobre as políticas de combate ao racismo, distribuição de renda e democratização. Os

⁶² Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2007-2008. LEASER/UFRJ. Disponível em http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/RDR_2007-2008_pt.pdf.

⁶³ Castro, Mary G. & Abramovay, Miriam. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

⁶⁴ Carvalho (2005).

⁶⁵ Telles (2003), Guimarães (2008).

movimentos sociais em geral e o movimento social negro de forma específica são os introdutores deste debate.

Ação Afirmativa, combate às desigualdades e democratização dos direitos

A expressão *ação afirmativa* é, no âmbito do debate sobre políticas públicas, uma expressão recente, que foi usada pela primeira vez na década de 1960, nos Estados Unidos, para denominar as medidas para promover a igualdade entre negros e branco. A intenção do governo daquele país era responder ao profundo conflito derivado da segregação racial, conflito esse denunciado pelo movimento pelos direitos civis nas décadas de 50 e 60.

De acordo Joaquim Barbosa Gomes,

concebidas pioneiramente pelo Direito dos Estados Unidos da América, as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional de igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (Gomes, 2001)

Objetivamente, as políticas definidas como ações afirmativas visam

proporcionar oportunidades de acesso dos grupos discriminados aos direitos e garantir a participação desses grupos em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social.

Cabe aqui explicitar o importante papel dos movimentos sociais na produção do conceito de ação afirmativa, através dos questionamentos que fazem da situação contra a qual se movimentam e das pressões que exercem na Sociedade. A origem do conceito de ação afirmativa está nas lutas históricas por direitos ao longo do Século XX. Nos Estados Unidos da América foi exatamente o que aconteceu. As políticas públicas voltadas à concretização do princípio da igualdade que naquele país foram formuladas pelo Estado, são resultado do chamado Movimento dos Direitos Civis⁶⁶, que teve o movimento social negro como o seu principal protagonista.

Pode-se dizer, portanto, que como prática política, o que chamamos de ação afirmativa teve início com os movimentos sociais de afirmação de direitos e de identidade (movimentos negros, de mulheres e de LGBT). As lutas desses movimentos sociais que, historicamente, se insurgiram contra o que consideram injusto, incorreto e inaceitável numa dada sociedade, são, em si, ações afirmativas, pois são ações que afirmam direitos e, portanto, a necessidade de processos concretos de promoção de igualdade perante a Lei. Os movimentos sociais da

⁶⁶ Movimentos pelos Direitos Civis é o nome dado ao conjunto das lutas por igualdade perante a lei, que aconteceu entre 1954 e 1980, na Europa e nos Estados Unidos. A maior expressão do Movimento pelos Direitos Civis foi a luta dos afroamericanos, nas décadas de 1950 e 1960, por reformas institucionais contra a discriminação e a segregação raciais, que naquele país era oficial.

população negra, das mulheres, dos indígenas, dos homossexuais, dos deficientes físicos, dos trabalhadores sem terra, dos trabalhadores sem teto e dos trabalhadores em geral, os movimentos pelo direito à educação e em defesa do ensino público, os cursos pré-vestibulares populares para negros e carentes e outros são, com todas as suas contradições e perspectivas, ações afirmativas: denunciam injustiças, explorações, discriminações e afirmam o que ainda não existe de fato, o que querem instituir. Do ponto de vista dessa marcha histórica pela liberdade, as ações afirmativas não são o fim das lutas, são as próprias lutas.

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes, por exemplo, em sua Carta de Princípios, define ação afirmativa como “ação coletiva de afirmação de identidade e luta por relações econômicas, políticas, sociais e culturais democráticas” (PVNC, 1998), numa explícita afirmação da crença do papel do movimento como sujeito de transformações sociais democráticas.

Assim, ação afirmativa e democratização⁶⁷ aparecem como conceitos intimamente ligados e, nas práticas sociais concretas, se complementam. Democratização é o processo de constituição de democracia e, pois, de socialização daquilo que é produto do trabalho, de universalização material dos direitos, de construção do comum. Ação afirmativa é um conceito de constituição material do público, que propõe medidas concretas contra as desigualdades e a discriminação e afirmam a igualdade contra o privilégio, a multiplicidade contra a uniformidade e a participação contra a partilha. É neste sentido que as políticas de ação afirmativa são

⁶⁷ O termo “democratização” é aqui utilizado como a denominação de um processo de radicalização da democracia, ou seja, na produção/universalização material permanente dos direitos.

instrumentos de um processo de democratização, pois na democracia a política consiste na criação daquilo a que, necessariamente, todos devem ter acesso, criando os meios que assegurem esse acesso.

Os movimentos sociais são, portanto, os sujeitos coletivos mobilizadores e produtores de demandas, de questionamentos e de espaços de encontro de singularidades onde “*se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades*” (SADER, 1988), ou seja, são produtores de ações constitutivas dos seus projetos e propostas. Os movimentos sociais (e não o aparelho estatal) são os sujeitos que *produzem e impõem* as ações afirmativas, pois é por via de suas práticas e propostas políticas que indicam a necessidade de políticas públicas que respondam aos seus questionamentos e atendam às demandas e que expressam. Ou seja, mais que o fim das lutas sociais, as ações afirmativas são as próprias lutas.

No Brasil, o Movimento Social Negro é o principal protagonista do conceito de ação afirmativa como um conceito que, no início do século XXI, passou a subsidiar a formulação de políticas de combate às desigualdades entre brancos e negros (pretos e pardos auto-declarados da nossa composição racial), pois quando são analisados os indicadores sociais (renda, ocupações no mercado de trabalho, educação, expectativa de vida, acesso a serviços básicos, etc) aos longo da história revelam-se imensas assimetrias entre os diversos grupos raciais oficiais (brancos, pardos, pretos, indígenas, amarelos e outros), que sugerem a discriminação racial como um dos seus elementos constitutivos fundamentais. De fato, as práticas

discriminatórias que pessoas e instituições reproduzem cotidianamente nos processos de seleção, no currículo escolar, em discursos religiosos, nas relações familiares, nas ações dos aparelhos policiais, nas interpretações das leis e nas sentenças judiciais, nas dinâmicas universitárias, nas opções de investimento dos entes Estatais, nas empresas, na mídia, nos ditados e “piadas” do senso comum, etc., indicam que o racismo se faz presente e determina lugares para a população negra.

O debate sobre ação afirmativa ganhou força a partir da *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida*, realizada em 20 de novembro de 1995. Essa Marcha, da qual participaram cerca de 30 mil ativistas negros, um marco para a própria luta contra o racismo e por ações afirmativas, pois significou uma mudança na atuação do movimento social negro, o momento em que a luta contra o racismo passou a ser, também, a luta pela promoção da igualdade racial.

Em resposta à *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida*, o Governo Brasileiro, chefiado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, resolveu criar um Grupo de Trabalho Interministerial (o GTI), com a missão de elaborar um diagnóstico, discutir e formular propostas e projetos políticos voltados para a valorização e melhoria das condições de vida da população afrobrasileira. Iniciou-se, a partir desse evento, o debate sobre ações afirmativas na agenda de políticas públicas.

Do ponto de vista do movimento negro,

a base material e econômica do racismo define o conteúdo da exclusão social no Brasil, haja vista que não por mera

casualidade a população negra encontra-se nas piores condições de trabalho e de vida, constituindo as maiorias reveladas pelos indicadores da fome, da miséria, do desemprego, das vítimas da violência, da população de rua, da população carcerária, enfim, dos segmentos considerados descartáveis. Tomados em conjunto, os dados que acabamos de expor evidenciam a necessidade urgente de uma política nacional de combate ao racismo e às desigualdades raciais. Trata-se de um esforço que deverá ter como principal escopo tornar a igualdade formal, a igualdade de todos perante a lei, em igualdade substancial: igualdade de oportunidades e tratamento.⁶⁸

Em outras palavras, sendo a discriminação racial é um componente de produção de desigualdade, no processo de combate a essas desigualdades são necessárias *políticas de ação afirmativa* para garantir à população negra o acesso concreto aos direitos. Esse é o sentido das políticas de cotas raciais (ponto mais polêmico do debate), das políticas de valorização cultural e das políticas de acesso a terra, a moradia, ao emprego e aos serviços públicos básicos, todas defendidas pela maioria dos ativistas do movimento negro como forma de integração social da população negra, de superação de preconceitos, de atitudes discriminatórias.

Como políticas públicas resultantes das lutas dos movimentos sociais, as ações afirmativas podem ser entendidas como intervenções nas instituições com o objetivo de promover a diversidade sócio-cultural, a igualdade de oportunidades e o acesso material aos direitos para grupos sociais marginalizados, sobretudo entre os

⁶⁸ Documento da Marcha Zumbi dos Palmares, 20/11/1995.

grupos étnico-raciais. O princípio é que no processo de combate às desigualdades, são necessárias políticas concretas que devem ir além das leis que proclamem a igualdade de todos e que visam punir as práticas racistas e discriminatórias; essas políticas devem reduzir as desigualdades (até sua superação) e combater o racismo, intervindo direto nas instituições para garantir a presença dos grupos sociais discriminados e o acesso desses grupos aos direitos definidos como universais, como é o caso da população negra. Esse é o sentido das cotas raciais (ponto mais polêmico do debate), dos programas educacionais, das políticas de acesso e permanência nas universidades e das políticas de valorização cultural, das políticas de geração de trabalho e renda, para o acesso a terra e a moradia, e aos serviços públicos como saneamento, saúde, transporte, todas defendidas pela maioria dos ativistas do movimento negro como forma de integração da população negra, de superação de preconceitos e atitudes discriminatórias e de recomposição das relações sociais.

De uma forma mais geral, por ações afirmativas podemos entender as dinâmicas, práticas, meios e instrumentos que têm como *meta* o reconhecimento sócio-cultural, a promoção a igualdade (de oportunidades, de tratamento e de condições objetivas de participação na sociedade) e, portanto, a constituição e efetivação de direitos civis, políticos, sociais e culturais em uma dada sociedade.

Uma característica importante das ações, medidas, programas e projetos denominados de ações afirmativas é que são políticas focalizadas no(s) grupo(s) social(ais) discriminado(s) em uma sociedade. Neste sentido, as ações afirmativas são políticas de caráter específico e não de caráter universal. Porém, são políticas

que podem ser consideradas instrumentos de um processo de universalização, pois não criam direitos especiais, apenas buscam proporcionar aos grupos sociais marginalizados o acesso aos direitos, dificultado pela existência na sociedade de barreiras sociais e raciais (preconceitos e discriminações).

Assim, as políticas de ação afirmativas são instrumentos para abrir às diferenças os espaços cercados pelo preconceito e discriminação oriundos do racismo e, desse ponto de vista, podem ser consideradas como políticas de constituição material do público, ou seja, como políticas que podem dar uma contribuição concreta para a universalização material daquilo que um Estado Democrático de Direito define formalmente como sendo o que todos devem ter acesso.

Apesar de se caracterizar como tratamento específico para determinados grupos sociais, essas políticas podem fazer parte de uma estratégia de combate aos preconceitos e discriminações, de promoção de igualdade de oportunidades e tratamento e, também, de universalização dos direitos. Ou seja, no processo de transformações sociais que vem sendo experimentado pela sociedade brasileira desde o fim da Ditadura Militar, o conceito de ação afirmativa e as políticas concretas que surgem a partir dele são instrumentos de combate às desigualdades, à discriminação e do preconceito racial, cuja finalidade principal é tentar contribuir para uma recomposição do social, do econômico, do político e do cultural em bases mais democráticas. Desse ponto de vista, as políticas de ação afirmativa podem ser consideradas como parte de um processo de universalização dos direitos e

democratização das relações sociais.

É neste sentido que a proposição de Cotas para Negros é defendida pelo movimento social negro:

Acreditamos que a igualdade universal dentro da República não é um princípio vazio e sim uma meta a ser alcançada. As ações afirmativas, baseadas na discriminação positiva daqueles lesados por processos históricos, são a figura jurídica criada pelas Nações Unidas para alcançar essa meta.⁶⁹

A demanda por políticas compensatórias específicas para os negros no Brasil não é recente e nem está baseada em qualquer modelo estrangeiro. Pelo contrário, insere-se na busca da justiça social em uma sociedade que historicamente se mostra racista, sexista, homofóbica e excludente. As cotas e o Prouni significam uma mudança e um compromisso ético do Estado brasileiro na superação de um histórico de exclusão que atinge de forma particular negros e pobres. A superação da posição da neutralidade estatal que podemos observar no Prouni é também aquela esperada diante do Projeto de Lei 73/99. Não se trata de leis raciais, como dizem os 113 anti-cotas, mas um posicionamento do Estado brasileiro coerente com os acordos internacionais de superação do racismo, de luta pelos direitos humanos dos quais o país é signatário⁷⁰. (grifos meus)

É hegemônico no movimento social negro o entendimento de que a política de cotas para negros insere-se num processo de democratização e são políticas

⁶⁹ Manifesto “Em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial” (2006).

⁷⁰ Manifesto “120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil - Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas” (2008)

concretas de redistribuição e, como tal, de recomposição racial das instituições. Desde 2001, quando as Universidades do Estado do Rio de Janeiro passaram a ter reserva de vagas para pobres, estudantes oriundos de escolas públicas e negros, a proposição de cotas para negros têm sido um dos pontos mais polêmicos do debate público no Brasil. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Por trás da proposição de cotas para negros está a visão consolidada na Declaração da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo da ONU e em diversos documentos relacionados, de que é preciso desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade racial e, pois, da democracia.

O sentido é tornar concretamente acessível à participação de todos aquilo que é definido como o que todos devem ter acesso. Trata-se, portanto, de um debate sobre a constituição de um participável e de condições e meios que assegurem o acesso comum a esse participável, pois democratizar é proporcionar a participação de todos ao que não pode ser dividido privativamente. A recomposição (racial) do social, do econômico, do político e do cultural é, também, redefinição do participável, do que deve ser socializado. É afirmação/universalização de direitos. É política constituinte. É processo de democratização.

Neste ponto, nossa tese é que, no Brasil, a política de cotas é, objetivamente, parte importante de uma estratégia de promoção da igualdade e da diversidade racial nas instituições. Acrescenta-se, ainda, que além de impactos objetivos (inclusão imediata nas instituições de pessoas pertencentes aos grupos sociais nelas sub-representados historicamente e por motivos discriminatórios), as políticas de cotas

nas instituições podem ter importante impacto subjetivo para a superação do preconceito e da discriminação: ao aumentar o número de negros e negras, por exemplo, como estudantes e professores no ensino superior, nas empresas, na representação política, nas instituições estatais, no cinema, na TV, na mídia em geral, tais políticas contribuirão para modificar as formas com que a sociedade e suas instituições se comportam diante de pessoas pertencentes aos chamados grupos racizados⁷¹.

Entretanto, ainda muitos são os argumentos contrários às cotas raciais, pois “No Brasil...a raça não é considerada um elemento central na construção das desigualdades” (Telles, 1996) e que “não há um consenso substancial na sociedade sobre a desigualdade racial, premissa fundamental para ensejar a adoção de políticas *afirmativas*” (Martins, 1996) para os afrodescendentes. Por um lado parece haver um medo de alguns setores e grupos sociais com a perda de espaço nas universidades, empresas e instituições públicas. Diz-se que não é justo perder vaga para pessoas menos preparadas, que o mérito e a qualidade acadêmica estão ameaçados, que as cotas são uma ameaça⁷² e vão criar pessoas pouco esforçadas,

⁷¹ Podemos imaginar outra postura, mais cautelosa, das instituições policiais em relação às pessoas negras, na medida em que os agentes policiais passarem a considerar a possibilidade de estarem lidando com professores universitários, diretores de empresas, autoridades, etc. Em nosso imaginário social, as pessoas negras são, a priori, inferiores, subalternas e não ocupam “posições de status” na sociedade.

⁷² Como no editorial do Jornal Folha de São Paulo, de 05/07/2006, um dia após a entrega pelo movimento negro, de um manifesto em favor da aprovação dos projetos de cotas nas universidades federais e do Estatuto da Igualdade Racial: “*Lei de Cotas, ao tornar obrigatória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior, ameaça a educação universitária. O mérito acadêmico perde espaço, e a duplicidade de critérios estimula o recrudescimento do racismo nos bancos escolares*” (grifo meu).

que as cotas racializam a sociedade e criam conflitos raciais que não existem.

No contexto dessas argumentações contrárias às cotas raciais, chama atenção afirmações de que *as ações afirmativas são uma importação dos Estados Unidos de soluções para problemas que não são os nossos*, que *“O Brasil é um país mestiço”*⁷³, que *“(..) a lei, numa democracia, estende (as oportunidades) a todos os cidadãos, iguais por definição”*⁷⁴, que apesar do preconceito racial *“existe (no Brasil) também uma importante história de convivência e aceitação de diferenças raciais, religiosas e culturais, um grande patrimônio a ser preservado”*⁷⁵, que *“cotas são um remédio excessivo, que pode trazer ao país o que não conhecemos, o ódio racial... mesmo o racismo existindo aqui como em todo lugar, o traço dominante de nosso povo é a convivência pacífica, intensa e harmoniosa entre pessoas de todas as cores. Nossa miscigenação é a maior prova disso. Abrir mão desse capital seria um desastre”*⁷⁶.

Tais discursos, usados para justificar um posicionamento contrário às cotas raciais, reconhecem a mestiçagem para logo após negá-la: nega-se a multiplicidade que a mestiçagem produz. Nega-se, também, a relação entre discriminação e

⁷³ Tal expressão foi usada pelo professor Carlos Lessa em seu discurso de posse como Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelo economista César Benjamin em artigo publicado na revista Caros Amigos. Nas duas situações, seus autores buscavam justificar suas discordâncias com as políticas de cotas para negros nas universidades.

⁷⁴ José Carlos de Assis. "Do contra, sim". In Editorial de *FOLHA UFRJ* Ano I N. 0, p. 2.

⁷⁵ Simon Schwartzman. "Das estatísticas de cor ao estatuto da raça". In FRY et al, 2006.

⁷⁶ Ali Kamel. "Dois lados, propósitos iguais", Jornal O Globo, coluna Opinião, 22/03/2005.

desigualdade. Além disso, usam-se os mesmos argumentos dos setores conversadores estadunidenses: racismo às avessas, preocupação com a qualidade acadêmica e mérito. A defesa de uma determinada idéia de mestiçagem (povo mestiço) se faz como negação da existência de raças e da preocupação da racialização da sociedade, ou seja, de uma “divisão perigosa” da sociedade em raças. Uma questão se coloca: como argumentar contra a existência de raças usando a mestiçagem? Falar em mestiçagem e miscigenação não seria supor a existência de raças? Além disso, não seria a política de cotas uma espécie de reconhecimento da diversidade e, pois, de uma mestiçagem que não aparece em determinadas instituições, como as universidades?

Desse ponto de vista, o que se explicita nesses discursos parece ser o mesmo preconceito discriminatório presente da dinâmica social-histórica brasileira e que impõe à população negra barreiras de acesso aos direitos, sobretudo às instituições historicamente constituídas sobre uma espécie de pacto racista, como é o caso da universidade. (Negri & Cocco, 2005; Carvalho, 2005)

Para Kabengele Munanga (1999), o discurso que exalta que o Brasil é constituído de um povo mestiço “*constitui a peça central da ideologia racial brasileira*”, pois apresenta a mestiçagem como homogeneização, como negação da multiplicidade e de seu conteúdo democrático.

Entretanto, como já dissemos, as pesquisas e os indicadores sociais explicitam um quadro brutal de desigualdades raciais. Ou seja, independente de ideologias e interesses, na realidade social a assimetria entre os grupos raciais é um

fato concreto, feito fundamentalmente pelo racismo. A história da sociedade brasileira revela que o preconceito e a discriminação raciais são, também, estruturantes de instituições e oportunidades.

Não por acaso, no Brasil, o Movimento Social Negro é o principal protagonista da ação afirmativa como prática social e como política de combate às desigualdade e promoção da igualdade racial. Todos os indicadores de acesso à saúde, acesso e permanência na escola, remuneração, condições de habitação e outros, são inequívocos, ou seja, as condições de vida da população negra são, de uma forma geral, muito inferiores às condições de vida da população branca, e essa situação mantém-se historicamente estável. Negros são mais pobres que brancos. Mesmo entre os pobres, os negros são, em geral, mais pobres. As chances de uma pessoa negra sair da condição de pobreza são menores que de uma pessoa branca. A probabilidade de uma pessoa negra passar por constrangimentos em portarias, portas de agências bancárias, recepções de empresas, escolas e universidades é, também, muito maior (é comum que negros e negras passem por “processos mais rigorosos” de identificação). O perigo de ser morto pelas ações violentas que caracterizam as práticas das nossas instituições policiais é maior para jovens negros do que para jovens brancos. A defesa que a militância negra faz das políticas de ação afirmativa para a população negra, com todos os exageros e contradições que podemos identificar, baseia-se na existência de práticas sociais e institucionais racistas, que impõe barreiras a negros e negras no acesso aos direitos e às instituições estratégicas da sociedade. O racismo quando concretizado em práticas sociais, cria preconceitos, discrimina e segrega os indivíduos de um determinado grupo social, subjugando-os a

posições subalternas e inferiores. Por isso, como já demonstramos, o racismo é um dos determinantes fundamentais, uma das variáveis mais importantes do núcleo das desigualdades sociais no Brasil.

Além disso, é praticamente senso comum na sociedade brasileira o não estabelecimento de relação entre pobreza e desigualdade, mas há aí uma estreita relação. Podemos afirmar que as desigualdades, muito mais do que conseqüências, são as causas endógenas do nosso subdesenvolvimento. É só lembrarmos que, no Brasil, as desigualdades sobreviveram mesmo nos períodos de crescimento do PIB. A tradicional fórmula que propõe crescimento econômico para combater a pobreza, já demonstrou sua ineficiência, pois são as desigualdades e não o baixo crescimento, o elemento fundamental de manutenção de pobreza. Na educação formal temos um exemplo disso, pois o aumento quantitativo, ao longo do século passado, das oportunidades educacionais, não eliminou as desigualdades educacionais em todos os níveis entre.

Por outro lado, os novos movimentos sociais populares mostram que a exigência de igualdade aparece como ponto de partida de uma política de recomposição democrática do social e do político. É a abertura das instituições à multiplicidade o caminho de torná-las democráticas. No atual debate sobre democratização do ensino superior público⁷⁷, por exemplo, os movimentos de

⁷⁷ Refiro-me ao debate sobre o projeto de Reforma do Ensino Superior, a chamada Reforma Universitária. Esse projeto foi proposto pelo Governo Federal em 2004, mas foi abandonado pelo próprio governo em face dos conflitos de interesse que se tornaram nítidos após de muitos embates e discussões entre Ministério da Educação, Reitores, Sindicatos, Associações docentes, científicas, empresariais e movimentos sociais.

estudantes, de educação popular, de negros e outros afirmam que é a abertura da universidade estatal às demandas populares e à diversidade sócio-cultural que a tornará, de fato, pública. Movimentos sociais como os cursos pré-vestibulares populares (Nascimento, 1999), que se proliferaram por todo o país trabalhando na afirmação do direito à educação superior, explicitam que, do ponto de vista da população negra e das camadas populares, a igualdade é a *condição* fundamental de um processo democrático.

Assim, torna-se necessária tanto a problematização crítica do neoliberalismo, quanto do desenvolvimentismo nacionalista de esquerda e centro-esquerda, que aparecem no debate político e econômico como as únicas formas possíveis de produção de direitos. O mercado não é, como os neoliberais acreditam, o lugar da universalização dos direitos, e isso não é mais novidade (Anderson, 1996). Porém, a alternativa não parece ser exatamente o “alargamento da esfera pública” através Estado. Isso não quer dizer que devemos negar completamente o mercado e Estado, mas como, nessa relação, é possível constituir processos de universalização material de direitos.

O mercado, entendido como lugar onde as pessoas encontram-se livremente, discutem, contratam entre si, cooperam e produzem, pensado como lugar de circulação, liberdade e inovação e não de monopólios, pode ter um importante papel, o que depende em boa parte de políticas públicas de infra-estrutura, transporte, acesso à comunicação, informação, conhecimento e direitos sociais, e, portanto, de

instituições públicas de outro tipo. Por isso, em relação ao Estado é preciso uma análise crítica dos seus modos de funcionamento e da mistificação segundo a qual numa democracia a lei estende as oportunidades a todos os cidadãos. Ora, o Estado Brasileiro é, por definição formal, um Estado Democrático de Direito, no qual todos são iguais. Um paradoxo se considerarmos as instituições estatais que ajudam a produzir e reproduzir desigualdades que nenhuma declaração formal, por si só, é capaz superar. Portanto, “o Estado tem que repensar as políticas econômicas e sociais na perspectiva imediata da redução (ou superação) das desigualdades, isto é, da determinação de um acesso aos serviços, de uma universalização dos saberes que não podem mais ser postergados na espera dos efeitos do crescimento, mas que constituem a condição deste” (Cocco, 2001, p88). O conceito de Ação Afirmativa e as intervenções concretas tal conceito estimula parecem corroborar com a constatação de que a distribuição de renda e riqueza é o motor de um processo de desenvolvimento da democracia.

Assim, é importante reconhecer o que vem dos movimentos sociais. Ou seja, é preciso constituir políticas concretas de igualdade e de construção do comum. É preciso investir na melhoria das condições de vida dos brasileiros para fazer o Brasil se desenvolver (e não o contrário), priorizando os grupos sociais subalternizados. Se negros e negras constituem mais da metade da população e mais de dois terços dos mais pobres, é possível imaginar o impacto que investimentos na melhoria de vida dessa população no conjunto da sociedade. As políticas de ação afirmativa para a população negra, no Brasil, podem ter um papel fundamental para o almejado “desenvolvimento”.

Ou seja, no Brasil o caminho da mudança começa pelo combate às desigualdades sociais. E não se pode desconsiderar que tais desigualdades têm no racismo um dos seus principais determinantes. Esse combate passa pela reestruturação de diversas instituições (sistema político, sistema previdenciário, sistema de ensino, sistema tributário, etc.), por políticas massivas de acesso aos direitos fundamentais (saúde, estruturas de comunicação e informação, renda, etc.), complementadas por políticas de ação afirmativa focadas na inclusão social dos grupos sociais vítimas da discriminação (negros, indígenas, deficientes, mulheres, etc.).

No caso da população negra, as políticas de ação afirmativa podem ter impactos significativos para toda a sociedade, pois estamos nos referindo a praticamente metade da população. Combater a discriminação racial e seus efeitos, promover igualdade de tratamento e oportunidades e melhorar as condições de vida de negros e negras no Brasil, significa um salto de melhoria nas condições gerais da sociedade.

Em todos os países que implementaram e implementam políticas de ação afirmativas a redução das desigualdades sociais e raciais são significativas e em tempo relativamente curto. As políticas de ação afirmativas e seus instrumentos (as políticas de cotas, as bolsas e incentivos, a priorização de investimentos para grupos sociais historicamente discriminados, etc), são políticas fundamentais para a superação das desigualdades e da discriminação. São políticas de democratização, pois, mesmo inicialmente estabelecendo critérios desiguais, são políticas de acesso

ao que é definido pela sociedade como o que todos e todas (rigorosamente todos e todas) têm direito.

O protagonismo dos movimentos sociais anti-racistas neste esforço é essencial, pois as instituições públicas (e também privadas) precisam ser levadas a reconhecer as demandas e alternativas produzidas na sociedade. Por outro lado, da parte dos governantes e legisladores, sobretudo daqueles que se autodenominam democráticos e populares, se for aceito que a “inovação antes de ter técnica é social” (Negri e Cocco, 2005), o reconhecimento das dimensões constituintes dos movimentos sociais pode ser considerado um fundamento e um motivo para romper barreiras, pois estes afirmam, e às vezes mostram, o que deve e pode ser feito. Nossa experiência política recente nos mostra que relações abertas entre governos e movimentos sociais possibilitam avanços significativos na constituição material da democracia, que é, muito mais que um projeto, um processo de produção de condições objetivas e subjetivas de igualdade e autonomia.

Assumir as políticas de ação afirmativa como parte de uma estratégia de democratização é reconhecer o potencial constituinte dos movimentos sociais e em nada contradiz a necessidade e a importância das chamadas políticas universalistas. Pelo contrário, as políticas de ação afirmativas e seus instrumentos são políticas de universalização de direitos na medida em que, mesmo inicialmente estabelecendo critérios desiguais, são políticas de constituição material daquilo que a coletividade define como o que todos (rigorosamente todos) devem ter acesso.

Essa é uma das principais contribuições do trabalho dos movimentos sociais

em geral e, em particular, do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. Esses cursos se constituíram como atores sociais fundamentais, a partir da inovação social que expressam e com suas práticas político-pedagógicas de ação afirmativa, cuja uma das marcas não é o fechamento identitário, mas a abertura a uma multiplicidade de singularidades.

CAPÍTULO III

OS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DO MOVIMENTO NEGRO ÀS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Embora o debate político e acadêmico sobre o tema do racismo e suas consequências e impacto nas condições subalternas da maioria da população negra date do início do século XX, através da chamada imprensa negra e de organizações como a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro; embora o Manifesto à Nação Brasileira, da Convenção Nacional do Negro, em 11 de setembro de 1945, já exigisse que *“enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros como pensionistas do Estado”* (Santos, 2001, p.22); embora a luta anti-racista tenha ressurgido nos anos 70 com uma perspectiva diferencialista e, portanto, com discursos e práticas, não apenas de denúncia do racismo, mas de defesa e valorização da identidade e da cultura negras e de exigência de processos de inclusão social não subordinada de negros e negras na sociedade brasileira, através de diversas organizações e grupos militantes; embora o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial tenha surgido em 7 de

julho de 1978⁷⁸ em ato público na Cidade de São Paulo e cuja Carta Aberta explicitasse que se tratava do início de uma “campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização... para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra” (Cardoso, 2006, p.42); embora leis e instituições tenham sido criadas na década de 80 – como a Lei Caó, a Fundação Palmares no Ministério da Cultura, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo, a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras no Rio de Janeiro - a chamada “questão racial” só entrou na agenda de debates das políticas públicas na metade dos anos de 1990.

Foi na década de 1990 que, de fato, a sociedade, as instituições de governo, do legislativo e do judiciário, as escolas e universidades, a mídia, as empresas e outros entes estatais e privados passaram a discutir mais profundamente o racismo, o preconceito, a discriminação, a desigualdade racial e políticas contra esses problemas.

Esse fato é resultado da luta histórica do Movimento Social Negro⁷⁹, que

⁷⁸ A partir desse evento de protesto e fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, o dia 7 de julho passou a ser considerado o Dia Nacional de luta contra o Racismo.

⁷⁹ Segundo d’Adesky (2001), os organizadores do I Encontro Nacional de Entidades Negras, realizado em 1991 na cidade de São Paulo, “o Movimento Negro se define como o conjunto de entidades e grupos, de maioria negra, que têm o objetivo específico de combater o racismo e/ou expressar valores culturais de matrizes africanas e que não são vinculados a estruturas governamentais e partidárias”, e também a estruturas sindicais, pois a CUT, por exemplo, reivindica um lugar no Movimento que a maioria organizações negras não aceitam, embora considerem o coletivo de negros da CUT como “aliado”.

historicamente priorizou a luta contra o racismo por compreendê-lo “como uma estrutura da sociedade brasileira, como um discurso de e do poder hegemônico, que, internalizado nos corações e mentes de homens e mulheres, opera como instrumento de dominação e manutenção dos privilégios raciais e sociais no Brasil” (Cardoso, 2006, p.59).

É na história das lutas de africanos e afrodescentes no Brasil, na expediência dos Quilombos e em lutas negras em outros países como os Movimentos de Libertação de países africanos, pelos Direitos Cívicos nos Estados Unidos e contra o apartheid na África do Sul, e, obviamente, na experiências coletivas concretas de discriminação, que o Movimento Negro buscou as referências fundamentais para constituir-se e afirmar a sua autonomia na sociedade brasileira, com o ideal de uma sociedade livre, plural, respeitosa das diferenças e da igualdade entre elas.

Como principal protagonista intelectual e militante do anti-racismo no Brasil, o Movimento Social Negro, no primeiro momento da sua atuação como movimento social, trabalhou – por quase um século - para que o racismo, o preconceito e a discriminação racial fossem reconhecidos pela sociedade e pelo Estado brasileiro como uma questão a ser tratada e superada; e, num segundo momento, fez com que ganhasse espaço as propostas de políticas públicas de combate ao racismo, à discriminação e à desigualdade racial.

Um dos resultados positivos dessa luta histórica é que, mesmo com resistências de alguns setores da sociedade, os preconceitos, as discriminações e as desigualdades raciais passaram reconhecidos como problemas existentes nas

relações sociais e a serem consideradas como questões a serem superadas. Nesse contexto, ganhou espaço o debate sobre a necessidade de *políticas públicas específicas* de promoção de igualdade de oportunidades e de condições concretas de participação na sociedade, as políticas de ações afirmativas. Ou seja, as ações de afirmação de identidade e direitos do Movimento Social Negro (suas ações afirmativas, portanto) levaram a sociedade a discutir as políticas de ação afirmativa.

Nos anos de 1990, diversas organizações e movimentos da sociedade civil (ONGs e movimentos sociais), impulsionados pela chamada Constituição Cidadã de 1988 e pela luta contra o Neoliberalismo, passaram a exigir do Estado políticas de democratização da educação, de melhoria salarial, de meio ambiente, para jovens, mulheres, deficientes, etc. O Movimento Social Negro não atuou de forma diferente. Na constituinte conseguiu fazer aprovar artigos que abriram espaços para a elaboração da lei 7.716, a chamada Lei Caó, em 1989 e para medidas as ação afirmativa que, no início do século XXI, começaram a ser implementadas.

Em 1988, o Movimento Social Negro realizou, em São Paulo e Rio de Janeiro, grandes manifestações em comemoração aos 100 anos da abolição da escravidão negra e em denúncia do racismo no Brasil. Importantes organizações e militantes atuaram ativamente para a concretização dessas conquistas e eventos.

No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, muitas organizações negras modificam-se ou surgiram tomando formas de Organizações Não-Governamentais (ONG), ou seja, organizações inicialmente financiadas por agências de cooperação internacional e com equipes profissionais remuneradas. Essas

instituições rapidamente se expandiram, ocuparam um grande espaço político e passaram a liderar a luta anti-racista e “representar” os interesses da população negra em diversos campos, como cultura, educação, pesquisas, trabalho, assistência a mulheres, crianças e adolescentes, defesa jurídica e participação política.

Podemos aqui citar algumas dessas organizações: A Casa Dandara, criada em 1987, em Belo Horizonte; O Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 1988 em São Paulo; O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), criado em 1989 no Rio de Janeiro; O Centro de Estudos de Relações Trabalho e Desigualdade (CEERT), em 1990 em São Paulo; e, a Criola, criada em 1992 no Rio de Janeiro, são algumas das primeiras ONGs negras e, talvez, as mais expressivas durante a década de 1990.

Nesse processo de surgimento de ONGs negras, destaca-se o importante trabalho da Associação dos Ex-alunos da FUNABEM (ASSEAF), fundada em 1979. O trabalho de denúncia de assassinatos de crianças negras e as articulações para conseguir apoio a esse trabalho, abriram as portas dos financiamentos das Agências Internacionais, naquele período fundamental para a consolidação das diversas ONGs negras que surgiram na década de 1980. O CEAP tem origem neste processo, foi criado por um grupo de fundadores da ASSEAF para dar continuidade ao trabalho iniciado em 1979.

Em 1992 e 1993, começaram a surgir vários cursos pré-vestibulares para estudantes negros (Instituto Steve Biko na Bahia em 1992; Pré-Vestibular para Negros e Carentes no Rio de Janeiro em 1993; Curso do Núcleo de Consciência

Negra da USP em São Paulo em 1994; Zumbi dos Palmares no Rio Grande do Sul em 1995; EDUCAFRO⁸⁰, criado em 1997 em São Paulo), com objetivo de aumentar o número de estudantes negros nas universidades brasileiras, sobretudo nas universidades públicas, historicamente ocupadas por estudantes brancos e oriundos de famílias de classes média e alta. O mais conhecido desses cursos, o atualmente denominado Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), iniciou um processo de articulação e divulgação que fez fortalecer a exigência de políticas de acesso e permanência para estudantes negros e de baixa renda ao ensino superior público e fez surgir o que hoje denominamos de *Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares*. Ao trazer para o debate sobre democratização do ensino e para suas práticas a questão racial, esses cursos ampliaram significativamente a base social do Movimento Social Negro e ajudam a mobilizar as atenções da sociedade, da pedagogia, da pesquisa acadêmica e dos formuladores de políticas públicas para a centralidade do conceito de raça nas relações e dinâmicas sociais, e na produção de instrumentos de promoção da igualdade racial.

Em 1994, um grupo de militantes negros lançou em São Paulo o Movimento Pelas Reparações dos Afro-Descendentes no Brasil (MPR), num ato realizado no hotel MAKSOUD PLAZA, onde tais militantes almoçaram e, logo após, negaram-se a pagar a conta e mostraram as camisas com a frase “reparações já”. O MPR tinha

⁸⁰ Embora seja um projeto, que segundo a Igreja Católica, teria surgido em 1993 no Rio de Janeiro, o EDUCAFRO é uma dissidência do PVNC. Seu fundador, Frei David Raimundo dos Santos, foi também o idealizador e um dos fundadores do PVNC, este sim criado em 1993. Porém, como o PVNC não foi concebido exclusivamente por quadros católicos, outras visões impuseram-se e disputaram o formato do movimento.

como proposta a indenização financeira aos afro-descendentes. Um dos seus líderes e fundadores, o professor Fernando Conceição, chegou a apresentar na época uma conta que estimava um débito de 6,4 trilhões de dólares parte do Governo brasileiro ou pouco mais de 102 mil dólares para cada afro-descendente.

Porém, foi em 1995 que aconteceu o evento marco dessa luta por ações afirmativas, que foi a *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida*, realizada em 20 de novembro de 1995. Essa Marcha foi um marco em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o líder do maior e mais duradouro movimento social de libertação na história brasileira e símbolo da luta dos negros no Brasil contra o regime escravocrata, o Quilombo dos Palmares, que resistiu por um século, na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Participaram desta marcha, que aconteceu no dia 20 de novembro, uma segunda-feira, 30 mil ativistas negros vindos de todos os cantos do país. Das 9h da manhã até por volta das 21h, o gramado em frente ao Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios, foi palco de atividades políticas e culturais organizadas pelo Movimento Negro.

A *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida* foi também um marco para a própria luta contra o racismo e por ações afirmativas, pois significou uma mudança na atuação do movimento social negro, de um movimento de denúncia do racismo para um movimento de proposição de políticas de igualdade racial. Não que o movimento negro tenha deixado a denúncia, mais como o momento em que a luta contra o racismo passou a ser, também, a luta pela promoção

da igualdade racial.

Foi, portanto, na década de 1990, em resposta às lutas anti-racistas – sobretudo à *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida*, de 1995 - que o Estado Brasileiro decidiu reconhecer publicamente a existência do racismo e suas conseqüências no Brasil, e iniciar um processo de discussão sobre o problema e implementar algumas medidas de combate ao racismo. A primeira medida concreta, em 20 de novembro de 1995, foi a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (o GTI), cuja missão era elaborar um diagnóstico, discutir e formular propostas e projetos políticos voltados para a valorização e melhoria das condições de vida da população afro-brasileira. Um relatório com diversas propostas foi produzido, mas nenhuma medida foi concretamente implementada.

Em 1996, foi promovido e organizado pelo Ministério da Justiça o seminário internacional “*Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos contemporâneos*”, cujo objetivo era recolher subsídios para a formulação e organização de políticas públicas para a população negra. O seminário partia do reconhecimento oficial da existência de discriminação e desigualdade racial no Brasil e tinha a chancela do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, cuja tese de doutorado analisava exatamente sobre as relações entre capitalismo e escravidão no Rio Grande do Sul. Na mesa de abertura desse seminário, Fernando Henrique Cardoso, sugeriu que os participantes usassem do seu poder de invenção e pensassem em soluções para o racismo brasileiro. Segundo ele

o seminário deveria “*buscar soluções que não sejam pura e simplesmente a repetição ou a cópia de soluções imaginadas para situações em que também há discriminação, mas em um contexto diferente do nosso*”. “*É melhor buscar uma solução mais imaginativa*”, concluiu. Apesar das ambigüidades que apareceram na própria fala do Presidente República na abertura e de servir como espaço para discursos contrários a algumas propostas do movimento negro, este seminário foi a primeira atividade oficial de discussão de ações afirmativas para negros no Brasil e proporcionou ao movimento negro mais motivos ainda para pressionar o Estado Brasileiro, já que o discurso oficial passou a ser o da necessidade de criar estratégias e estabelecer medidas de combate ao racismo. (Siss, 2003)

Também em 1996, o Governo da União lançou o seu Programa Nacional de Direitos Humanos, que estabeleceu várias metas de curto, médio e longo prazo para promoção dos direitos humanos. Constan dessas metas, várias proposições de ações afirmativas para negros e outras propostas de políticas públicas e ações governamentais para a superação da problemática da discriminação e exclusão que impedem muitos brasileiros de tornarem-se cidadãos. O documento apresenta como objetivo geral “*Apoiar a formulação e implementação de políticas públicas e privadas e de ações sociais para a redução das grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais ainda existentes no país, visando à plena realização do direito ao desenvolvimento*”⁸¹. Também, os Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados em 1997, enfatizam a questão da pluralidade cultural, oferecendo informações “*que*

⁸¹ BRASIL, Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos (1996).

contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão”⁸².

Entretanto, somente em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, que começaram a surgir no Brasil, no âmbito das políticas públicas, as primeiras políticas concretas de ação afirmativa. Foi fundamental a atuação do Movimento Negro naquela conferência submeteu o Estado Brasileiro a um constrangimento no cenário internacional, denunciando o racismo, a falta de cumprimento de convenções internacionais e realizando uma manifestação que exigia políticas de ação afirmativa e cotas para negros nas universidades.

Das primeiras medidas implementadas, podemos citar a Política de Cotas para estudantes de escolas públicas e para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade do Norte Fluminense (UENF), a primeira experiência de cotas para negros em universidades públicas no Brasil; as políticas de cotas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na gestão do então ministro Raul Jugman; e, o Programa Diversidade na Universidade, do Ministério da Educação, na gestão do ministro Paulo Renato. Este último não tinha o apoio de boa parte da militância, pois era apresentado como “uma alternativa à política de cotas”, já que o então ministro da educação resistiu à implementação de cotas.

⁸² BRASIL, Ministério da Educação (1997).

A partir da Conferência Mundial consolidou-se na agenda política o tema das ações afirmativas como políticas necessárias para a redução da desigualdade e promoção de igualdade racial. Em 2002, nas campanhas dos principais candidatos a presidência da república (Luiz Inácio da Silva, José Serra, Ciro Gomes e Anthony Garotinho) foi inevitável o debate e, alguns deles, introduziram em seus programas de governo propostas de ação afirmativa.

A campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva chegou a produzir um documento intitulado “Brasil sem Racismo”, que apresentava um programa de ações de combate ao racismo.

O Programa de Governo da Coligação Lula Presidente aponta o combate às desigualdades econômicas e sociais como condição necessária para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o status de cidadãos. Indica também a urgência de um esforço político para que se afirme no País o princípio da igualdade entre homens e mulheres, entre negros e brancos. Não nos satisfazemos com o simples combate às causas econômicas das múltiplas formas de desigualdade, mas reconhecemos a necessidade de desenvolvermos ações afirmativas, para que se ponha fim a toda forma de discriminação existente contra os negros. Na atualidade, as práticas discriminatórias ainda são a triste realidade de milhões de brasileiros, negros e negras, que nem por isso se deixam esmorecer na luta por condições mais humanas de renda e oportunidades. (BRASIL SEM RACISMO. Grifos meus)

De fato, a partir de 2003, com a posse do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o debate sobre ações afirmativas ganhou mais destaque no âmbito do

governo da União. Os primeiros atos governamentais concretos foram a sanção da Lei 10.639/2003⁸³, em fevereiro, e a criação, em março, de um órgão federal específico para a promoção da igualdade racial - a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, a SEPPIR. A partir daí, foram instituídos conselhos, fóruns e comissões, criados programas e secretarias específicas em alguns ministérios e proposições legislativas foram apresentadas ao Congresso Nacional⁸⁴.

É nesse contexto social-histórico e com fortes pressões da militância negra, através de ações em seus âmbitos de atuação (educação, governos, empresas, poder judiciário, imprensa e outros), de projetos, seminários, pesquisas, publicações e reuniões, a expressão *ação afirmativa* ganhou espaço e passou a fazer parte do debate, tanto por parte do Movimento Negro, como por parte de setores acadêmicos, políticos e da mídia que compreendiam o racismo como uma questão a ser tratada de forma específica e por políticas específicas, quanto pelos setores, também acadêmicos, políticos e da mídia que enxergam na proposta do conceito de ação afirmativa para negros um perigo, um erro, uma forma de “racismo ao contrário”, etc. Nesse debate, a grande polêmica se concentra na proposta de políticas de cotas e de reparação financeira.

⁸³ A lei 10.639/2003 institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo do ensino básico.

⁸⁴ Destacam-se o Projeto de Lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim (atual Lei 12288/2010, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em julho de 2010); o projeto de lei que institui cotas nas Universidades Federais; e projeto de Reforma do Ensino Superior. Os dois últimos de autoria do poder executivo e com propostas de cotas para negros e indígenas nas Universidades Federais.

Para que a sociedade tenha chegado neste ponto, os fatos fundamentais são que se tornou impossível negar as desigualdades raciais, que a promoção da igualdade/equidade racial passou a ser reconhecida como uma necessidade para a construção democrática e, principalmente, a luta histórica do Movimento Social Negro. Luta da qual faz parte o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares.

OS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

Como já dissemos em outras palavras, a democratização das relações sociais no Brasil é um processo historicamente relacionado à capacidade de luta e de organização da sociedade. Diante dos diversos problemas e das questões que se apresentam como desafios para a construção de uma sociedade justa e, frente a uma dinâmica de negação de direitos e de oportunidades para parcelas significativas da população brasileira, vários movimentos sociais vêm se organizando para lutar pelo o acesso aos direitos considerados fundamentais. Dentre as diversas temáticas que estão na pauta dos movimentos sociais atuais, estão as questões raciais, de gênero e outras.

No âmbito dos movimentos sociais, os direitos sociais aparecem como pontos fundamentais das suas críticas, suas pautas e suas práticas. Em relação à educação, por exemplo, os movimentos sociais de uma forma geral atuam tanto no sentido da universalização do acesso, quanto nas disputas sobre suas formas e conteúdos, pois a educação é importante não só como direito, mas também como instrumento de uma

inserção no mundo.

A luta para que as camadas populares e os grupos sociais marginalizados tenham de fato o direito à educação formal não é uma novidade no Brasil. Ao longo da nossa história, sobretudo a partir do século XX, vários grupos se organizaram para lutar pelo direito à escolarização. Esse é o caso do *Movimento de Cursos Pré-Vestibulares Populares*, que começou a se constituir no final na década de 1980, e nas décadas de 1990 e 2000, passou a ser um importante sujeito social para a consolidação das políticas de ação afirmativa para a promoção da igualdade racial no Brasil, sobretudo na educação, especificamente no âmbito de ensino superior.

Podemos considerar que as preocupações e as práticas dos Cursos Pré-Vestibulares Populares indicam a compreensão de que as desigualdades sociais e raciais nas relações sociais em geral e na educação em particular, sobretudo no ensino superior, são mais que a falta de preparo para o vestibular decorrente de uma educação de baixa qualidade oferecida às camadas populares. Embora a qualidade da educação básica da maioria seja um ponto de questionamento não só pelas suas ações políticas, mas pela sua própria existência independente do “nível consciência” que seus participantes tenham do contexto sócio-político, os cursos denunciam o racismo e as práticas discriminatórias e excludentes das instituições como elementos constituintes dessas desigualdades e reivindicam políticas de acesso e permanência (fim das taxas de inscrição, fim do vestibular, formas diferenciadas de acesso, programas de permanência, etc.).

Ao trazer para o debate e para suas práticas a questão racial, ampliando a

base social do Movimento Social Negro, os cursos pré-vestibulares populares ajudaram a mobilizar as atenções da sociedade para as desigualdades sociais em geral e raciais especificamente, constituindo-se numa potente expressão, cuja exigência é a democratização do ensino superior, principalmente naquelas instituições definidas como públicas.

A desigualdade social é um acesso desigual para pessoas ou grupos sociais aos bens materiais e simbólicos na sociedade. E a produção da desigualdade pode ser entendida como uma combinação de fatores que criam barreiras e impedem pessoas e grupos sociais de ter acesso a esses bens materiais e simbólicos. Raça/Etnia, gênero, orientação sexual, condição sócio-econômica e localidade são fatores que têm muito importância na produção da desigualdade. É nesse contexto que a diversidade, como conceito, como prática e como perspectiva, torna-se importante para qualquer proposta de promoção da igualdade, de produção do comum e de recomposição democrática do currículo e das práticas pedagógicas. O conceito de ação afirmativa e as políticas produzidas a partir dele têm como perspectiva a abertura das instituições à diversidade e às singularidades que a constitui.

Os Cursos Pré-Vestibulares Populares, em especial os cursos que têm no combate ao racismo, a discriminação e desigualdade raciais sua principal motivação, foram fundamentais para a consolidação das políticas de ação afirmativa efetivadas a partir de do ano de 2001.

Foi o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), no Rio de Janeiro, que começou a fazer com a PUC-Rio (Carvalho, Filho & Costa, 2005, p.9) e outras instituições privadas de ensino superior o que, mais tarde, se transformou no Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação (PROUNI). O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares constituiu uma base social organizada, que concretiza a demanda pelas cotas e outras políticas de acesso e permanência, que já vem sendo experimentadas por diversas universidades no Brasil. Ou seja, foram os pré-vestibulares populares que concretamente mostraram que, com políticas concretas de ação afirmativa para a inclusão racial, a diversidade pode começar enfim a constituir-se efetivamente, deixando de ser a retórica que encobre a discriminação racial.

OS MANIFESTOS E O DEBATE PÚBLICO SOBRE A PROPOSTA DE COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES

No dia 30 de junho de 2006, por ocasião da entrega de um Manifesto contrário às cotas⁸⁵, com 114 assinaturas, ao Congresso Nacional, o Jornal Folha de São Paulo noticiou o fato com o seguinte título: “Movimento Negro é contra cotas no ensino”. O texto da reportagem dizia que “Representantes do Movimento Negro Socialista entregaram ontem no Congresso um manifesto contra a votação dos projetos que estabelecem cotas para negros em universidade federais e que criam o

⁸⁵ Manifesto “Todos têm direitos iguais na República Democrática”. Brasília, 29/06/06.

Estatuto de Igualdade Racial” (Folha de São Paulo, 30/06/2006). Trata-se apenas de uma reportagem, que além de noticiar o fato ocorrido, insinua que o “movimento negro” é contrário à proposta de política de cotas.

Em 5 de julho de 2006, um dia após a entrega aos presidentes da Câmara de Deputados e do Senado Federal, por ativistas do movimento negro e professores universitários, de um Manifesto, com 582 assinaturas, em favor da aprovação do projeto que cria cotas nas universidades e do projeto do estatuto da igualdade racial⁸⁶, o mesmo jornal, em seu editorial, escreveu: “A Lei de Cotas, ao tornar obrigatória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior, ameaça a educação universitária. O mérito acadêmico perde espaço, e a duplicidade de critérios estimula o recrudescimento do racismo nos bancos escolares” (Folha de São Paulo, 05/07/2006). (grifo meu)

Já em 14 de maio de 2008, o Jornal Folha de São Paulo, em editorial com o subtítulo “Uma política de ação afirmativa que favoreça estudantes mais pobres beneficiará negros sem racializar relações sociais”, escreveu:

“Grupos favoráveis e contrários à adoção de cotas raciais nas universidades travam uma guerra de manifestos em Brasília. No dia 30 (de abril de 2008), intelectuais enviaram ao Supremo Tribunal Federal, que julga ações diretas de inconstitucionalidade sobre o tema, o documento intitulado ‘Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais’.

⁸⁶ Manifesto “Em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”. Brasília, 04/07/06.

Ontem (13 de maio de 2008) foi a vez de defensores da reserva visitarem a corte e a Câmara - onde tramita projeto que institui cotas em todas as universidades federais- para apresentar seu manifesto. A questão é intrincada e provoca debates acalorados, mas não a ponto de inviabilizar abordagem serena, respeitosa e racional. A sociedade brasileira, apesar da propaganda em torno da democracia racial, conserva-se discriminadora. Embora seja difícil provar em juízo casos de racismo contra um indivíduo em particular, a divisão emerge clara das estatísticas” (grifos meus).

“Grupos contrários às cotas argumentam, **com razão**, que esse tipo de política afronta o ideal republicano da igualdade de todos diante da lei” (grifos meus).

“É possível, entretanto, evitar essas armadilhas teóricas e práticas sem renunciar a medidas anti-racistas. Um dos efeitos do racismo é que os grupos discriminados acabam perenizando-se nos estratos de baixa renda. Uma política que favoreça pessoas mais pobres automaticamente contemplará negros, índios e outras minorias sem o risco de racializar as relações sociais. Uma maneira eficaz e mais isonômica de selecionar essa população é beneficiar vestibulandos oriundos da escola pública, sem distinção de cor. Já para preservar o acesso por mérito, o melhor é deixar de lado o sistema de cotas, que opera com números predeterminados de vagas a serem preenchidas. Em vez disso, o mais indicado é conceder um bônus na nota do vestibular aos estudantes beneficiados pela ação afirmativa”.

Esse editorial foi escrito 14 dias após a divulgação do documento intitulado “Centro e treze cidadãos anti-raciais contra as leis raciais” (contrário às cotas para negros) e 1 dia após a divulgação do documento “120 anos de luta pela igualdade

racial no Brasil: Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas” (favorável às cotas para negros), ambos entregues ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e organizados pelos mesmos grupos dos manifestos de 2006. Desta vez, os manifestos se dirigiram aos ministros do Supremo Tribunal Federal, em função de duas ações de inconstitucionalidade, de autoria da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), uma contra o Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Ministério da Educação (que possui cotas para negros em bojo) e outra contra a lei que instituiu cotas nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro⁸⁷.

O primeiro documento, assinado por 113 pessoas auto-intituladas “intelectuais da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais”, apresenta, segundo seus autores, “argumentos contrários à admissão de cotas raciais na ordem política e jurídica da República”. Tais argumentos são basicamente a defesa da inconstitucionalidade das cotas raciais (na verdade, das cotas para negros), a partir dos artigos 19 e 208 da Constituição Federal, e do que, segundo os autores, é uma na impossibilidade, ou seja, a determinação de quem é negro no Brasil, baseando-se nas pesquisas do Geneticista Sérgio Pena (que é um dos signatários do documento) e na “percepção da mestiçagem, que impregna profundamente os brasileiros”.

⁸⁷ Lei Estadual No. 4151/2003. Essa Lei deixa de vigorar em 2008, mas um novo projeto de lei, PL No. 1774/2008, será votado em 02 de dezembro de 2008, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Essa novo Projeto de Lei, além da manutenção das cotas nas Instituições de Ensino Superior do Estado, propõe cotas nas Escolas Técnicas Estaduais e bolsas para os estudantes “cotistas”.

O segundo documento, assinado por 740 pessoas em geral e por um grupo maior de juristas, artistas, políticos, professores, pesquisadores, ativistas do movimento negro e de outros movimentos sociais, estudantes e personalidades, na mesma lógica, apresenta argumentos históricos, sociais, políticos e jurídicos em defesa da constitucionalidade das políticas de cotas para negros. Basicamente, defende-se a constitucionalidade e a importância das cotas como política concreta de redução de desigualdade e democratização, enfatizando as lutas que produziram o atual debate e as políticas de ação afirmativa no Brasil. De acordo com os autores, “nosso sistema constitucional, priorizando os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, estabeleceu a isonomia não somente em sentido formal, mas também em sentido material (art. 3º, inciso III)”. Além disso, o documento coloca que “a existência de movimentos anti-racistas e de leis de repressão da discriminação racial não se baseia no reconhecimento da existência das raças, mas na necessidade de combater as discriminações”.

Cabe ressaltar que, Tanto o Manifesto “Em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”, quanto o Manifesto “120 anos de luta pela igualdade racial no Brasil: Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas” foram organizados e mobilizados por integrantes de Cursos Pré-Vestibulares Populares, em parceria com outras pessoas⁸⁸. Ou seja, mais uma vez o Movimento

⁸⁸ Tanto o Manifesto “Em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”, quanto o Manifesto “120 anos de luta pela igualdade racial no Brasil: Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas” foram organizados e mobilizados por Alexandre do Nascimento (PVNC), Frei David Raimundo dos Santos (EDUCAFRO), José Jorge de Carvalho (UnB) e Renato Ferreira (Advogado e ex-aluno do PVNC).

dos Cursos Pré-Vestibulares Populares têm um importante papel no processo de debate, elaboração e efetivação de políticas de ação afirmativa.

De 2001, quando no Brasil o debate sobre ações afirmativas e políticas de cotas ampliou-se na sociedade, até os dias de hoje, o jornal Folha de São Paulo, um dos maiores e mais influentes no país, publicou diversos artigos e reportagens. Porém, opiniões e informações contrárias às políticas de cotas tiveram maior espaço do que as opiniões e informações favoráveis. É do próprio ombudsman⁸⁹ do Jornal Folha de São Paulo, Marcelo Beraba, a crítica de que o jornal

“publicou, ao longo do ano (de 2006), dez artigos sobre o estatuto e sobre as cotas. Na seção *Tendências e Debates*, publicou três contra os projetos de ações afirmativas e três a favor. O jogo desequilibra com os quatro textos do colunista semanal Demétrio Magnoli, um dos signatários do manifesto contra o estatuto e as cotas. O jornal pode alegar que o espaço que edita, *Tendências e Debates*, manteve o equilíbrio e que o colunista tem todo o direito de expressar opinião. É certo. Assim como é certo também que o resultado final para o leitor é que o jornal deu mais visibilidade para uma das posições... No último dia 29 (de junho), o jornal publicou um artigo de Magnoli... e a íntegra do manifesto ‘Todos têm direitos iguais na República’, assinado pelos que são contra as cotas e o estatuto. Na segunda-feira, foi divulgado o manifesto ‘Em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial’. O novo documento recebeu, na terça-feira, por parte do jornal, um

⁸⁹ O ombudsman é o profissional que, segundo o próprio jornal, tem como atribuições “criticar o jornal sob a perspectiva dos leitores, recebendo e verificando suas reclamações, e comentar, aos domingos, o noticiário dos meios de comunicação”.

tratamento equivocado, que afetou os princípios jornalísticos do equilíbrio e do pluralismo...não publicou a íntegra do manifesto pró-cotas, como tinha feito com o texto que coincidia com a opinião do jornal”. (Folha de São Paulo, 08/07/06).

Em relação aos manifestos de 30 de abril e 13 de maio de 2008 o Jornal foi mais cauteloso. Porém, o editorial de 14 de maio de 2008, deu mais apresentou os argumentos e divulgou o título do documento contrário e não fez o mesmo em relação ao documento favorável às cotas para negros. Nas publicações dos documentos (pág. 4 e 5), apresentou o trecho do documento contrário às cotas em que os autores citam artigos da constituição e também não fez o mesmo em relação ao outro manifesto.

Tanto os editoriais, quanto o maior espaço dado às opiniões contrárias às políticas de cotas para negros, expressam um *posicionamento*, não apenas de alguns veículos de imprensa (principalmente, os jornais Folha de São Paulo e O Globo, e TV Globo), mas de um determinado pensamento social sobre o legado cultural africano, a população negra e as políticas de ação afirmativa de combate às desigualdades raciais, essas tratadas como violação do princípio da igualdade e do mérito acadêmico, ameaça, etc.

Mesmo tendo espaços desiguais na mídia, os manifestos de 2006 e 2008 tornaram o debate sobre as cotas num debate de toda sociedade. Entretanto, do nosso ponto de vista, alguns elementos são importantes e merecem elucidação.

Um elemento, que tem sido explorado no debate, sobretudo pelos veículos de comunicação que se posicionam contrariamente à política de cotas, é uma suposta “divisão” do movimento negro sobre o tema, baseando-se na presença de nomes da militância negra nos manifestos contrários e favoráveis às cotas. Porém, em relação às cotas, a maioria dessas organizações, grupos e militantes é favorável, o que se expressa nas várias intervenções políticas do próprio movimento negro. Como na II Marcha contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida, realizada em Brasília no dia 22 de novembro de 2005, que em seu Manifesto assinado por 21 organizações nacionais e militantes de todos os Estados da Federação, apresenta-se como “uma Marcha que vai exigir do Governo Lula e do Congresso Nacional, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do Projeto de Cotas nas Universidades”⁹⁰.

Há um pequeno grupo de militantes negros que são contrários à proposta de cotas, mas esse grupo, por ser numericamente pequeno no conjunto do movimento negro, não expressa o pensamento desse movimento social em relação ao tema. São inúmeros os discursos, documentos institucionais, artigos de opinião e acadêmicos, não apenas de militantes, políticos e intelectuais negros, que expressam posições favoráveis e/ou conclusões que sustentam que a política de cotas é uma proposição que o Brasil deve experimentar.

Outro importante elemento do debate a ser destacado são os discursos, muito

⁹⁰ Manifesto Zumbi + 10 - II Marcha contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida.

mais que os posicionamentos. Estamos num debate político, num debate de opinião, onde até os chamados especialistas argumentam a partir do seu lugar de classe, de raça/cor e dos interesses e preconceitos que os mobilizam. Isso fica nítido nos manifestos e manifestações contrárias às cotas (para negros). Fale-se em violações de princípios democráticos e ameaça ao ensino superior, como se a entrada de negros nas universidades significasse um mal, um retrocesso ou algo do gênero. Considerando que os projetos de cotas nas universidades que tramitam no Congresso Nacional estabelecem cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e, dentro dessa, cotas para negros e indígenas, uma das leituras possíveis que tais discursos passam é que o problema parece estar na *cor da cota*, ou seja, no fato de serem cotas para negros, e não exatamente na proposição de cota em si. Em relação às cotas para deficientes físicos, mulheres e funcionários públicos, que existem na legislação e em diversas instituições, não são expressas preocupações semelhantes.

Entre 1986 e 2008 muito se avançou na constituição material da democracia no Brasil (fim do regime militar, constituição de 1988, eleições diretas, a criação do sistema único de saúde, a quase universalização da educação fundamental e da previdência social, constituição de um sistema de proteção social, etc.), inclusive com Lei Caó⁹¹, a criação de instituições estatais de promoção da igualdade racial e políticas públicas de ações afirmativas. Nesse avanço, os movimentos sociais foram fundamentais. Na luta contra o racismo e na transformação de algumas propostas em agenda política e debate público, podemos citar importantes eventos, como as

⁹¹ Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor.

grandes passeatas em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1988, e as Marchas “Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida”, de 1995 e 2005, ambas organizadas pela militância negra, como marcos fundamentais de um novo ciclo de lutas, agora marcadas pela afirmação de direitos, além da denúncia do racismo. Tais eventos, sobretudo a Marcha de 1995, significaram uma guinada do Movimento Social Negro da denúncia do chamado mito da democracia racial à proposição de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, com uma grande pressão sobre as Instituições do Estado Brasileiro.

Esse novo ciclo de lutas anti-racistas no Brasil levou ao conjunto da sociedade e às instituições do governo, do legislativo e do judiciário, o debate sobre as políticas públicas de ação afirmativa para a população negra e, dentro desse, a proposição das cotas. A base material desse processo é a existência de um expressivo movimento de movimentos negros e da grande quantidade de cursos pré-vestibulares para estudantes pobres e negros(as), que do nosso ponto de vista já se constituem como a demonstração da necessidade de recomposição social e racial das nossas instituições.

Mas além disso, como já demonstramos, temos os dados de pesquisas e análises que, nos de 1990 e 2000, que mostram as desigualdades raciais e a relação dessas com uma história e a uma dinâmica social marcadas pela presença de preconceitos e discriminações nas relações e instituições, confirmando que no Brasil a pobreza tem cor.

Concretamente, as políticas de cotas para negros no Brasil são recentes, apesar da histórica e conhecida desigualdade racial oriunda, entre outras coisas, do racismo e de preconceitos e discriminações conseqüentes, que estabeleceram barreiras que ainda dificultam o acesso de negros e negras à educação, empregos e boas remunerações e a igualdades de oportunidades em geral. A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em setembro de 2001, foi muito importante para o estabelecimento das primeiras ações, sendo a mais importante e polêmico a implantação da reserva de vagas para estudantes pretos e pardos nas Universidades Estaduais do Estado do Rio de Janeiro, primeiro programa de cotas no país no âmbito do ensino superior. Muito mais que aos resultados da Conferência, este fato se deve à grande mobilização promovida pelas organizações do movimento negro, que colocou o debate na agenda política, submeteu o Estado Brasileiro a um constrangimento internacional denunciando a ausência de políticas públicas de redução da desigualdade racial e, ao mesmo tempo, convenceu governos, legisladores e empresas a adotarem medidas de ação afirmativa.

Hoje (2010), já são dezenas as instituições de ensino superior que possuem políticas de cotas para estudantes negros, indígenas, oriundos de escolas públicas e de baixa renda familiar. Há, inclusive, experiências de cota para professores e cota na pós-graduação. Em que pese o fato de que os dois projetos de lei que estabelecem cotas nas universidades e outros setores da economia (o PL 73/1999, que estabelece

cotas nas universidades) enfrente muitas resistências no Congresso Nacional e na sociedade, desde 2002 as cotas para no ensino superior já são realidade. Segundo o Manifesto em Defesa da Constitucionalidade das Cotas, 69 instituições de ensino superior adotam cotas, das quais 33 adotam cotas para negros⁹².

Desde a Conferência Mundial, a proposição de cotas tem sido uma das principais ações das organizações do movimento negro e tem mobilizado pesquisadores, políticos, universidades e sociedade em geral, na produção de conhecimentos, análises e opiniões. No debate sobre as políticas de cotas há posicionamentos, interesses divergentes e, do nosso ponto de vista, uma resistência contra essas políticas que, levando em consideração os argumentos que mobiliza, entendemos como conservadora, pois além das denúncias do movimento social negro e existência de cursos pré-vestibulares “para negros e carentes”, os indicadores sociais mostram as imensas desigualdades raciais e muitos estudos, com base nesses indicadores, concluem que há uma correlação dessas desigualdades com a discriminação racial.

A ameaça à qualidade acadêmica e os perigos de uma cisão racial que aparecem nos discursos daqueles que se posicionam contrariamente às políticas de cotas, sobretudo os articuladores dos manifestos contrários às cotas, ainda não se realizaram e, ao que indicam os fatos e dados disponíveis, não se realizarão. O

⁹² No momento em que fechamos este texto, contabilizamos mais de 80 instituições de ensino que já adotam cotas.

princípio (formal) da igualdade que esse pensamento social e posicionamento político reivindica, *per se*, não é capaz de instituir nenhum processo material de combate às desigualdades, às relações assimétricas e ao racismo, características desta sociedade. (Fry et all, 2007)

Do nosso ponto de vista, o que é importante observar é que, certo ou errado, a política de cotas é uma proposição do movimento social negro já em funcionamento em diversas instituições e com relativo sucesso no que diz respeito à promoção da diversidade e da distribuição do que é fruto do trabalho comum (e que deve retornar ao comum), do combate ao racismo e da democratização das instituições. Escola pública laica e de qualidade para todos é um dos fundamentos materiais da democracia e bandeira da luta anti-racista desde a abolição do instituto da escravidão, mas não será alcançada sem o desmonte dos mecanismos de produção de desigualdade presentes nas nossas instituições.

Ou seja, do nosso ponto de vista, as políticas de ação afirmativa são instrumentos de um processo de democratização, pois na democracia a política consiste na criação daquilo a que, necessariamente, todos devem ter acesso, criando os meios que assegurem esse acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações Afirmativas é a denominação dada para as políticas de combate à discriminação e às desigualdades, cujo objetivo geral é a promoção da igualdade (de oportunidades, de tratamento e de condições objetivas de participação na sociedade) e, portanto, a democratização (concreta) de direitos civis, políticos, sociais e culturais em uma dada sociedade. No Brasil, o conceito de ação afirmativa passou a fazer parte dos debates públicos, dos estudos acadêmicos e da pauta de discussão de políticas públicas na década de 1990, e é fruto da luta histórica do Movimento Social Negro, sendo a Marcha “Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida”, realizada de 1995, o evento mais significativo e uma espécie de marco histórico, que visibilidade ao conceito, tendo em vista a superação dos preconceitos, discriminações e desigualdades raciais, que constituem a chamada “questão racial”.

As políticas de cotas que vêm sendo experimentadas por diversas instituições de ensino superior no Brasil são proposições desse processo iniciado na década de 1990, que assumem o combate às desigualdades raciais através de um acesso diferenciado para negros, indígenas, estudantes pobres e estudantes oriundos de escolas públicas. A finalidade das políticas de cotas é uma recomposição (racial e social) das instituições e, com isso, a democratização dos direitos e a valorização, nas instituições e na sociedade, da multiplicidade de diferenças (étnico-raciais, sexuais, sociais, etc.), ajudando a constituir uma dinâmica em que as singularidades

possam produzir e difundir a produção, trocar entre si, apreendem e aprendem culturas, diferenças, conhecimentos, valores, afetos, visões de mundo.

No Brasil, a primeira política de cotas para negros numa instituição de ensino superior no Brasil foi instituída nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UENF) por uma Lei aprovada na Assembléia Legislativa do Estado em 2001. A partir daí, outras universidades passaram a adotar políticas de cotas, a maioria por decisão dos seus Conselhos Universitários.

Em 2004, por iniciativa do governo federal, foi enviado para a Câmara dos Deputados um projeto de lei para instituir cotas nas universidades federais. Esse projeto lei foi apensado a um projeto de 1999 e, hoje, possui um similar no Senado⁹³. Os dois projetos propõem cotas de 50% para estudantes oriundos de escolas públicas, nas Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Técnico de nível médio, e dentro desse percentual, cotas para negros e indígenas na promoção desses grupos em cada unidade da federação, de acordo com o IBGE.

Hoje (2010), dezenas de Universidades no Brasil adotam cotas para negros, mas o tema ainda mobiliza vários setores da sociedade em posições favoráveis e contrárias. Duas ações de inconstitucionalidade contra as cotas para negros tramitam Supremo Tribunal Federal (STF) e provocaram dois manifestos públicos, que foram entregues àquela casa em 2008, um posicionando-se contra as cotas e,

⁹³ Projeto de Lei 73/1999 da Câmara dos Deputados e Projeto de Lei 180/2008 do Senado Federal.

conseqüentemente, contra a constitucionalidade e outro a favor e sustentando a constitucionalidade das cotas raciais, ambos com argumentos jurídicos e políticos. Ou seja, a definição sobre a continuidade ou não das cotas para negros existentes em dezenas de universidades brasileiras passou para os ministros do STF.

O Movimento Social Negro, entretanto, continua o seu ativismo para que as cotas para negros sejam mantidas e, mais do que isso, tornem-se obrigatoriedade legal das instituições de ensino superior. A aprovação do projeto de lei que institui cotas nas instituições federais de ensino superior e ensino técnico e tecnológico, fruto das reivindicações do movimento e enviado em 2004 à Câmara dos Deputados pelo Governo da União, é um dos objetivos desse ativismo político.

Esse processo de lutas e institucionalização de políticas de cotas para negros, no Brasil, um importante agente político: Os Cursos Pré-Vestibulares Populares, sobretudo os Cursos para Negros. Além de constituir a base concreta que, desde o início do debate sobre as cotas para negros no final da década de 1990, serve de referência aos proponentes das políticas de cotas, os Cursos Pré-Vestibulares para Estudantes Negros e Negras atuam ativamente no debate, posicionando-se em favor das cotas para negros e, mais do que isso, atuando politicamente, interna e externamente, através de aulas, textos, reuniões, acordos, palestras e debates, audiências públicas, ações judiciais, manifestações e manifestos, em que fundamentam suas posições, defendem, propõem, chamam a atenção do Estado e da Sociedade, denunciam e reivindicam direitos e políticas de ação afirmativa de acesso

e permanência para estudantes de origem popular e negros(as).

Ou seja, os cursos pré-vestibulares populares, além de desenvolver um trabalho de ensino preparatório para os processos de seleção das instituições de ensino superior voltado para estudantes negros e pobres, têm uma significativa e decisiva contribuição no processo que em ação e como pauta na agenda política do Estado Brasileiro o conceito de ação afirmativa e, dentro deste marco, as propostas de políticas de cotas raciais e sociais como reivindicação geral de inclusão, combate aos efeitos do racismo e redução das desigualdades observadas na composição do ensino superior.

Tanto a difusão da política de cotas e sua adoção por algumas universidades públicas, quanto o advento do Programa Universidade para Todos - PROUNI, iniciado em 2005 pelo Ministério da Educação, que oferece bolsas em instituições privadas de ensino superior para estudantes de famílias pobres e possui cotas para negros, são produtos da aceitação, por legisladores e formuladores de políticas públicas, do conceito de ação afirmativa forjado pela luta histórica do movimento social negro e da mobilização e ação política promovida pelos Cursos Pré-Vestibular Populares. Esses cursos pré-vestibulares constituíram a base social que concretiza a demanda pelas cotas e começaram a fazer, através de acordos com instituições privadas de ensino superior, o que se transformou no PROUNI. Foi a ação dos Coordenadores do primeiro Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), em 1993, no Rio de Janeiro, que concretizou com a PUC-RJ o primeiro acordo, de

uma série de outros acordos posteriores com instituições privadas de ensino superior, que possibilitou aos estudantes do PVNC e, posteriormente, de outros cursos pré-vestibulares populares, bolsas de estudos integrais aos que obtinham aprovação no vestibular.

A difusão das ações afirmativa é fruto de uma luta histórica e de uma extraordinária mobilização social que pressiona instituições políticas e universitárias em todas as regiões do país a colocar as cotas para negros em suas pautas de discussões e deliberações, o que implica mobilização, articulação política e produção intelectual de idéias, argumentos, modelos e propostas de como promover a igualdade racial no ensino superior. Foi a essa luta histórica, protagonizada pelo movimento negro, que levou o Estado Brasileiro a iniciar, em 2001, a adoção de medidas de ações afirmativas para a população negra. Entre as Universidades, as primeiras a instituírem cotas para negros, em 2002, foram Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), por iniciativa própria, mas por meio da Lei 3.708, de 09 de novembro de 2001, aprovada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro⁹⁴. Na proposição, aprovação e regulamentação da Lei no interior das Universidades Estaduais, foi decisivo o trabalho dos cursos pré-vestibulares, cujas lideranças participaram ativamente das audiências públicas e debates internos que aconteceram nas duas

⁹⁴ A Lei Estadual 3.708 instituiu reserva de 40% das vagas nas Universidades Estaduais para pretos e pardos. Essa lei foi revogada em 2003, pela Lei 4.151, de 04/09/2003, que instituiu, por cinco anos, reserva de 45% das vagas para “estudantes carentes” oriundos de escolas públicas (20%), negros (20%) e pessoas com deficiência (5%). Em 2008, por ocasião dos 5 anos de vigência da Lei 4.151, uma nova Lei foi aprovada, a Lei 5.356, de 11/12/2008, com o mesmo teor da Lei anterior (e uma vigência de 10 anos).

Universidades. A consolidação das cotas para negros no Rio de Janeiro abriu as portas para que outras universidades adotassem a mesma medida. Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, a proposta de um sistema de cotas é de 1999, mas só foi aprovada em 2003, pelo Conselho Universitário. A UnB, além de ser a primeira universidade federal a adotar cotas para negros, foi também a primeira universidade do Brasil a tomar essa decisão com base na autonomia universitária.

Outras mobilizações cuja participação dos Cursos Pré-Vestibulares Populares têm sido importante são as que dizem respeito aos Projetos de Lei que tramitam na Câmara e no Senado Federal, e ao debate sobre a constitucionalidade das cotas. Através de reuniões com deputados e senadores, de participações propositivas em audiências públicas e da elaboração, com professores e lideranças do movimento negro, de dois Manifestos públicos⁹⁵ entregues ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, os cursos pré-vestibulares para negros, mais uma vez, aparecem como referências e atores fundamentais na luta pelas cotas para negros.

Os Cursos Pré-Vestibulares Populares começaram no início da década de 1990, com objetivo de aumentar o número de estudantes negros nas universidades brasileiras, sobretudo nas universidades públicas, historicamente ocupadas por estudantes oriundos de famílias de classes média e alta, e na maioria brancos. O

⁹⁵ Manifesto “Em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”, entregue aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em 04/07/06; e, Manifesto “120 anos de luta pela igualdade racial no Brasil: Manifesto em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas”, entregue ao presidente do STF, em 13/05/2008.

mais conhecido desses cursos, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC)⁹⁶, iniciou um processo de divulgação e articulações que favoreceu o surgimento de um grande Movimento de Cursos Pré-Vestibulares para Negros e fortaleceu a produção de demandas e exigências de políticas de acesso e permanência para estudantes negros e de baixa renda ao ensino superior público.

Esse movimento de Cursos Pré-Vestibulares para Negros, ao trazer para suas práticas e para o debate sobre democratização do ensino a discriminação e a desigualdade racial como questão, ampliou significativamente a base social do Movimento Social Negro e ajudou a mobilizar as atenções da sociedade, da pedagogia, da pesquisa acadêmica e dos formuladores de políticas públicas para a centralidade do conceito de raça nas relações e dinâmicas sociais, e na produção de instrumentos de promoção da igualdade racial. Os cursos pré-vestibulares para negros e carentes foram importantes para a consolidação de um novo ciclo de lutas anti-racistas, pois desde seu surgimento denunciam o racismo, o preconceito e a discriminação como elementos determinantes das desigualdades educacionais, em especial das desigualdades entre negros e brancos na composição do universo de estudantes, e também como elementos que influenciam os processos de seleção para a ocupação de vagas nas universidades.

Os Cursos Pré-Vestibulares para Negros resistem afirmando direitos e produzindo questionamentos, conhecimentos e propostas alternativas; e produzem

⁹⁶ Para maiores detalhes, consulte o site do PVNC: <http://pvnc.sites.uol.com.br>.

resistindo às dificuldades de acesso ao ensino superior, através de atividades de ensino de conteúdos preparatórios para os concursos vestibulares das instituições de ensino superior e de propostas de políticas de ação afirmativa, implementadas em algumas dessas instituições. Com essas práticas de resistência produtivas, os Cursos Pré-Vestibulares para Negros deixaram mais nítidas as barreiras sociais (e institucionais) encontradas por negros e negras nos diversos âmbitos das relações sociais, o que fortaleceu muito o debate sobre a pertinência das políticas de ação afirmativa. Com o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros, a luta pelas cotas para negros nas universidades ganhou mais força e aceitação na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG, ANPED & Ação Educativa (Org). Racismo no Brasil. São Paulo: Abong. 2002.

ABRAMOWICZ, Anete & Silvério, Valter Roberto (orgs.). Afirmando Diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2005.

ALVARES, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Ed. UFRG, 2000.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In Emir Sader, Pablo Gentili (org.) Pós - Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ANDRADE, Rosa Maria & Fonseca, Eduardo. Aprovados! Cursinho pré-vestibular e população negra. São Paulo: Selo Negro Edições: 2002.

ASHOKA (Org). Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004.

BENJAMIN, Cesar & ELIAS, Luiz Antonio (orgs.). Brasil: crise e destino – entrevistas com pensadores contemporâneos. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

BENJAMIN, Cesar et. al.. A Opção Brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray. Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana & Silveira, Maria Helena da. O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista. Brasília: MEC, UNESCO, 2007.

BRASIL. Lei No. 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra – Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Governo Fernando Henrique Cardoso. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. III Conferência Mundial de combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Declaração de Durban e Plano de Ação. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

BRASIL SEM RACISMO. Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente. www.lula.org.br, 2002.

BRAZ, José Carmelo; Filho, Hércio Alvim; Costa, Renato Pontes. Cursos pré-vestibulares comunitários: espaços de mediações pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: expressão Popular, 2004.

CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais. In: WARREN, Ilse Sherer & KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano? Os movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Marco Antonio. O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto. Vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987(a).

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do Homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987(b).

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto III: O mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto IV: A ascensão da insignificância. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASTRO, Mary Garcia & Abramovay, Miriam. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências na Escola, 2006.

COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania: Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2001.

COOPERATIVA EDUCACIONAL STEVE BIKO. Salvador: Mimeo, 1993.

CUNHA JR., Henrique. As estratégias de combate ao racismo: movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In MUNANGA, Kabengele (Org.). Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial. São Paulo: EDUSP, 1996.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro, Pallas, 2001.

D'ADESKY, Jacques. Anti-racismo, liberdade e reconhecimento. Rio de Janeiro, Daut, 2006.

DAUSTER, Tania. “Bolsistas” e “elite”: tensão e mediação na construção diferencial de identidades de estudantes universitários. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 23., 2001, Caxambu. *Anais...* Gramado, RS, 2001.

ESTEVES, José Carlos Rodrigues. Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Projeto de Educação Alternativo ou Excludente? Monografia de Pós-Graduação *Latu-Sensu* em Raça, Etnias e Educação no Brasil. Niterói-RJ: UFF, 1997.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos Novos Movimentos Sociais. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP. p.11-23, 1984.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. O Significado do Protesto Negro. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Renato. Mapa das Ações Afirmativas no Ensino Superior. Rio de Janeiro: UERJ/LPP/PPCOR, 2008.

FILHO, Naomar de Almeida. Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos. Salvador: EDUBFA, 2007.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GALLO, Silvio. Deleuze & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOHN, Maria da Gloria. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Joaquim Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional na igualdade: O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GORENDER, Jacob. Brasil em Preto e Branco: o passado escravista que não passou. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (Org.). Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, Raça e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito e discriminação. São Paulo:

Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, texto para discussão nº 807, julho 2001.

HENRIQUES, Ricardo. Raça e gênero dos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

HERINGER, Rosana (org). A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil. Rio de Janeiro: IERÊ, Núcleo da Cor, LPS, IFCS, UFRJ, 1999.

IANNI, Otávio. Escravidão e Racismo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

IANNI, Otávio. Raças e Classes Sociais no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

IPEA. Radar Social. Brasília: IPEA, 2005.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, N. Desigualdades Raciais: um balanço da intervenção governamental. Brasília, IPEA, 2002.

JACCOUD, Luciana (org). A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009

JUNIOR, João feres & Zoninsein, Jonas (org). Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora UnB, 2006.

JUNIOR, João feres & Zoninsein, Jonas (org). Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

KARNER, Hartmut. Movimentos Sociais: Revolução no cotidiano. In: WARREN, Ilse Sherer & KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano? Os movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAZZARATO, Maurizio e CORSANI, Antonella. Emprego, crescimento e renda: história de conteúdo e forma de movimento. In: Revista Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, n.15-16, set/2001-abr/2002, páginas 73-84.

LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. Trabalho Imaterial. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LESBAUPIN, Ivo. Crise e Novas Expressões dos Movimentos Populares e Sindical. Revista Perspectiva Teológica, n.27, 1995, páginas 45-64.

LOPES, Jobson. A experiência política do PVNC. [citado em 18/02/2005]. Disponível em www.pvnc.org.

MAIO, Marcos C. & SANTOS, Ricardo V. (Org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MANIFESTO “120 anos de luta pela igualdade racial no Brasil: Manifesto em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas”. Brasília, 13/05/2008.

MANIFESTO “Centro e treze cidadãos anti-raciais contra as leis raciais”. Brasília, 30/04/2008.

MANIFESTO “Em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”. Brasília, 04/07/2006.

MANIFESTO “Todos têm direitos iguais na República Democrática”. Brasília, 29/06/2006.

MANIFESTO À NAÇÃO. Documento da Marcha Zumbi+10 contra o racismo, pelo direito à vida. Brasília, 16/11/2006.

MANIFESTO ZUMBI. Documento da II Marcha Zumbi+10 contra o racismo, pela igualdade e a vida. Brasília, 22/11/2006.

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E PELA VIDA. Documento apresentado ao Presidente da República do Brasil. Brasília, 20/11/1995.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Sérgio. Ação afirmativa e desigualdade racial de Brasil. Estudos Feministas, volume 4, n. 1, 1996.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial. São Paulo: EDUSP, 1996.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Alexandre do. Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

NEGRI, Antonio. Poder Constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Vênus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. Multidão, êxodo e resistência. In: PACHECO, Anelise, COCCO, Giuseppe e VAZ, Paulo (orgs.). O trabalho da multidão: império e resistências. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEVES, Lucia M.W. (org.). O Empresariamento da Educação: Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NOVAES, Regina & Vannuchi, Paulo (org). Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. Alternativa democrática ao liberalismo. In: A Democracia como proposta. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. Estado, sociedade, movimento sociais e políticas públicas no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: Fase, 1994.

OLIVEIRA, Gessé. A Trajetória Inconclusa do Negro na Busca da Conquista da Cidadania. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

PNUD. Relatório de desenvolvimento humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD Brasil, 2005.

PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES. Carta de Princípios. Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.

RAMOS, Guerreiro. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

REZENDE, Fernando & TAFNER, Paulo (org). Brasil: o estado de uma nação. Brasília, IPEA, 2005.

RIBEIRO, Manoel. A questão financeira como falso dilema. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

ROMÃO, Jeruse (org). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: MEC, 2005.

ROQUE, Tatiana. Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê? In: Revista Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, n.15-16, set/2001-abr/2002, páginas 73-84.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALGUEIRO, Maria A. Andrade (org). A República e a Questão do Negro no Brasil. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SANSONE, Livio. Negritude sem etnicidade. Salvador: EDUFBA, 2003.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. O Movimento Negro e o Estado (1983-1987). Tese de Mestrado em Ciências Políticas. São Paulo: UNICAMP, 2001.

SANTOS, Ivanir dos & Rocha, José Geraldo (Orgs). Diversidade e Ações Afirmativas. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Milton. Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos & Lobato, Fátima. Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Agendas & Agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Tese de Doutorado em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006.

SANTOS, Sales Augusto. Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: MEC, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M. & QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). Raça e Diversidade. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Jorge da. Violência e racismo no Rio de Janeiro. Niteroi: EDUFF, 1998.

SILVA, Petronilha B. G. & SILVÉRIO, Valter Roberto (org). Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

SINTUFRJ. Universidade para trabalhadores: Pré-Vestibular SINTUFRJ. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

SISS, Ahyas. Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Ajuste Neoliberal e desajuste social na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

TELLES, Edward. Início no Brasil e fim nos EUA? Estudos Feministas, volume 4, n. 1, 1996.

TELLES, Edward. Racismo à Brasileira. Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THEODORO, Mário (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

THUM, Carmo (org.). I Encontro de experiências de pré-vestibulares populares - Anais. Pelotas: UFPel, 2000.

VALLA, Victor Vicent; Storz, Eduardo Navarro; Algebaile, Eveline Bertino. Para compreender a pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

VALLE, Lilian do. A escola e a nação. Rio de Janeiro: Editora Letras & Letras, 1997.

VALLE, Lilian do. A escola pública e a crise do pensamento utópico moderno. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

VALLE, Lilian do. Espaços e Tempos Educativos na Contemporaneidade: a paidéia democrática como emergência do singular e do comum. In CANDAU, Vera Maria (org). Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender. DP&A, 2000.

WALZER, Michael. Da Tolerância. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WARREN, Ilse Sherer & KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano? Os movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WARREN, Ilse Sherer. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1986.